

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
Curso de Mestrado Profissional



Dissertação

**PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE OS SABERES ELEMENTARES
ARITMÉTICOS PARA O ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO ENTREMARANHÃO E
SÃO PAULO: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895**

Marylucia Cavalcante Silva

Pelotas, 2016

Marylucia Cavalcante Silva

**PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE OS SABERES ELEMENTARES
ARITMÉTICOS PARA O ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO ENTREMARANHÃO E
SÃO PAULO: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Duarte Martins

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

S586p Silva, Marylucia Cavalcante
Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos para o ensino público primário entre Maranhão e São Paulo : aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895 / Marylucia Cavalcante Silva ; Maria de Fátima Duarte Martins, orientadora. — Pelotas, 2016.

137 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Saberes elementares aritméticos. 2. Legislação oficial.
3. Programas de ensino. 4. Maranhão e São Paulo. I. Martins, Maria de Fátima Duarte, orient. II. Título.

CDD : 372.72

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Marylucia Cavalcante Silva

**PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE OS SABERES ELEMENTARES
ARITMÉTICOS NO ENSINO PÚBLICO PRIMÁRIO ENTREMARANHÃO E SÃO
PAULO: aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895**

Dissertação, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 29/11/2016

Banca Examinadora:

Prof^a.Dr^a. Maria de Fátima Duarte Martins (Orientadora)
Doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de Belgrado- Buenos Aires –
Argentina

Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente
Universidade Federal de São PauloUNIFESP– SP

Profa. Dra.Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo
Doutora em Ciências da Educação pelo Instituto Central de Ciências Pedagógica –
IPCE Ministério de Educação de Cuba – Reconhecido no Brasil pela Universidade
Brasília - UnB

Profa. Dra. Denise Nascimento Silveira
Doutora em Educação pelo PPGE da UNISINOS

Essa “obra” é carinhosamente dedicada ao meu pai, **Acelino Bispo da Silva**, um exemplo de dignidade, coragem e perseverança a ser seguido e, a minha mãe **Maria Paiva Cavalcante Silva** (*in memoriam*) eterna saudade, razão de minha existência. A todos que se envolvem ou já se envolveram em alguma causa da educação, seja na pesquisa, na militância ou no exercício do trabalho docente.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a DEUS, em sua infinita misericórdia e bondade do Sacratíssimo Coração de Jesus, por ter concedido esta oportunidade e sustentação nos momentos difíceis nesta jornada [...] “Instruir-te-ei, e ensinar-te-ei o caminho que deves seguir; guiar-te-ei com os meus olhos” (Salmos 32. 8).

A Virgem Maria, Mãe de Deus, com o título de Imaculada Conceição, Nossa Senhora Aparecida, pela condução e salutar amparo de passar na frente nos meus estudos colocando pessoas como candeeiros, verdadeiros luzeiros nesta caminhada.

A minha família, meu Pai Acelino Bispo e minha mama Maria Paiva (*in memorian*), aos diletos manos (Lucielma e Raimunda, Ir. Graça e Ir. Lucileide e Pe. Antonio Carlos, Jacinta e José Carlos, Francisca e Euzimar), a todos os parentes, sobrinhos, sobrinhas, cunhados, cunhadas, afilhados por acalentaram este título (o primeiro da família) antes de mim e que completam a minha existência. O título não é individual, mas, é, sobretudo, o sonho de nossa família.

Aos componentes da banca examinadora, ao eminente professor Wagner Rodrigues Valente, que plantou a semente para a elaboração deste estudo, pela confiança depositada em mim, que ao acreditar na construção do projeto de pesquisa, mostrou-me o “norte” das minhas ideias ao traduzir com clareza e objetividade aquilo que estava “desnortado” em meus pensamentos, por gentilmente ter aceitado fazer parte da banca examinadora de qualificação fornecendo seus preciosos conhecimentos para esta pesquisa dos quais pretendo continuar me apropriando para meu crescimento no campo intelectual; e pelo convite em participar do Grupo de Pesquisa em História da Educação-GHEMAT.

A professora Denise incansável motivadora em transformar conhecimentos em atitudes dentro e fora de sala de aula e durante o decorrer de todo o tempo em que fixei residência em Pelotas me acolheu com profissionalismo, torceu e encorajou-me a uma reflexão cuidadosa sobre meu trabalho. Seu entusiasmo me contagiou e incentivou na caminhada.

A professora Telma Reinaldo Bonifácio, pela amizade e ensinamentos por dividir comigo a bancada de coordenações doravante atividades na UEMA, atualmente pela presteza em aceitar participar do exame de qualificação, pelas

leituras e releituras críticas, por suas prestimosas contribuições ao longo de todo o processo de pesquisa e escrita deste trabalho;

A professora Maria de Fátima Duarte, (Dileta, Néia, não tenho palavras...) agradeço por ter assumido a orientação da minha dissertação na hora exata do inesperado, me acompanhou na construção e execução deste trabalho, orientadora de todas as horas, pela sua incomensurável colaboração e amizade sólida, nos momentos mais difíceis, sem a qual eu não poderia ter concluído o presente estudo, obrigada pela confiança depositada e pelo respeito as minhas convicções e liberdade de ação.

A Universidade Estadual do Maranhão, pelos investimentos em seu quadro docente. Orgulha-me fazer parte dessa instituição e merecer do seu reitor, Prof. Gustavo Pereira Costa, a confiança, oportunidades e estímulo profissional.

A Professora Ilka Serra (Coordenadora do Núcleo de Tecnologias para Educação UEMAnet/UEMA), pelo incentivo constante, acesso e colaboração nas horas mais providentes para conclusão desse trabalho e, as queridas professoras Sannya Fernanda e Cristiane Peixoto (Coordenadoras Designer Educacional) pela solidária confiança profissional.

Aos professores Verno Kruger, Maira Ferreira e André, Coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPGECM, pelo carinho e acolhimento, ao longo de minha trajetória no curso, vocês representam uma dativa que me concedeu brilho e honra. Uma cortesia do destino. Agradeço pelos férteis e inestimáveis momentos vivenciados em sala de aula e diálogo em reuniões do Colegiado, por incentivarem e crerem no potencial individual de seus alunos.

Aos Diletos Professores da Universidade Federal de Pelotas, que integram o Programa de Pós Graduação Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (Néia, Verno, Maira, Denise, Aline, Diogo, Márcia, André, Antônio Maurício, Fábio, Rosário, Rita de Cássia), pelas valiosas contribuições teóricas proporcionadas no decorrer das disciplinas.

Aos professores Antônio Roberto Coelho Serra e Iva Souza da Silva, ex-coordenadores UEMA, pela solidez intelectual, pela presença e por ser caminho de luz na jornada profissional, por acreditar em minha capacidade durante anos de trabalho, de igual modo, externo meus agradecimentos às parceiras do universo acadêmico (a velha guarda, lembrem?...), FrancLane, Wanilde, Aglair, Vanessa,

Luzinete, com quem aprendo o valor inestimável da amizade, por acreditarem nas minhas possibilidades e porque me concederam sua generosa amizade.

As professoras da Universidade Aberta do Brasil – UAB, Maria José, Noélia, Janailde e Lô, pela presença constante na academia, parceria profissional, carinho, presteza, laços de amizade e incentivo na caminhada.

Ao professor Diogo Franco Rios, pela colaboração prestada.

A todo o quadro técnico administrativo do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPGECM, representados exemplarmente por Gabriela Pereira (Secretária do Curso).

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Maranhão(APEM) e da Biblioteca Pública Benedito Leite do Estado do Maranhão(BPEM), que pacientemente facilitaram o acesso a documentação, participaram desse processo com toda atenção nas demandas da pesquisa.

Ao Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática-GHEMAT, pesquisadores dos diversos estados brasileiro que abriram suas portas para o *lócus* dessa pesquisa. Da mesma forma externo meus agradecimentos a Viviane, David, Márcia, Iran, Ivanete, Maria Célia, Maria Cecília, Claudinei, Circe, Elizabete Búrigo, pela presteza, troca de experiências e abertura de diálogo, inspirando-me nos caminhos da História da Educação Matemática.

A Nádia Martins, dileta amiga de jornada a qual tenho grande admiração, obrigada, pela ação acolhedora, pelas horas de convívio intelectual, angústias e incertezas, foram muitos decibéis na caminhada rumo à pesquisa; e aos diletos colegas de turma2014.1 (Patrícia, Maura, Rodrigo, Samantha, Ivan, Martinha, Ester) pelo carinho, companheirismo e troca de experiências em sala de aula.

A Dona Elizabeth, da Casa Alberg, em Pelotas (RS) que reúne e une com carinho e solidariedade estudantes dos diversos estados brasileiros. Obrigada pela amizade e disponibilidade de servir.

Por último e não menos importantes, aos amigos e as amigas de todas as horas, Inez Castro, Francisca Alves, Rosângela, Regina Celi, Francklane, Maura Cléia, Robert e Vianey Bringel e Valdevino Cabral, Pe. Ivo José e Pe. Figueira, tamanha foram à demonstração de amizade, incentivo e solidariedade em ajudar e torcer ao longo do curso. Muito obrigada!

A minha eterna gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente (cada um o seu modo) para o desenvolvimento deste trabalho, posso dizer que [...]

“talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito. Não somos o que deveríamos ser. Não somos o que iremos ser, mas, graças a Deus, não somos o que éramos”(Martin Luther King).

A Autora.

Quem não sabe do território em que vivee onde nasceu, nem os fatos,nem as leis, quem não conhece os seus deveres nem os seus direitos, pode ter rasgos de ferocidade e de energia bruta, nunca, porém, esse ideal sereno, mais vigoroso e pertinaz, que somente a instrução pode dar, pelo contato intelectual com a humanidade e a sua história, com a obra moral dos pensadores e com os ensinamentos fecundos da ciência. Retirai de uma alma tudo isso e não podeis,sem absurdo, exigir que ela seja um elemento de defesa e engrandecimento da Pátria.

(Godofredo Viana, Ex-Governador do Estado do Maranhão, 1922-1926)

RESUMO

SILVA, Marylucia Cavalcante. **Percepções e Aproximações sobre os saberes elementares aritméticos para o Ensino Público Primário entre Maranhão e São Paulo:** aritmética escolar na legislação oficial de 1890 a 1895. 2016,137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, 2016.

Esta dissertação tem como objetivo de estudo analisar saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino público primário do Estado do Maranhão a partir do modelo difundido na Escola Primária de São Paulo, no período de 1890-1895. Articula-se nesta configuração, as Leis, Decretos e Regulamentos do estado do Maranhão e São Paulo, procurando analisar e discutir aproximações sobre saberes entre os dois estados. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com suporte na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental para compreensão da análise dos dados e resultados da realidade estudada. Consideraram-se os estudos dos historiadores Le Goff (1990; 1994); Certeau (1982;2013); Chervel (1990), Farias Filho (1998) e Valente (1999;2007;2013; 2014;2015) e autores maranhenses, como: Oliveira (1874); Viveiros (1953); Andrade (1982); Tribuzi (1981); Meireles (2001) e Saldanha (2008). A dissertação encontra-se estruturada em três capítulos: de início, as primeiras aproximações com o tema investigado, seguindo com o desenvolvimento dos capítulos. Apresentam-se as considerações finais, as referências, o apêndice com o guia de fontes para estudo da história da educação matemática e os anexos. Os resultados encontrados evidenciam indícios/vestígios de aproximação de programas de ensino para a escola primária do Maranhão (MA) em relação à escola primária de São Paulo (SP). A investigação conclui uma proximidade de conteúdos, especificamente sobre os saberes elementares aritméticos entre os dois estados. A matéria Aritmética tem campo fértil nos programas para o ensino primário dos estados, envolvendo as quatro operações fundamentais; cálculos, nas relações de proporção, regra de três e valores percentuais.

Palavras-chave: Saberes elementares aritméticos. Legislação oficial. Programas de ensino. Maranhão e São Paulo.

ABSTRACT

SILVA, Marylucia Cavalcante. Perceptions and Approximations on arithmetic elementary knowledge for Primary Public Education between Maranhão and São Paulo: school arithmetic in official legislation from 1890 to 1895. 2016, 137 f. Dissertation (Master in Education) - Graduate Program in Teaching Science and Mathematics, Faculty of Education, Federal University of Pelotas, Pelotas, RS, 2016.

This dissertation aims to analyze arithmetic elementary knowledge prescribed for the primary public education of the State of Maranhão from the model disseminated in the Primary School of. In the period of 1890-1895. It articulates in this configuration, the Laws, Decrees and Regulations of the state of Maranhão and São Paulo, seeking to analyze and discuss approximations on knowledge between the two states. It is a qualitative research with support in bibliographical research and documentary research to understand the data analysis and results of the studied reality. We considered the studies of the historians Le Goff (1990; 1994); Certeau (1982; 2013); Chervel (1990), Farias Filho (1998) and Valente (1999, 2007, 2013, 2014, 2015) and authors from Maranhão, such as: Oliveira (1874); Nurseries (1953); Andrade (1982); Tribuzi (1981); Meireles (2001) and Saldanha (2008). The dissertation is structured in three chapters: first, the first approximations with the subject investigated, following with the development of the chapters. The final considerations, the references, the appendix with the source guide for studying the history of mathematics education and the annexes are presented. The results show evidences / traces of the approximation of teaching programs for the elementary school of Maranhão (MA) in relation to the elementary school of São Paulo (SP). The investigation concludes a proximity of contents, specifically about the elementary arithmetical knowledge between the two states. Arithmetic matter has a fertile field in the primary education programs of the states, involving the four fundamental operations; Calculations, proportion ratios, rule of three and percentage values.

Keywords: Arithmetic elementary knowledge. Official legislation. Teaching programs. Maranhão and São Paulo.

LISTA DE SIGLAS

APE	Arquivo Público do Estado do Maranhão
BDTD	Banco Digital de Teses e Dissertação
BPEL	Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COFECUB	Comitê Francês de Avaliação da Cooperação Universitária com o Brasil
CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
FAE	Faculdade de Educação
GHEMAT MA	Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil Maranhão
PPECEM	Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
PPGEEB	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica
SP	São Paulo
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1:Distribuição de Documentos para pesquisa localizados por pesquisadores GHEMAT em regiões brasileiras	58
Figura 1: Capa e fragmentos do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890	63
Figura 2: Capa do Decreto nº91, de 1891– Ensino Público do Estado do Maranhão	64
Figura 3: Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893	66
Figura 4: Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão,1894	67
Figura 5: Capa do Regulamento Geral da Instrução Pública do Maranhão, 1893/1895	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escola dos Annales (primeira, segunda, terceira e quarta geração de historiadores franceses)	28
Quadro 2 - Quadro de localização de fontes (Maranhão, 1890-1895).....	32
Quadro 3 - Quadro de localização de fontes no repositório GHEMAT na pasta do Estado de São Paulo (1890-1895)	34
Quadro 4 - Trabalhos científicos publicados em eventos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do Maranhão.....	48
Quadro 5 - Distribuição de Pesquisas proximais relacionadas aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores maranhenses	49
Quadro 6 - Pesquisas relacionadas ao campo de Saberes elementares aritméticos produzidas por pesquisadores maranhenses.....	50
Quadro 7 - Produção e levantamento de dissertação e tese relacionadas ao campo de Saberes elementares aritméticos produzidas por pesquisadores maranhenses	50
Quadro 8 -Produção de pesquisa e sua distribuição geográfica produzidos por pesquisadores do GHEMAT	55
Quadro 9 - Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do GHEMAT.....	58
Quadro 10 - Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do GHEMAT.....	60
Quadro 11 - Demonstrativo das Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública Primária no Estado do Maranhão no período de 1890-1895.....	70
Quadro 12 - Programas de ensino para as escolas primárias, nos Povoados, Vilas e Cidades maranhenses (1890 a 1892)	71
Quadro 13 - Saberes matemáticos elementares nos programas de ensino da Escola Primária Maranhense (1890/1891/1892) e as possibilidades de análises	72
Quadro 14 - Programas de ensino para as escolas primárias, nos Povoados/Vilas e Cidades maranhenses (1893 a 1895)	73
Quadro 15 - Saberes matemáticos elementares nos programas de ensino da Escola Primária Maranhense (1893 a 1895) e as possibilidades de análises.....	73

Quadro 16 – Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1892-1894).....	75
Quadro 17 – Distribuição das disciplinas ministradas na escola pública de São Paulo (1894)	78
Quadro 18 – Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir da legislação oficial entre Maranhão e São Paulo (1890-1895)	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I – O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	26
1.1O encontro com as fontes bibliográfica e documental	30
1.2 O trabalho de organização do material coletado.....	32
1.3Questões da Pesquisa.....	35
1.4 Formulações dos objetivos da Pesquisa.....	35
1.4.1Objetivo geral.....	35
1.4.2Objetivos específicos.....	35
1.5 Procedimentos da Análise.....	36
CAPÍTULO II - SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO MARANHÃO E SÃO PAULO (1890-1895): aproximações com o tema.....	47
2.1 Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do Maranhão	49
2.2 Documentos sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário localizados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa de História Educação Matemática-GHEMAT em regiões brasileiras.....	56
2.3 Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores de São Paulo, vinculados ao GHEMAT	60
CAPÍTULO III - PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE OS SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS A PARTIR DE DOCUMENTOS OFICIAIS DE ENSINO PARA A ESCOLA PRIMÁRIA ENTRE MARANHÃO E SÃO PAULO (1890- 1895)	63
3.1 Saberes elementares aritméticos identificados nos documentos oficiais do Estado do Maranhão (1890-1895)	63
3.2 Saberes elementares aritméticos identificados nos documentos oficiais do Estado de São Paulo (1890-1895)	75

3.3 Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir de documentos oficiais de ensino para a Escola Primária entre Maranhão e São Paulo (1890-1895)	85
CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS	88
REFERENCIAS.....	91
APÊNDICES	100
PRODUTO DA DISSERTAÇÃO.....	103
1 GHEMAT MARANHÃO NO REPOSITÓRIO DE CONTEÚDO DIGITAL DA UFSC:constituindo e potencializando pesquisas de História da Educação Matemática.....	109
2GUIA DE FONTES PARA ESTUDO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO MARANHÃO	115
2.1 Inventário da documentação encontrada	115
2.2 Documentos oficiais maranhense em modo digitalizados	117
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS.....	122
APÊNDICES	133

1 INTRODUÇÃO

“Sinto a necessidade de procurar, na História, o segredo do presente. O essencial é sabermos fazer a história de que o presente tem necessidade” (LE GOFF, 1976, p.15).

Em princípio, a motivação para a escolha desse tema se deu ora como professora formadora na educação básica, ao longo de duas décadas de magistério, ora como gestora dos cursos de formação de professores do Núcleo de Tecnologia para Educação-Uemanet, da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA¹, cargo que ocupei no período de 1997 a 2013.

Um elemento importante nesse processo foi à experiência acumulada na UEMA enquanto gestora e colaboradora na organização curricular dos cursos de formação de professores. Devo ressaltar minha experiência no processo de reformulação curricular entre os anos de 2004 e 2005 na elaboração de um novo Projeto Político-Pedagógico para os cursos de Licenciatura nesta Instituição. Esta nova organização curricular trouxe à comunidade acadêmica expectativas de mudanças e melhorias nas práticas pedagógicas docentes.

Persistem desde essa época, inquietações sobre os programas de ensino, a começar pelos anos iniciais. Foram à referência à existência de diversas rubricas postas em leis, regulamentos e decretos, mais diretamente na legislação oficial que nos instigaram a investigar sobre os saberes elementares aritméticos presentes e recomendados nos programas de ensino para a escola primária do Maranhão.

1A UEMA tem sua origem na Federação das Escolas Superiores do Maranhão – FESM, criada pela Lei 3.260 de 22 de agosto de 1972 para coordenar e integrar os estabelecimentos isolados do sistema educacional superior do Maranhão. A FESM foi transformada na Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, através da Lei nº 4.400, de 30 de dezembro de 1981, e teve seu funcionamento autorizado pelo Decreto Federal nº 94.143, de 25 de março de 1987, como uma Autarquia de regime especial, pessoa jurídica de direito público, na modalidade multicampi. A UEMA vincular-se à Gerência de Estado da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico – GECTEC, hoje, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Desenvolvimento Tecnológico – SECTEC. A atuação da UEMA na área de educação superior está distribuída em três níveis: Graduação; Cursos Regulares de Graduação Bacharelado e Licenciatura; Programas Especiais – Cursos de Licenciatura ministrados pelo Programa Darcy Ribeiro, na modalidade presencial e regular; Cursos de Licenciatura ministrados pelo Núcleo de Tecnologias para a Educação – UEMANET, na modalidade ensino à distância; Curso de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas de Ensino Médio e Educação Profissional em nível Técnico; Sequenciais de Formação Específica – Presenciais; Pós-Graduação; Stricto Sensu; Lato Sensu (Wikipédia, 2015 a).

A entrada no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional no Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pelotas– UFPel, no Estado do Rio Grande do Sul, fez com que nos propuséssemos a estudar sobre o assunto. A partir das leituras orientadas pelos docentes do Programa tivemos as primeiras aproximações mais diretamente relacionadas e adequadas ao tipo desta pesquisa, tais incursões teóricas nos levaram a transitar por bibliografias e documentos da instrução pública primária² do Estado do Maranhão³ no qual procuramos nas aulas, aqui e ali, pinçar elementos que nos parecessem pertinentes para dar respostas às interrogações sobre o tema.

Posteriormente, a participação no Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática-GHEMAT⁴ sob a coordenação do professor Wagner Rodrigues Valente me despertou o desejo de estudar e circular por essa seara, permitindo-me possibilidades de trabalhar em diálogos com pesquisadores de diferentes instituições e programas de pós-graduação, dos diversos estados

2Nomenclatura da época direcionada as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. Com a inserção de política de nove anos ao Ensino Fundamental, tem-se atualmente a denominação de anos iniciais do Ensino Fundamental, em decorrência da Lei nº 11.274/2006.

3 Maranhão - No cenário político e econômico do Maranhão, no período investigado por esta pesquisa (1890-1895), os primeiros anos da Primeira República, não diferem do modelo Imperial, o sentimento de insatisfação do povo eclodiu em vários movimentos de insurreição neste interstício. Esse período é marcado por disputas pelo poder central, e pela busca de participação nas decisões políticas e acesso aos bens culturais (SALDANHA, 2008). Já no plano educacional, o Maranhão guiou-se, em parte pelo modelo paulista. A educação “era um ensino muito rudimentar, era apenas o ensino das primeiras letras, depois a silabação e, então a leitura. Depois havia a tabuada que era uma espécie de aritmética inicial”, um desfecho caracterizado somente no trinômio ler, escrever e contar. Pôde-se observar que o ler, o escrever e o contar era prioridade essencial para o ensino rudimentar da época, sendo organizado nos moldes tradicionais. A criança se dedicava em fazer as lições em tempo regulado pelo professor. (VIEIRA, 1989apud FREIRE, 1993, p.173). O Maranhão segue em situação desfavorável, sem avanços na educação, na indústria, no comércio e na agricultura, com uma situação financeiro-econômica em precariedade. Ainda, nessa época, a capital São Luis, não dispunha de serviços básicos como, água, transportes e saneamento básico. O Estado encontrava-se falido. O Maranhão, Estado federado do Brasil, quase que sem se aperceber, como coletividade política, do que fazia, fez-se, “em novembro de 1889, três dias após a Proclamação ocorrida no Rio de Janeiro, um dos vinte Estados em que se repartiu – e não, congregou como antes deveria ser – a federação da República do Brasil.” (MEIRELES, 2001, p.277). O nome Maranhão, tem sua origem indígena Maramonhangá, que significa brigar; Anham; correr, Maranhão, água que correm brigando (AMARAL, 1992, p. 5-6). Os primeiros habitantes foram os índios (seminômades) das tribos, tupinambás, timbiras, canelas, guajajara, krikati, tremembés e Guaianases e outros. A Ilha de São Luis era chamada pelos índios (seminômades) de Upaon-Açu, que significa Ilha Grande; São Luis “Saint Luis”, fundada em 8 de setembro de 1612 por Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardiére em homenagem a Luis XIII, Rei-Menino, de França. O Maranhão está situado na faixa tropical, perto da linha do equador (NASCIMENTO, 1950, p. 16-17).

4Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática no Brasil (GHEMAT), constituído no ano de 2000, cadastrado no CNPQ, sendo coordenado pelos os professores Wagner Rodrigues Valente, da Universidade Federal de São Paulo. No GHEMAT e Neuza Berton Pinto, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O GHEMAT é formado por 34 pesquisadores e 69 estudantes entre doutorandos, mestrandos acadêmicos e profissionalizantes destacam-se pelo desenvolvimento coletivo de projetos temáticos de pesquisa sobre educação matemática nos diversos níveis de escolaridade, como história do ensino de matemática e formação de professores de matemática (COSTA, 2015).

brasileiros que levam adiante projetos coletivos de investigação e pesquisas que esse grupo detém (VALENTE,2013).

Por todas essas incursões, as discussões entre mim e a orientadora foram ocorrendo, sendo oportuno iniciar a investigação sobre saberes elementares aritméticos– aqueles conteúdos da aritmética escolar imbricados nos programas – no ensino público primário do Maranhão.

Cumprir observar que a primeira curva necessária a percorrer foi uma corrida exploratória em bancos de dissertações e teses brasileiras se, logo, de início, percebeu-se em número reduzido produções ou pesquisas, que tivesse como objeto de estudo esse tema. Não foi encontrada nenhuma pesquisa específica sobre saberes elementares aritméticos propostos para a escola primária do Maranhão. Tal surpresa fez a orientadora propor desafios de leituras, de vê e rever publicações de autores conhecidos ou até então desconhecidos, sinalizando a pesquisadora mergulhar nas fontes históricas, nos achados da pesquisa, fazendo-se uma mudança no traçado inicial da pesquisa que deixou de ter como referência apenas o Maranhão, e passou a incluir São Paulo⁵. Inspirada por essa nova ordem, a proposta passou a ser uma pesquisa intitulada Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos no ensino público primário entre Maranhão e São Paulo: aritmética escolar nos programas de ensino de 1890 a 1895. A partir da adoção desta nova ótica foi possível amadurecer para o que se estava pretendendo estudar.

Convém destacar que esse movimento ocorreu concomitantemente com as contribuições de Valente⁶(2015) que modelando olhares da pesquisadora, ora iniciante, fê-la se apropriar das propostas e em sintonia, remeteu-as a um olhar investigativo ainda em construção.

5A opção por São Paulo ocorreu devido ao fato de ter localizado um quantitativo de trabalhos e pesquisas já produzidos sobre São Paulo, especificamente, no GHEMAT, relacionados a saberes elementares matemáticos no ensino primário. Cabe mencionar que nestas produções sinalizam uma série de documentos de São Paulo. No contexto investigativo deste estudo reportar-nos-emos ao estado no período de 1890-1895 onde o mesmo já contava com significativo desenvolvimento industrial e se destacava pela produção cafeeira, o que propiciou o desenvolvimento de estradas de ferro e a comunicação entre cidades e desta com o interior. São Paulo, na época já estava na dianteira e se destacava como centro irradiador no ensino de primeiras letras. Esse modelo de escola, implantada pelos republicanos no estado de São Paulo, no final do século XIX ampliou-se para outros estados da federação: no Rio de Janeiro (1897), no Maranhão e no Paraná (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte, Espírito Santo (1908), Mato Grosso (1910), Paraíba (1911), Sergipe (1916), Goiás (1918), Piauí (1922), Ver VIDAL (2006, p.7) e a historiadora Rosa Fátima de Souza, sobre a história do ensino primário no Estado de São Paulo (1890-1976).

6 Parecer emitido por Valente (2015) no Exame de Qualificação (Mestrado) Programa de Pós Graduação em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM/UFPEl).

Assim, sendo, pode-se dizer que o objetivo que norteou essa dissertação foi o de analisar saberes elementares aritméticos presentes nos programas de ensino da Escola Primária do Maranhão, a partir do modelo difundido da Escola Primária de São Paulo, no período de 1890-1895.

A escolha por São Paulo está parametrizada por dois motivos: o primeiro vincula-se ao período em que o Estado estava na dianteira no ensino de primeiras letras, que logo no início do século desempenhara um papel de centro irradiador da escola primária, cujo modelo chegou a ser difundido por vários estados da federação, neste processo inclui-se o Maranhão. O ensino primário se constitui particularmente no Estado de São Paulo onde contou com variada legislação de ensino, com o objetivo de difundir as escolas primárias; o segundo, ao fazer um levantamento bibliográfico das produções (localizadas no repositório GHEMAT) na mira sobre Saberes Elementares Aritméticos constatou-se que o estado paulista é o que possui um maior número de pesquisas.

Desde logo, foi possível observar o repositório da UFSC/GHEMAT, na comunidade São Paulo, 454 produções científicas, fruto do projeto intitulado “A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970” (VALENTE, 2015), a despeito, considera-se os trabalhos expressivos do coordenador do grupo de pesquisa, professor Wagner Rodrigues Valente.

Indo além dessas constatações como parâmetro para esse estudo o mesmo professor e pesquisadores destaca nas obras proximais ao tema em questão:

- ✓ Uma história da matemática no Brasil (1730-1930), de autoria de Valente (1999);
- ✓ Saberes Matemáticos no Curso Primário: o que, como e por que ensina de autoria dos pesquisadores Costa; Valente (2014);
- ✓ Cadernos de Trabalho (2015, p.10) “trata-se de elaboração escrita do movimento das pesquisas de cada integrante do projeto de cooperação internacional CAPES-COFECUB” destacando o elenco de dez livretos, a saber: volume 1, Elementar; volume 2, História Comparativa; volume 3, Repositório; volume, 4 Método; volume 5, Prática; volume 6, Testes; volume 7, Formação de Professores; volume 8, Paris; volume 9, Imagem e volume 10, Programas de ensino (COSTA; VALENTE, 2015).

Na primeira obra intitulada *Saberes Matemáticos no Curso Primário: o que, como e por que ensina de autoria dos pesquisadores Costa; Valente (2014)* traz uma série de pesquisas de diferentes estados da federação, dos quais se encontram indícios de uma documentação vasta e disponíveis no repositório institucional da Universidade de Santa Catarina.

Nessa obra é possível perceber a proximidade das produções com o marco temporal desta pesquisa, configurado em conexões com trabalhos já produzidos por pesquisadores GHEMAT sobre a temática em questão.

Na segunda obra *Cadernos⁷ de Trabalho (2015, p.10)*, composto de dez volumes tem maior relação com este objeto de pesquisa, o volume 1 intitulado *Elementar*, de autoria de Valente, coordenador pelo lado brasileiro. Valente faz algumas provocativas em torno do que é o elementar, alvo dos ensinamentos de matemática nos anos iniciais escolares, questiona: Como caracterizar os saberes matemáticos envolvidos no ensino primário dos anos matemáticos? Que historicidade tem esses saberes elementares matemáticos?

Neste sentido, percebe-se, que os questionamentos iniciais são provisórios, convocando o leitor à construção de novos olhares sobre saberes elementares matemáticos e o volume 10 *Programas de ensino*, de autoria dos pesquisadores Duarte; Santos; Mendes; Assis (2015).

De certo, as buscas e consultas as fontes oficiais, persistiu no Maranhão, nos arquivos em *lócus* (Regulamentos, Decretos, Leis e Programas de ensino) e em São Paulo, por meio do repositório GHEMAT (os programas de ensino, coletados no repositório) para responder as intencionalidades e questionamentos relativos à construção histórica dos saberes elementares aritméticos, objeto em estudo.

Em visitas técnicas aos arquivos públicos em São Luís do Maranhão encontrou-se diversos documentos que levou à lacunas existentes e a questionamentos da pesquisa que até então, não haviam sido feitos, principalmente

⁷O nome "Cadernos", é emprestado das pesquisas de cunho antropológico, dos cadernos de campo, escritos de ofícios dos antropólogos. Neles, estão presentes os achados, as reflexões, análises, sínteses que compõem o movimento não parametrizável da pesquisa, em termos de publicações. A lógica da exposição é deixada para trás, intenta-se escrita da "lógica da investigação" seguida pelos pesquisadores. A elaboração dos Cadernos de Trabalho reforça a ideia de que um grupo de pesquisa, um coletivo, se faz mais coletivo não somente socializa resultados individuais, mas, quando, ainda troca informações sobre percursos de pesquisa. Os cadernos de Trabalho, para além de socializarem percursos de pesquisas, poderão, também, dar a conhecer a público mais amplo, temas, bibliografias, experiências de pesquisa vivenciadas fora do país, por pesquisadores brasileiros que estão/estiveram em missões de pesquisa e de trabalho na França (CADERNOS DE TRABALHO / VALENTE (Org.) v. 3. 2015).

em relação ao objeto que se pretende investigar. Algumas questões se apresentam inicialmente como balizadoras do estudo, destacam-se as dispostas a seguir:

- ✓ Como foram organizados/reorganizados os saberes elementares aritméticos para a Escola Primária do Maranhão e,
- ✓ Como o modelo Escola Primária de São Paulo difundida como centro irradiador, circulou saberes elementares aritméticos para a Escola Primária do Maranhão, no período correspondente entre 1890-1895.
- ✓ É possível identificar características comuns que permitem aproximações dos saberes elementares aritméticos propostos para a Escola Primária do Maranhão a partir do modelo de São Paulo, no período de 1890 a 1895.

Notamos que estes questionamentos podem ser respondidos por meio de uma leitura atenta e contextualizados das leis, dos decretos e dos regulamentos da instrução pública primária dos Estados do Maranhão e São Paulo do período investigado e que os mesmos poderão servir de guia para o desenvolvimento da pesquisa que se propõe, a fim de elucidar os problemas levantados.

Cabe registrar três vetores que se articularam na configuração deste contexto:

- ✓ O Decreto nº21 de 15 de abril de 1890 que aprova o Regimento da Secretaria da Instrução Pública, visto que neste Decreto está a aprovação do Regulamento da Instrução Pública, que reorganizava o ensino público, determinando a criação de escolas primárias, de 1º, 2º e 3º graus, e a sua instalação nos povoados, vilas e cidades sob a égide de programa fixo para essas escolas;
- ✓ O Decreto nº 94, de 1º de setembro de 1891 que organiza o ensino público do Estado do Maranhão;
- ✓ A Lei nº56 de 15 de maio de 1893 e a Lei nº119 de 2 de maio de 1895, que reorganiza a Instrução Pública do Estado.

Neste contexto, serão considerados os programas para a Escola Primária dos Estados do Maranhão (fontes primárias encontradas nos acervos públicos maranhenses) e São Paulo (fontes disponibilizadas no Repositório GHEMAT), publicados entre os anos de 1890-1895.

Portanto, o primeiro marco temporal (1890) justifica-se em razão de expressivas mudanças à instrução pública primária principiada na organização do ensino em povoados, vilas e cidades; o segundo marco (1895), refere-se à

reorganização do ensino para as escolas primárias maranhenses com apresentação do Livro didático Questões Práticas de Aritmética, de autoria de D. M.A⁸.

Esta investigação toma como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica, apoiada em autores maranhenses como Oliveira(1874); Viveiros (1953); Andrade (1982); Tribuzi (1981); Meireles (2001)e Saldanha (2008) que auxiliarão na contextualização da história da educação maranhense e a pesquisa histórico-documental, apoiando-se em autores como LeGoff (1990; 1994);De Certeau (1982;1990; 2013) e Valente (1999; 2007; 2013; 2014; 2015);dentre outros. Os documentos apresentados como fonte primária de época (recortes de jornais, leis, decretos, regulamentos, são caracterizados como ponto de partida dessa pesquisa e se encontram ora no Arquivo⁹Público Estadual, ora na Biblioteca¹⁰Pública Estadual Benedito Leite¹¹, localizados em São Luís, capital do Estado do Maranhão, além de manuais acadêmicos, artigos, dissertações e teses que abordam essa temática.

Durante o percurso desta investigação, foram utilizadas publicações sobre pesquisas produzidas por pesquisadores do Maranhão; pesquisas sobre os saberes elementares aritméticos produzidos por pesquisadores de São Paulo, do GHEMAT; e trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos produzidos por pesquisadores de diversas localidades do Brasil, participantes do GHEMAT.

8Autor desconhecido do Livro Questões Prática de Aritmética, de 1895.

9Arquivo Público Estadual, localizado em São Luís, Maranhão, aberto no horário da 8h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira.

10Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite, criada em 29 de setembro de 1829 e inaugurada, oficialmente, no dia 3 de maio de 1831(nasce, aproximadamente, 13 anos após a implantação da biblioteca pública na província da Bahia - primeira biblioteca do país) Muitos foram os intelectuais maranhenses da época: Antônio Pedro Costa Ferreira, Araújo Vieira, João Gualberto da Costa, Manuel Pereira da Cunha, entre outros, que solicitaram ao poder público, a criação de uma Biblioteca na Província, objetivando disseminar informações e conhecimentos de igual valia as já existentes da época. Recentemente foi fechada e iniciada em fevereiro de 2013 o Projeto de modernização do acervo através de aprovação em seleção do edital de preservação de acervos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Maranhão – FAPEMA. Com o objetivo de preservar, modernizar e disseminar o acervo raro da biblioteca, Tendo como metas digitalizar e higienizar obras raras, entre livros, jornais e manuscritos; disponibilizar, na íntegra, respeitando a Lei de Direitos Autorais. Disponível em: http://www.cultura.ma.gov.br/porta/bpbl/index.php?page=projeto_extend&id=21Acesso em: 02 out 2015

11Benedito Leite, Político, jornalista e ex-Governador do Maranhão no quadriênio 1906-1910 (MEIRELES, 2001, p.289-290). Ajudou a modernizar a instrução pública no Estado do Maranhão a partir da administração do Governo Torreão da Costa. A primeira iniciativa foi a Reforma de 1895. Esta Lei tratava fundamentalmente da reorganização do ensino público primário. Enquanto chefe político local contribuiu com a criação da Escola Modelo do Maranhão (1896); Vide Lei nº 155, de 6 de maio de 1896 e Decreto nº 1, de 11 abril de 1899 e o Decreto nº 2 de 5 de Julho de 1899.

Outros sítios foram consultados, como a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com trabalhos em eventos relacionados à instrução pública do Maranhão e programas para o ensino primário.

Este estudo compõe-se em três capítulos, além da introdução, considerações finais e referências. Na Introdução apresenta-se um conjunto de fatores que contribuíram de forma motivacional para a pesquisadora se aproximar do objeto e dos objetivos a serem investigados.

No primeiro capítulo aborda-se a discussão em torno do percurso metodológico mediante etapas de elaboração da pesquisa, caracteriza o objeto, o problema e os objetivos do estudo, justificando a opção pela pesquisa documental por tratar de análises de documentos de época, tais como leis, decretos e regulamentos e pela pesquisa bibliográfica, para dialogar com os autores que discutem e fundamentam essa investigação.

No segundo, capítulo denominado, Saberes Elementares Aritméticos para o Ensino Público Primário do Estado do Maranhão e São Paulo (1890-1895): aproximação com o tema. Para ser mais didático, concatena-se este capítulo em subitens que versam sobre: trabalhos produzidos por pesquisadores maranhenses; pesquisas sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzido e publicado por pesquisadores GHEMAT; pesquisas sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzido por pesquisadores de São Paulo, vinculados ao GHEMAT, o que se chama de estado do conhecimento.

No terceiro capítulo apresenta-se as percepções e aproximações dos saberes elementares aritméticos a partir dos programas de ensino da Escola Primária entre Maranhão e São Paulo (1890-1895).

Discute-se, também nessa seção, os achados da pesquisa, apontando pistas importantes que contribuem para uma reflexão mais fundamentada em relação aos saberes elementares aritméticos propostos nos programas de ensino para a Escola Primária do Maranhão a partir do modelo difundido de São Paulo. Nesse movimento foi possível perceber rastros que impulsionaram aproximações sobre saberes elementares aritméticos da Escola Primária entre os dois Estados.

Nas considerações e reflexões finais, retoma-se o percurso deste estudo, agora revisitado pelo olhar da investigadora para que se compreendesse como foram os passos iniciais da aritmética escolar no Maranhão, conforme modelo de São Paulo, e por fim, apresenta-se as referências e os anexos.

É importante inferir que a produção técnica derivada da dissertação constará de um Guia de Fontes para estudo da educação matemática no Maranhão. Este Guia encontrar-se-á organizado em duas partes:

- ✓ Parte 1: O inventário da documentação encontrada – coluna de títulos dos documentos ao lado de breve descrição de cada um deles.

- ✓ Parte 2: Os documentos propriamente ditos em modo digitalizados. Ambas as partes, encontrar-se-ão em anexo à dissertação, impresso o inventário da documentação. Com cada título referido a um endereço eletrônico que daria acesso integral ao texto, via repositório.

Somada a estas considerações, o estudo tenciona abrir perspectivas para pesquisas futuras enquanto campo fértil para outras investigações, contudo, o levantamento legislativo não pretendeu ser exaustivo, nem esgotar a totalidade de decretos ou leis publicadas relativamente para o ensino primário, o seu principal objetivo foi: de localizar e selecionar; e digitalizar, articular e cruzar dados, documentos oficiais, que dão a conhecer aspectos relacionados aos saberes elementares aritméticos adotados para o ensino primário no Maranhão, conforme modelo de São Paulo, no período de 1890 a 1895.

CAPÍTULO I—OPERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

[...] a ideia de que a história não é uma cópia do que ocorreu no passado, mas sim uma **construção do historiador**, a **partir de vestígios que esse passado deixou no presente**, passa-se a tratar a história como uma **produção**. Será **ofício do historiador**, **produzir fatos históricos** apresentando-os sob a forma de uma narrativa (VALENTE, 2013, p.25. Grifo da autora).

É notório que o modelo de pesquisa experimental construído no final do século XIX e na primeira metade do séc. XX constituiu-se em um modelo oficial de pesquisa em ciências humanas e sociais que privilegiou a medição das regularidades constante dos fenômenos sociais. O percurso metodológico desse tipo de pesquisa passou a ser contestado por diferentes correntes teóricas a partir dos anos de 1960 do século passado, defrontando-se com seus limites de validação meramente quantitativos, fato que levou os estudiosos da educação a buscarem outros caminhos da pesquisa para as ciências humanas.

Essa outra opção de pesquisa se baseia em dados qualitativos, orientação metodológica que abriga tendências diversas e pressupostos com raízes filosóficas distintas, conseguindo ampla difusão os meios universitários, afastando-se do rigor adotado pelos estudos quantitativos, enriquecendo as pesquisas nas ciências sociais e humanas com a gama de possibilidades que os estudos qualitativos oferecem.

A pesquisa qualitativa permite perceber o “significado que as pessoas dão as coisas” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.12), ela investiga o mundo em que o homem vive e o próprio homem, para essa atividade, o investigador recorre à observação e à reflexão que faz sobre os problemas que enfrenta, e à experiência passada e atual dos homens na solução destes problemas, munindo-se de instrumentos adequados a nossa ação para intervir nesse mundo com o propósito de reconstruí-lo à luz de nossas concepções.

Do reconhecimento disto, buscou-se seguir as orientações de Triviños (2006), quando recomenda que no estudo qualitativo, o pesquisador deva descrever a realidade observada e entender como as descrições dos fenômenos estão repletas de significados outorgados pelo ambiente.

Assim, o presente capítulo¹² discute o processo de construção do objeto de estudo da pesquisa valendo-se dos teóricos que fundamentaram as discussões.

Procura-se situar a discussão na perspectiva teórico-metodológica de natureza qualitativa com suporte na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental para melhor compreensão da análise dos dados e resultados da realidade estudada.

Por intermédio da metodologia apresentada, a pesquisa bibliográfica acontece quando é elaborada a partir de material já publicado em livros e artigos de periódicos.

Esse tipo de pesquisa pode ser encadeado por uma série de etapas, dependendo do nível de conhecimentos que o pesquisador dispõe sobre o assunto assim como o grau de precisão que se pretende conferir a pesquisa (GIL, 2010). Já a “pesquisa documental é uma declaração escrita, oficialmente reconhecida, que serve de prova de um acontecimento, fato ou estado” (CELLARD, 2008, p. 296).

Assim, por se tratar de uma pesquisa histórica, a sua natureza advém de fonte original acrescida de contextualização de fatos determinantes da época.

Nesse contexto, alinhamos esta investigação ao grupo da Escola dos Annales¹³, que na sua primeira, e segunda geração teve Marc Bloch, Lucien Febvre, Fernand Braudel e na sequência pós-Braudel, há a destacar a significativa e contínua participação dos historiadores Jacques Le Goff, Pierre Nora, Phillipe Aries, Dominique Julia, Roger Chartier e Jacques Revel, Michel de Certeau, entre outros.

12 A partir do capítulo I utilizaremos a primeira pessoa do plural porque compreendemos que a palavra alheia compõe a minha palavra e, por conseguinte, as palavras vindouras.

13 A chamada Escola dos Annales é um movimento historiográfico, fundada pelos historiadores franceses Marc Léopold Benjamim Bloch (1886-1944) ao lado de Lucien Paul Victor Febvre (1878-1956), que se uniram para criar uma revista de história Annales d'histoire économique et social, (em português, Anais de História Econômica e Social) https://pt.wikipedia.org/wiki/Revue_des_Annales. Emergem aqui as principais obras clássicas, como A Apologia da História, de Marc Bloch, os Combates pela História, de Lucien Febvre (1965), os ensaios de Fernando Braudel incluídos na obra A Escrita da História (1969), os ensaios de François Furet em 1982 sobre a rubrica A Oficina da História, ou ainda as grandes coletâneas coordenadas por historiadores da Nouvelle Histoire como Jacques Le Goff e Pierre Nora, entre os quais a coletânea Faire de l'Histoire (1974) ou a coletânea Nouvelle Histoire (1978).

Quadro 1 - Escola dos Annales (primeira, segunda, terceira e quarta geração de historiadores franceses)

Escola dos Annales		
Historiadores	Primeira Geração	– Marc Bloch – Lucien Febvre
	Segunda Geração	– Marc Bloch – Lucien Febvre – Fernand Braudel – Ernest Labrousse – Pierre Goubert – Georges Duby
	Terceira Geração	– Jacques Le Goff – Emmanuel Le Roy Ladurie – Marc Ferro – Pierre Nora – Philippe Ariès
	Quarta Geração	– Roger Chartier – Jacques Revel – André Burguière – Bernard Lepetit
Revista	Annales: História, Ciências Sociais	

Fonte: Anais de História Econômica e Social https://pt.wikipedia.org/wiki/Revue_des_Annales

Assim, o quadro acima mostra os historiadores que participaram em destaque na primeira, segunda, terceira e quarta geração da Escola dos Annales.

Neste sentido, esta investigação destaca-se como acento teórico-metodológico os escritos de Le Goff¹⁴, Certeau¹⁵, por compreendê-los como lentes da corrente historiográfica com contribuições do pensamento para a história da educação e da história cultural.

Os escritos do francês Chervel¹⁶ (1990) teórico que traz à tona a sua visão a partir da história das disciplinas escolares. Chervel considera que a escola se constitui em um espaço de cultura, e, como tal, um espaço dinâmico, de transformação.

Em seu artigo História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa (1990) tornou-se referência para muitos trabalhos no Brasil.

14 Jacques Le Goff, historiador de ofício, nasceu em janeiro de 1924 em Toulon, na França. É considerado um dos maiores medievalistas do mundo. Seu trabalho destaca-se especialmente nas últimas décadas, com o movimento da Nova História, a partir dos anos 1970, exercendo grande influência no fazer histórico (FRÓES, 2005).

15 Michel De Certeau (1926-86), historiador francês, teólogo, jesuíta, epistemologia, lingüista, filósofo, era também psicanalista. Talvez possamos dizer psicanalista do fazer história (XAVIER, et al, 2005, p.42).

16 André Chervel foi homenageado com o título de Doutor Honoris Causa pela importante contribuição de sua vasta produção científica, maiores informações, conferir: Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/imprensa/premios-e-distincoes/doutor-honoris-causa> Acesso em: 21 de agosto 2016.

Faria Filho¹⁷(1998; 2000;2003), por fazer da legislação campo de expressão e construção de novas práticas. Nessa direção, o autor por meio das mediações legais faz alusão à forma de organizar, nomear e identificar o pensamento pedagógico e da legislação educação de época. E Valente¹⁸(1999; 2007; 2013; 2014; 2015) por trazer uma contribuição ímpar em relação ao processo de ensino da matemática.

Nessa dinâmica os historiadores são chamados para aclarar as análises de diversos documentos encontrados com possibilidade de ampliara compreensão desta investigação, com novos pensamentos e diálogos, novas práticas e explicações de se fazer história em conexão com as diferentes áreas do conhecimento, tais como filosofia, sociologia, psicologia antropologia, a história, a história da Matemática e da Educação Matemática dentre outros. Uma vez que se lançam olhares as fontes, se faz essencial o sentido de elucidar questões específicas da investigação, isto faz com que a pesquisadora possa desconfiar/duvidar do que está posto no documento para avaliá-lo e garantir a qualidade no confronto com essas fontes, isto conduz ao verdadeiro ofício do historiador (VALENTE, 2007).

De pronto, lançar-se-á mão de ações, que permitirão melhor compreensão desse processo investigativo. Essas ações postas a seguir se caracteriza pelo o encontro de fontes bibliográficas e documentais; pela organização do material coletado; a realização de questões da Pesquisa; a formulação dos objetivos da Pesquisa e análise dos documentos.

17Luciano Mendes de Faria Filho, Licenciado em Pedagogia, mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais e doutor em Educação (Área de História da Educação) pela universidade de São Paulo. É professor de História da Educação na UFMG e docente do programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da mesma universidade. É pesquisador bolsista da CNPq vinculado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em História da Educação. Vide: <http://grupoautentica.com.br/autentica/autor/luciano-mendes-de-faria-filho/108> Acesso em: 21 de agosto 2016.

18Wagner Rodrigues Valente, professor adjunto da Universidade Federal de São Paulo (www.unifesp.br/centros/ghemat), pesquisador e coordenador do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática-GHEMAT. Coordenador pelo lado brasileiro de projeto de cooperação internacional CAPES-GRICES (Brasil-Portugal) (2006-2009). Coordenador pelo lado brasileiro de projeto de cooperação internacional CAPES-COFECUB (Brasil-França) (2014-2017).

1.1 O encontro com as fontes bibliográfica e documental

Elegeu-se dois momentos para o encontro com as fontes¹⁹: um primeiro momento, as fontes bibliográficas²⁰, um segundo momento, se caracteriza²¹ na localização das fontes documentais.

O encontro com as fontes bibliográficas inicia-se com o levantamento de obras maranhenses. Propôs-se tomar os escritos de autores com iniciativas na História da Educação no Maranhão: OLIVEIRA(1874); VIVEIROS (1953); ANDRADE (1982); TRIBUZI (1981).

As leituras dos quatro autores, somados à leitura de MEIRELES (2001) e SALDALHA (2008) contribuíram, principalmente para alargar estudos sobre a Educação no Maranhão. A necessidade da interlocução com esses autores se insere no contexto devido à intimidade deles com a educação maranhense na primeira república.

As obras consultadas auxiliaram na interpretação apurada e dinamicidade no interesse em saber que contribuições teóricas relevante trazem para o processo de construção

Com igual relevo, consideremos os estudos dos historiadores Le Goff (1990;1994);Certeau (1982;2013); Chervel (1990), visto que atuaram e interagiram em debates férteis e atuais entre pesquisadores da História da Educação e Valente(1999;2007;2013;2014;2015),cujo interesse está prioritariamente vinculado a levantamento históricos sobre a Educação Matemática no Brasil, intentando constituir um mapa histórico dessa formação no Brasil.

19 Ver (RAGAZZINI, 2001, p.14); SAVIANI (2006, p.29) enfatiza que [...] as fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. As fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos é a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história.

20 Fontes Bibliográficas, conhecidas como fontes secundárias, classificam-se segundo GIL (1988, p.62) em: a) livros de literaturas correntes como: obras de literaturas, em seus diversos gêneros: romance, poesias; b) livros de referência, como dicionários, enciclopédias e anuários; c) periódicos, são publicações de jornais e revistas; d) impressos diversos são livros, jornais, revistas, boletins informativos encontram-se nas bibliotecas publicações do governo.

21 Fontes Documentais ou fontes primárias são constituídas por obras ou textos originais, material ainda não trabalhado sobre determinado assunto. “As fontes documentais clássicas são: os arquivos públicos e documentos oficiais” (GIL, 2010, p.66).

É importante considerar que os trabalhos coletivos já realizados pelo GHEMAT contribuem e exercitam-se num panorama metodológico da Educação Matemática em âmbito nacional e internacional.

O encontro com as fontes documentais foi a inspiração para as sucessivas visitas *in lócus*, a busca de fontes históricas na Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite/BPEL (MA) e ao Arquivo Público Estadual/APE (MA), para subsidiar a pesquisa.

Visitamos principalmente a seção obras raras, onde se procedeu à localização, recolha e seleção de documentos oficiais, por exemplo: Leis, Decretos, Regulamentos e outros dispositivos oficiais. Foram os primeiros documentos correspondentes ao período investigado. Estes achados são fontes precursoras e inspiradoras para o que, pouco mais tarde, virá a se constituir o objeto principal desta investigação.

Nos arquivos foram encontrados documentos comprometidos na sua estrutura, no entanto, por mais precários que estejam tem seu valor reconhecido, porque serve de testemunha e conectividade ao contexto passado, trazendo consigo pistas e vestígios deixados de outra época.

Para tanto, utilizou-se de farta documentação localizada nos arquivos maranhenses, como por exemplo, programas de ensino para a escola primária; programas pelos quais se deve reger o ensino das matérias que formam os cursos da Escola Normal e Escola Modelo; livros de ofícios; correspondências; mapas demonstrativos da Instrução Pública; registro de matérias cursadas; mensagens; ou seja, lançamos mão de um repertório de dados de modo a analisar nos programas de ensino da escola primária, saberes elementares aritméticos.

A pesquisa nos arquivos maranhense foi fruto de uma atenção redobrada exigindo uma tarefa árdua, hercúlea, envolvendo determinação e paciência, esbarrando-se por vezes em dificuldades que no decorrer do percurso foram reduzidas.

Toda documentação encontrava-se acondicionadas em caixas plásticas tipo poliondas e armários de ferro, onde em cada uma, contam com documentos organizados e identificados. Poucos foram os casos que dificultavam o manuseio de documentos. Nota-se nesses casos que muitos trazem vestígios do uso de cliques de metal e grampo que com o passar do tempo, foram se enferrujando e danificando as bordas do papeis.

Acrescem também o excessivo uso de fitas adesivas para correção de rasgos nos documentos, procedimentos que levou ao amarelamento da área de reparo. A organização para a que fins nos propunham, promovemos um trabalho de seleção a partir de documentos localizados para então iniciar a composição de listagens de documentos para a organização de pastas.

Vale lembrar que a Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite teve sua estrutura física restaurada, deixando a permanência de traços da época. Adquiriu mobiliário novo, selecionou e capacitou a equipe, submetendo-os à modernidade tecnológica com registro e catalogação digital divulgado no site para apreciação pública.

O Arquivo Público Estadual teve também a infraestrutura restaurada, com permanência de traços da antiguidade, equipe qualificada dispondo ao público o fácil acesso aos documentos da época.

Cumprir observar que nos dois arquivos, livros, revistas e jornais do período em estudo, agora, já se encontram esgotados e os que foram localizados no site e acervos in lócus encontram-se em bom estado, manuseio e entendimento.

1.2 O trabalho de organização do material coletado

A tarefa, a partir desse momento, para efeito de organização do material coletado consistiu em caráter didático no levantamento e separação de documentos oficiais, organizando-os em pastas e agrupando-os por diferentes datas e assuntos. Ao mesmo tempo em que se priorizava esse processo de apuração e organização dos documentos, foram desenvolvidas leituras sucessivas e sistemáticas, para realização de apontamentos, fichamentos e seleção de trechos das leis, regulamentos e decretos, para auxiliar na operação da escrita do texto e na análise que articulasse fontes primárias e bibliografias.

Foi necessária a elaboração de um quadro-síntese dos documentos achados, a fim da pesquisadora localizar com rapidez um documento para uma nova consulta. Essa tarefa exigiu manuseio com as fontes oficiais primárias. Portanto, o quadro 2 traz uma coletânea das fontes primárias, garimpadas nos acervos públicos maranhenses, visando à identificação de conteúdos e temáticas para fundamentação do trabalho da pesquisadora.

Quadro 2 - Quadro de localização de fontes (Maranhão, 1890-1895)

Arquivo Público Estadual/MA	Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite/MA
✓ Regulamento do Ensino Público do Estado do Maranhão –Decreto nº94 de 1º de setembro de 1891. ✓ Lei nº47 de 15 de maio de 1893. ✓ Lei nº58 de 17 de maio de 1893. ✓ Regulamento da Instrução Pública do Maranhão –Execução da Lei nº56 de 15 de maio de 1893 ✓ Lei n.119 de 2 maio de 1895 – Reorganiza a Instrução Pública.	✓ Regulamento da Instrução Pública, 1890. ✓ Decreto nº94, de 1º de setembro de 1891. ✓ Regulamento do ensino primário – 1894

Fonte: MARANHÃO, Leis, Regulamentos e Decretos do Estado do Maranhão, 1890-1895 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados no Arquivo Público Estadual/MA e da Biblioteca Pública Estadual do Maranhão) <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>

Os documentos expostos no quadro 2 sintetizam um trabalho de longo investimento de tempo, mapeamento de fontes e análise cuidadosa sobre o objeto investigado, atendo-se permanentemente a especificidade e constituição do assunto.

Do ponto de vista dessa organização, os documentos foram agrupados em pastas registrando-se o ano, o nome e a descrição do documento sem perder o contexto da obra.

Para não ter que retornar sempre aos originais, acrescentou-se uma ficha intitulada reflexão do material, onde a pesquisadora registrou suas observações a respeito dos documentos para estabelecer comparações didáticas ou abordagens diferenciadas a um mesmo conteúdo. Estas observações possibilitaram o processo de consulta periodicamente na construção da escrita científica.

Outras observações realizadas sobre os documentos se voltaram para aspectos especificamente relacionados com a aritmética e seus programas de ensino, com enfoques nos conteúdos de ensino recomendados na legislação oficial do Maranhão. Tais buscas se converteram em narrativas sobre o assunto em questão.

É importante mencionar que as fontes primárias selecionadas para a construção do *corpus* dessa pesquisa, já se encontram disponíveis a consulta no sítio do Repositório²² público institucional virtual da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na “comunidade denominada Estado do Maranhão (MA)”, a exemplo do Estado de São Paulo (SP) e de outros estados da federação, como “AL,

²² O repositório da UFSC pode ser acessado pelo seguinte endereço eletrônico: <http://www.repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 ago. 2016.

MG, MT, PR, RJ, RN, SE, SC, além dos iniciais, como AM, BA, DF, ES, GO e RR”
(COSTA, 2015, p.41, grifos da autora).

Com efeito, para se tornar exequível a operação historiográfica ainda foi possível a localização de fontes no mesmo repositório a pasta do Estado de São Paulo (SP), na tentativa de reunir e mapear documentos referentes aos programas destinados ao ensino de saberes elementares aritméticos na escola primária paulista, no período compreendido entre 1890 a 1895 para assim, viabilizar a aproximação com o objeto proposto, isto é, entre os dois Estados, Maranhão e São Paulo.

No Quadro 3 abaixo, pode-se observar os documentos localizados no repositório da UFSC/GHEMAT, na pasta de São Paulo no que diz respeito aos saberes elementares aritméticos, no período em questão.

Quadro3 - Quadro de localização de fontes no repositório GHEMAT na pasta do Estado de São Paulo (1890-1895)

Repositório UFSC/GHEMAT (pasta correspondente ao Estado de São Paulo)	
✓	Decreto nº144B de 30 de dezembro de 1892, aprova o Regulamento da Instrução Pública;
✓	Lei nº 169, de 7 de agosto de 1893 – Regulamento da Instrução Pública;
✓	Decreto nº218 de julho de 1893 - Aprovou o Regulamento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893.
✓	Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Regimento interno das escolas públicas. Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo de 1894. Tomo IV. São Paulo Typographia do Diário Oficial, 1918.

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos documentos (Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos do Estado de São Paulo) localizados no repositório UFSC/GHEMAT, pasta São Paulo.

Em face disso, o interesse em estudar sobre os documentos acima, decorre do conhecimento e sistematização de informações e recolha de dados considerando o marco de discussão como amostra da centralidade e compreensão do objeto investigado. Apesar da riqueza da documentação e informações localizadas no repositório de conteúdos digitais GHEMAT, em particular na pasta do Estado de São Paulo foi realizado um arrolamento de estudos filtrado em torno do tema/período para a pesquisadora estabelecer relações de proximidade com os achados do Estado do Maranhão.

1.3 Questões da Pesquisa

Os questionamentos provenientes de minhas inquietações geraram questões de pesquisa, dispostas a seguir:

1. Como o modelo Escola Primária difundida a partir do modelo de São Paulo, circulou saberes elementares aritméticos presente nos programas da Escola Primária do Maranhão no período de 1890-1895?
2. Como os saberes elementares aritméticos – difundido a partir de São Paulo – foram apropriados nos programas de Escola Primária no Maranhão no período de 1890 a 1895?
3. Quais são as percepções e aproximações presentes nos programas para o ensino de saberes elementares aritméticos na escola primária entre os Estados do Maranhão e São Paulo, 1890-1895?

1.4 Formulações dos objetivos da Pesquisa

1.4.1 Objetivo geral

Analisar saberes elementares aritméticos prescritos para o ensino público primário no Estado do Maranhão a partir do modelo difundido na Escola Primária de São Paulo, no período de 1890-1895.

1.4.2 Objetivos específicos

- a) Identificar nos documentos oficiais do Estado do Maranhão os programas para o ensino de saberes elementares aritméticos propostos a partir do modelo difundido da Escola Primária de São Paulo, entre os anos de 1890 a 1895;
- b) Identificar nos documentos oficiais do Estado de São Paulo os programas para o ensino de saberes elementares aritméticos propostos para a Escola Primária Paulista, no período em questão;
- c) Analisar e discutir as percepções e aproximações nos programas para o ensino de saberes elementares aritméticos na Escola Primária entre os Estados do Maranhão e São Paulo, 1890-1895;

d) Produzir um Guia de Fontes para estudos da história da educação matemática no Maranhão, para apresentação no Programa de Pós-Graduação Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática, como um produto/resultado de dissertação da pesquisadora.

1.5 Procedimentos da Análise

A análise de documentos desse trabalho alinha-se aos escritos de Le Goff (1990;1996), Certeau (1982;1990), Chervel (1990); Faria Filho (1998;2000; 2003) e Valente (1999;2007;2013; 2014;2015).

A referência a Jacques Le Goff (1990) tem como base a sua obra “Documento/Monumento” no campo da análise documental, entendendo que sua reflexão mostra à multiplicidade de sentidos que os documentos expressam em função dos objetivos que se pretende alcançar com uma pesquisa. Também por ampliar a noção de documento e revelar que as fontes, são mais que construções humanas, são “monumentos”, intencionalmente deixado para contarem uma determinada história. O documento alargado torna-se um novo documento, transformado e deve ser tratado como um documento-monumento (LE GOFF, 1990, p.535).

O termo documento difundiu-se no século XVII na linguagem jurídica francesa, mas somente no início do século XIX assume o sentido de “testemunho histórico”. Embora continuasse o uso da palavra documento, o termo *monumento* continuou a ser utilizado durante o século XIX para designar as grandes coleções de documentos (LE GOFF, 1990, p. 536).

Nesse intento, a partir de 1960 faz-se ressoar uma verdadeira “revolução documental” o que fez Le Goff argumentar que o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder, o historiador assim começa a “[...] fazer falar as coisas mudas [...]” (LE GOFF, 1990, p.535-536).

O historiador destaca ainda que “não existe documento objetivo, inócuo, primário”; o documento é uma coisa que fica, que dura, dá testemunho e ensinamento, o [...] que ele traz devem ser em primeiro lugar analisado, desmistificando-lhe o seu significado aparente (LE GOFF, 2003, p. 537-538). Ele

explica que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, como pleno conhecimento de causa”. Ainda segundo o historiador “(...) Importa não isolar os documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte” (LE GOFF, 1996, p. 545-548).

Assim, analisar documentos enquanto monumento é importante traduzir um viés crítico do conhecimento histórico. É preciso então tirar dos documentos tudo o que eles contêm e não lhes acrescentar nada do que eles não contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos (LE GOFF, 1990).

O historiador ainda apresenta e estabelece a diferenciação entre monumento e documentos como principal forma historiográfica no processo de institucionalização, a saber:

A primeira conceitua a palavra “Monumento”. “Monumento” palavra latina *monumentum* remete para a raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa 'fazer recordar', de onde 'avisar', 'iluminar', 'instruir'. *Monumentum* refere-se à herança do passado, é um sinal do passado. Atendendo às suas origens filológicas, o monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.

Entende-se portanto, que é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação (uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura, ou ainda um monumento funerário). O historiador refere-se ao poder de perpetuação voluntária ou involuntária das sociedades históricas, e enfatiza que é um legado à memória coletiva (LE GOFF, 1990, p.535).

A segunda conceitua a palavra documento. “Documento”, palavra latina *documentum* derivado de *docere* “ensinar” tem originariamente o sentido de “prova”, de “ensino”. O documento se afirma essencialmente como um testemunho escrito (LE GOFF, 1990, p.535-536).

A leitura dos dois termos não serviria, pois, para “nada” se fosse feita com “ideias preconcebidas” [...] a sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm e em não lhes acrescentar nada do que eles não contêm.

Portanto, nada deve desviar o olhar do historiador, pois, “o melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos” que se utiliza da memória coletiva para a recuperação e análise de documentos só assim poderá usá-lo cientificamente enquanto conhecimento de causa (LE GOFF, 1990, p.536).

Le Goff (1990) ainda chama a atenção para o fato que o documento representa uma verdadeira fonte inesgotável de conhecimento e pesquisa, pois podem ser fonte de inúmeras perguntas diferentes as quais podem ser respondidas, se forem bem interrogadas. Em outras palavras, o que importa, segundo ele, é o problema que o documento suscita.

Enfim, o historiador francês, busca conferir um sentido histórico quando vai fazer referência a Foucault afirmando para esse autor que os problemas da história estão na formulação de questionamento em relação às fontes, ou seja, *pas de problème, pas d'Histoire*, isto é, Foucault, vai dizer que os problemas da história podem se resumir nas seguintes palavras: o questionar dos documentos. Vai ainda, sublinhar a mudança da relação história, memória e documento enfatizando que:

A história, na sua forma tradicional, dedicava-se a ‘memorizar’ os monumentos do passado, a transformá-los em documentos e em fazer falar os traços que, por si próprios, muitas vezes não são absolutamente verbais, ou dizem em silêncio outra coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos e o que, onde dantes se decifravam traços deixados pelos homens, onde dantes se tentava reconhecer em negativo o que eles tinham sido, apresenta agora uma massa de elementos que é preciso depois isolar, reagrupar, tornar pertinentes, colocar em relação, constituir em conjunto (LE GOFF, 1996, p. 546).

Exposto isso, infere-se que a referência e escolha por Michel de Certeau, trazido didaticamente ao texto venha alinhar metodologicamente aos trabalhos do autor anterior, somado a leitura de Valente, o que contribui, principalmente, para a prática de se pensar e de se fazer história como ação do ofício do historiador. Certeau (1982) traz uma contribuição ímpar ao defender que as tradições ocorridas no passado advêm da herança da história positivista trazida ao trabalho do historiador na descoberta de fatos históricos.

Valente (2007, p.35) numa concepção exemplar sobre o assunto advoga que “os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados”, pois já coexiste “o tempo da desconfiança”, um “novo tempo para a escrita da história” onde os fatos históricos são constituídos graças a um exame crítico.

Valente (2007) então, alerta que o novo modo de se fazer história deve passar por um crivo analítico e declara que a prática histórica é prática científica na medida em que incluem:

- a) a construção de objetos de pesquisa (são construções a partir de interrogações, levantamento de hipóteses, elaboração de respostas às questões formuladas);
- b) o uso de uma operação específica de trabalho (significa não limitar o trabalho a construção simples de uma narração, inclui um trabalho de identificação e construção de fontes de modo mais diversas possível, que sofrerão processos interpretativos, e que darão consistência ao objeto histórico em construção);
- c) e um processo de validação e legitimidade dos resultados obtidos, por uma comunidade (por meio do convencimento do sujeito a comunidade para a qual o trabalho é escrito e com quem diálogo, através de suas regras de controle) (VALENTE, 2007).

De certo, a leitura de Valente (2007) ampliou o entendimento desta investigação na construção de objetos para a pesquisa histórica. Ele rejeita pensar-se o passado como um dado. Diz que o historiador constrói sempre o seu objeto de pesquisa e o passado nunca é um objeto de análise por si mesmo. Ainda a esse respeito, ele ressalta que “[...] a ilusão do passado como dado leva a uma prática incorreta do fazer histórico” (VALENTE, 2000,p.34-35), e questiona:

[...] Que tipo de vestígios no tempo presente refere-se a educação matemática de outros tempos? Livros antigos de matemática? manuais para professores e alunos? Programas e orientações curriculares para o ensino de matemática? Diários de classe? Depoimentos de antigos mestres? Testemunhos de alunos? Provas antigas de matemática? Um conjunto de sólidos geométricos de madeira para o ensino de geometria no curso primário? Tabelas e mapas ilustrados para o ensino de aritmética, Blocos lógicos? É possível continuar essa série de interrogações e a todas elas responder que sim. A ligação direta que cada um desses exemplos mostra como o ensino de matemática não permite dúvida. Todos eles referem-se ao ensino de matemática. São testemunhos voluntários. De outra parte, tantos e tantos outros vestígios ligam-se a educação matemática de outros tempos, que só a paciência e o investimento na pesquisa histórica poderão revelar tratar-se de marcas importantes, a serem utilizadas para o avanço do conhecimento em história da educação matemática (VALENTE, 2013, p.13).

Essa análise foi também ponto de discussão de Certeau(1982) que recorre à explicação: “em história tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira” (p.81).

Nesse particular, é importante ter em conta, tal como postula o historiador:

Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto (CERTEAU, 1982, p. 81).

Com base nesses fragmentos o autor legitima um procedimento que, provavelmente, já ocorria, na época, ler, separar, anotar, fotografar, registrar tudo o que pode para depois ser examinados criticamente pelo pesquisador sem perder a visão dos fatos.

Por meio destes apontamentos Certeau (1982) assinala o dinamismo de como fazer história, é fazer falar o fato que se cala, por meio da escrita indissociável da historiografia, transformando o dado em construído. Para o historiador o objeto não está dado, ele é constituído historicamente. O historiador deixa claro que a articulação entre o natural e o cultural e a seleção de fontes com os quais o pesquisador pretende trabalhar são procedimentos que ganham relevo na prática do historiador.

Portanto, suas basilares considerações, sobretudo, no tratamento dado ao objeto da pesquisa, intenta fornecer pistas que auxiliam a pensar o seu significado. Estas pistas não se tratam de considerá-las mais ou menos importantes, mas sim de serem percebidas, tomadas como ponto de partida para compreender um fato que aparentemente, anômalo e insignificante, o historiador traz à tona, passando a ser significativo quando se avalia na escala de observação.

A referência e escolha por Chervel (1990), intenta em um texto intitulado História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. O historiador conduz essa via indicada por Julia²³ e esclarece que:

A história das disciplinas escolares, colocando os conteúdos de ensino no centro de suas preocupações, renova as problemáticas educacionais. Se, é verdade que a sociedade impõe à escola suas finalidades, estando a cargo dessa última buscar naquele apoio para criar suas próprias disciplinas, há

²³Dominique Julia definiu cultura escolar em 1995, no texto *La culture scolaire comme objet d'histoire* que e, se posiciona também em 2001 sobre cultura escolar como conjunto de normas que definem saberes a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas que são subordinadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas, sem levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p.10-11).

toda razão em se pensar que é ao redor dessas finalidades que se elaboram as políticas educacionais, os programas e os planos de estado, e que se realizam a construção e a transformação histórica da escola. (CHERVAL, 1990, p.219).

Segundo Chervel (1990) ao se estudar uma disciplina²⁴ escolar, é importante atentar para as finalidades, os conteúdos, os métodos e sistema de avaliação. O historiador francês afirma que esses elementos devem ir além das paredes da sala de aula, pois, eles são características de um contexto histórico específico ao longo das diferentes épocas e diferentes ordens: religiosa, socioeconômico, político e cultural imposta “pela sociedade que a rodeia e pela cultura na qual se banha” (CHERVAL, 1990, p.180).

Nessa perspectiva, Chervel (1990, p.191) afirma:

Cada época produziu sobre sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos²⁵, uma literatura frequentemente abundante: relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didáticas, prefácio de manuais, polêmicas [...]. É essa literatura que, ao menos tanto quanto os problemas oficiais esclareciam os mestres sobre sua função e que dá hoje a chave do problema..

Da citação acima o autor considera que cada época se articula com o lugar de produção sócio-histórico e cultural²⁶, e neste lugar se instaura as propostas sobre sua escola, suas, normas, decretos e instruções, seus problemas pedagógicos, aprendizagem, dentre outras e com isso inserções vêm em respostas às lacunas existentes.

Tal fato remete Chervel defendera cultura escolar em dois blocos: o primeiro, ele traz os programas oficiais, finalidade de ensino; e o segundo ele aborda sobre a cultura escolar, ou seja, a cultura adquirida na escola, onde esta é gerada e difundida.

Com base nessas ideias Chervel aconselha que é preciso que o historiador das disciplinas escolares identifique e diferencie as finalidades reais, das finalidades

24Disciplina, palavra associada ao verbo disciplinar, que busca desenvolver um exercício intelectual capaz de conduzir o aprendizado dos alunos. Contudo, logo após a Primeira Guerra Mundial “torna-se uma pura e simples rubrica que classifica as matérias de ensino”. O termo “disciplinar”, segundo CHERVEL, (1990, p.180) é aplicado à educação e surge na segunda metade do século XIX.

25Destaque da autora.

26Sobre o assunto CERTEAU (2007, p.66-67) explica que: [...] Toda pesquisa histórica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. [...] É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão proposta, se organizam.

de objetivo, pois é importante e necessário que ele saiba analisá-las com base numa “série de textos oficiais programáticos, discursos ministeriais, leis, decretos, acordos, instruções, circulares, fixando os planos de estudos, os programas, os métodos, os exercícios etc.” (CHERVEL, 1990, p.188-189).

Posto isso, Chervel, destaca três componentes no processo de análise das disciplinas escolares: exercícios (fixação de conteúdos), prática de motivação (estímulo e preparação de uma nova disciplina) e vulgata²⁷ (movimento responsável pelo aparecimento de novos manuais, periódicos pedagógicos, coleções didáticas) (CHERVEL, 1990, p.33).

Sendo assim, é possível valer-se das considerações de Chervel (1990) que diz que o antigo e novo coabitam, em proporções variáveis tornando imprescindíveis na perspectiva da teoria historiográfica e sustentação dessa pesquisa.

A referência e escolhapor Faria Filho (1998; 2000; 2003) não se dá por acaso. Professor e pesquisador da história da educação prima por refletir sobre “A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação”.

Seus escritos trazem á tona contribuições possíveis no trato da legislação como fonte de pesquisa para a escrita da história da educação. Estudos recentes do autor têm mostrado a fertilidade no campo historiográfico fazendo emergir uma nova maneira de se pensar e de se fazer história. A realização da operação historiográfica defendida por Faria Filho requer um novo referencial teórico, que permita problematizar as fontes, pois elas por si não falam, contudo, são testemunhas vivas indispensáveis para a reconstituição do passado erequerdo pesquisador, questionamentos dos quais o historiador faz ao documento que lhes confere o verdadeiro sentido a análise. As perguntas que o pesquisador formula ao documento são tão importantes quanto o próprio documento.

²⁷Chervel (1990, p.203),afirma que o estudo dos conteúdos beneficia-se de uma documentação abundante a base de cursos manuscritos, manuais e periódicos pedagógicos. Verifica-se aí um fenômeno da “vulgata”, o qual parece comum as diferentes disciplinas. Em cada época, o ensino dispensado pelos professores é, grosso modo, idêntico, para a mesma disciplina e para o mesmonível. Todos os manuais ou quase todos dizem então a mesma coisa ou quase isso. Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do corpus de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas. Valente (2007) parafraseando Chervel define o termo Vulgata Escolar como a elaboração de uma obra bastante próxima de outra obra didática original. Nessa elaboração uma forte similaridade dos conceitos ensinados, das sequências, dos símbolos e dos exercícios em relação á obra original.

Ao tomar a legislação em seu aspecto discursivo, Faria Filho (1998) arrola diversas possibilidades de investigação sobre a legislação educacional, faz relação entre a legislação e as práticas que a produziram e especifica três deles: a lei propriamente dita; os regulamentos; as portarias e demais atos do cotidiano (p.106): o primeiro refere-se à discussão, à aprovação, ao sancionamento e publicação da lei; o segundo, o regulamento destinado a apresentar detalhes para que a lei fosse colocada em prática; e o terceiro, refere-se as portarias, trazendo instruções sobre aplicação das leis e regulamentos e se constituem em fontes preciosas para a História da Educação (FARIA FILHO, 1998; CARVALHO, 2011).

A lei está intimamente ligada a determinadas formas de concepção da escola, concepções estas que são produzidas no interior dos parlamentos ou de alguma outra instância do Estado, mas apropriadas, de maneiras as mais diversas, pelos diferentes sujeitos ligados à produção e a realização da legislação. (FARIA FILHO, 1998, p.115).

Essa citação permite ao historiador defender a ideia de que a lei como estabelecadora e demarcadora de identidades profissionais, podendo, ou não contribuir para a expressão de novas identidades profissionais.

Faria Filho (1998, p.137-138) vai além, e no texto Instrução elementar no século XIX advoga a importância e necessidade da escola de primeiras letras direcionada para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres. A instrução, para o autor sinaliza um projeto de país independente.

Nessa perspectiva, a instrução como um mecanismo de governo permitiria não apenas indicar os melhores caminhos a serem trilhados por um povo livre, também evitaria que esse mesmo povo se desviasse do caminho traçado. (FARIA FILHO, p.1998, 137-138).

Ainda nessa assertiva, o historiador faz a seguinte menção:

(...) “ler, escrever e contar agregou-se outros conhecimentos e valores, que a instituição escolar deveria ensinar as novas gerações, sobretudo as crianças. Conteúdos como rudimentos de gramática de língua pátria, de aritmética ou rudimentos de conhecimentos religiosos, lentamente, aparecerão nas leis como componentes de uma instrução elementar (FARIA FILHO, 1998, p.138-139).

O autor vai trazer ao debate novos padrões de pesquisa e crítica documental, problematizando e ampliando as fontes de pesquisa. Faria Filho e Vidal (2003), em um artigo intitulado História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo

(1880-1970) os autores analisaram a produção historiográfica brasileira com base as obras de referência em história da educação.

Faria Filho e Vidal juntos, identificaram três padrões de produções pelos os quais passou a historiografia da educação no Brasil: o primeiro tinha como eixo coligir documentos e aplicar métodos a eles; o segundo e o terceiro encontram-se direcionados pela compilação comentada, cujo padrão de produção historiográfica é caracterizado pelo aporte da história cultural.

A referência e escolha concomitantemente a leitura de Valente permitiram delinear o caminho como pesquisadora incidida nos apontamentos metodológicos a serem considerados pelo o historiador na produção histórica do que é, está, diante dos documentos, dos traços deixados pelo passado ao presente (VALENTE, 2007).

Nesse intento, Valente (2007) cita Prost e faz um alerta na prática do ofício de historiador:

Qualquer que seja o objeto sobre o qual deva ser feita a crítica, isso não é coisa para debutante, como mostram bem as dificuldades que têm os estudantes ao considerarem um texto. É necessário já ser historiador para criticar um documento, pois se trata, no essencial, de confrontá-lo com tudo que se conhece sobre o assunto que ele enseja, do lugar e do momento a que ele se refere. Numa palavra, a crítica é ela mesma, história; ela se lapida à medida que a história se aprofunda e se alarga (VALENTE, 2007, p.33).

Parafraseando Prost, Valente (2007) na mesma esteira, considera relevante a retomada ao método crítico e recorre a “Langlois e Seignobos”²⁸ para os procedimentos a serem considerados na crítica dos documentos. Segundo ele, a “crítica” pode ser “externa” (papel, tinta, escrita, selos) e “interna” (coerência do texto, como a compatibilidade entre data que ele porta e os fatos a que se faz referência) (VALENTE, 2007, p. 33).

Assim sendo, convêm lançar olhares para o que diz Valente (2007) quando instiga sobre o documento em mão, o de reconhecer, no presente traços deixados do passado, ele caracteriza uma fase de pleno exercício de leitura e mapeamento de vestígios. Essa é uma fase crítica ao documento, imprescindível falar o documento por meio de questões muito simples, como por exemplo: Quem é o autor do

²⁸ Historiadores e professores franceses Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos. O livro de Langlois e Seignobos foi utilizado no Brasil no processo de formação de cursos universitários de história. Artigos que tratam do manual de Langlois e Seignobos. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0457.pdf> Acesso em: 21 agost.2016.

documento? De onde vem o documento? Como ele foi transmitido e conservado? O autor é sincero? Existem razões, conscientes ou não, de deformar seu testemunho? Ele diz a verdade? Sua posição permite que se disponha de boas informações? Ela implica algum viés?

Essas questões podem ser dispostas em duas séries: a da crítica da sinceridade, concernente às intenções de produção do documento; e a crítica de exatidão, sobre a situação objetiva do documento. A primeira está atenta às mentiras; a segunda, aos erros.

Por fim os escritos de Le Goff, Certeau, Chervel, Faria Filho e Valente, se tornaram vetores historiográficos indispensáveis para as ricas reflexões que possibilitam no presente fazer diferentes leituras do passado e levantar vestígios no trato dado ao objeto desta pesquisa.

A partir desses historiadores, a história que antes se interessava somente por política passa atualmente interessar pelos os aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade.

A Nova História interessou-se por todas as atividades da vida humana, valorizando os excluídos, especialmente das camadas desvalidas como negros, mulheres, crianças, o que antes era considerado impossível registrar, agora se encontra em variação, tanto no tempo quanto no espaço.

Nessa acepção, esses historiadores reafirmam que o trabalho com as fontes na análise documental, exige atenção, cuidado, criatividade, problematização à luz da literatura que lhe é pertinente, reformulando e checando questões e, se for o caso, sempre voltando às fontes até que esgotem o problema e as fontes, isto são possibilidades de se fazer história.

No caso desta pesquisa tornou-se imprescindível examinar as obras desses historiadores que em diálogo a pesquisadora se deparou com um estado de interrogações e possibilidades de leituras não apenas literal das informações contidas nos documentos, mas nos questionamentos contextualizados com a realidade da época, preocupa-se em problematizar, a partir de olhares diferenciados, perguntando, quem produziu o documento, em que contexto e com que objetivo o documento foi prescrito.

Portanto, nessas circunstâncias, enveredou-se entrecruzar a análise documental dos dados levantados, com a disposição das informações obtidas nos documentos originais elucidadas pelos fundamentos dos historiadores citados que

permitindo enxergar melhor detalhes ínfimos para a produção de novos olhares descritivos e problematizadores, voltados ao passado contextualizados com a história do documento da época.

A fim de tecer um panorama inicial, no capítulo seguinte abordaremos sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário no Maranhão e São Paulo, tangenciando conexões com o tema em estudo.

CAPÍTULO II – SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO MARANHÃO E SÃO PAULO (1890-1895): aproximações com o tema

Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica **tudo que toca pode e deve informar sobre ele** (VALENTE, 2013, p.45 grifo nosso).

O presente capítulo tem por finalidade aproximar a pesquisadora ao objeto em estudo. Logo, nessa proposta um primeiro movimento, é definir um entendimento sobre saberes elementares aritmético²⁹(no período estudado) aqui compreendido como conteúdos da aritmética escolar presente para o ensino primário.

Afinal, o que são saberes elementares aritméticos? A esse respeito Valente (2015) assim, se manifesta:

[...] **“não caberia a rubrica Matemática.** Afinal, essa não é nem mesmo a nomenclatura encontrada nos documentos oficiais [...]Mas, **há ensinamentos de matemática nos primeiros anos escolares**³⁰...E como, nas pesquisas, está sendo considerado o primeiro nível escolar, o mais elementar, melhor seria levar em conta os ‘saberes elementares matemáticos’ [...] Existem rubricas as mais variadas que contém saberes matemático. Pode-se citar, por exemplo: **Cálculo, Aritmética, Desenho, Trabalhos Manuais, Geometria, Modelagem, Cartografia etc., a depender do contexto local e das reformas estabelecidas para reger a escola primária em diferentes pontos do país**” (VALENTE, 2015, p.17-18. Grifo da autora).

29Ao abordar estudos sobre saberes elementares matemáticos, Valente (2015, p. 17-18) considera, que está alocadas nas mais variadas rubricas Aritmética/Cálculo e Geometria/Desenho e nos Trabalhos Manuais, Modelagem, Cartografia, etc., a depender do contexto local e das reformas estabelecidas para reger a escola primária em diferentes pontos do país. Para o autor, “tal posicionamento deve representar apenas um ponto de partida para a investigação da trajetória dos saberes elementares matemáticos nos primeiros anos escolares”. A presença dos saberes elementares matemáticos em variadas matérias do curso primário, mesmo que de modo não explícito, coloca a problemática de melhor caracterizá-los de modo a ser possível a sua investigação ao longo do tempo.

30Os primeiros anos escolares eram chamados de escola de primeiras letras ou escola do ler, escrever e contar. O contar traz a referência do conhecimento matemático (aritmética) presente desde as primeiras lições escolares. Escrever, ler e contar guarda muito mais semelhanças do que comumente pensamos, e, talvez, por isso mesmo, possam ser tratados como sendo as primeiras letras. De fato, essas habilidades, igualmente, operam com sistemas simbólicos e tais sistemas representam convencionalmente realidades abstratas por meio de signos concretos, permitindo combinações e transformações geradoras de novos sentidos ou novos fatos. (SILVA; VALENTE, 2013).

Em face disso, o sentido adotado foi a partir de Valente (2015) quando identifica saberes elementares presentes em diferentes matérias ou disciplinas que, de alguma forma faz referências aos números por meio de algarismos aritméticos.

E foi com esse olhar os quais foram possíveis compreender e refinar os achados da pesquisa testificando documentos para avançar nos estudos da época, daí a opção por tomar como temática saberes elementares aritméticos.

Um segundo movimento foi o levantamento de trabalhos produzidos por pesquisadores maranhenses, os quais se encontram relacionados aos saberes elementares aritméticos; pesquisas produzidas por pesquisadores de São Paulo, vinculadas ao Projeto³¹GHEMAT e pesquisas relacionadas com temática desenvolvidas a partir de olhares diferenciados por pesquisadores do grupo de pesquisa, advindos de diversos estados brasileiros.

Esse exercício investigativo inicia-se com o levantamento, e posterior análise, de conhecimento já produzido e sistematizado sobre a temática em questão, é o que chamamos de estado do conhecimento, o que caracteriza consenso ao estudo, pois:

[...] o trabalho do historiador da educação matemática refere-se àquele de construção de ultrapassagens de relações ingênuas, místicas, românticas e memorialísticas sobre as práticas do ensino de matemática realizadas noutros tempos. A utilidade de sua produção – cujo resultado é uma história da educação matemática – é a de considerar que, um professor de matemática que mantenha uma relação a-histórica com os seus antepassados profissionais possa, com a apropriação dessa história, se relacionar de modo menos fantástico e mais científico com esse passado. Isso tende a alterar as suas práticas cotidianas, que passam a ser realizadas de modo mais consistente. (VALENTE, 2013, p.28).

O fragmento acima oportuniza refletir e produzir a história no presente com o olhar sobre o passado, contudo, este capítulo não se preocupa em fazer uma discussão exaustiva sobre os assuntos aqui tratados. Intencionou-se o interesse em trazer informações gerais sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário maranhense levantando trabalhos relevantes produzidos por pesquisadores maranhenses até as pesquisas produzidas por pesquisadores do GHEMAT. Para

³¹Projeto Maior intitulado A Constituição dos Saberes Elementares Matemáticos: A Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970, vinculado ao GHEMAT e realizado com apoio do CNPq, CAPES, em âmbito nacional. Esta pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento e conta com a contribuição de pesquisadores de diversos Estados do Brasil.

um estudo mais específico do assunto pode-se consultar outros textos citados nas referências.

2.1 Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do Maranhão

Sobre a produção de trabalhos científicos produzidos por pesquisadores maranhenses relacionados aos saberes elementares aritméticos na escola primária do Maranhão encontraram-se publicações com informações bastante reduzidas com sinalização de pistas sobre o estudo investigado. Foram localizados no site da ScientificElectronic Library Online –SciELO, composta por: (ORLANDA,2014); (MELO, 2012);(BORGES; FURTADO; CASTRO, 2013).

Vale destacar que os referidos trabalhos presentes na produção acadêmica nacional foram mapeados e trazem informações reduzidas diante do foco da pesquisa aqui proposta, contudo, integra ao estado do conhecimento da pesquisa no campo da História da Educação com percepções na História da Educação Matemática,³²por isso, privilegiaram-se trabalhos nesta área.

Quadro 4-Trabalhos científicos publicados em eventos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do Maranhão.

Títulos de Trabalhos	Local	Autor(a)	Ano
Percurso Histórico da Formação de Professores para a Escola Primária no Maranhão Império e República Velha	Universidade Federal da Paraíba	MELO. Maria Barros Alves	2012
Cultura Escolar e Material: primeiras investigações a partir dos relatórios e ofícios da Inspetoria de Instrução Pública no Maranhão entre 1850-1900	Universidade Federal do Maranhão-UFMA/SEMIC	BORGES;FURTADO;CASTRO	2013
Instrução Pública da Província do Maranhão na perspectiva de Jerônimo de Viveiro	Universidade Estadual do Maranhão/UEMA/PP GEHEN	ORLANDA.Wild Muller dos Santos Leme.	2014

Fonte:Quadro elaborado pela pesquisadora a partir de trabalhos científicos publicados em eventos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzido por pesquisadores maranhenses (<http://www.scielo.org/php/index.php>).

³²Apenas para ilustrar, ao realizar um levantamento bibliográfico de dissertações e teses da área da Educação Matemática, no Banco de dados da Capes, apontou-se a inexistência de pesquisas específicas no que tange saberes elementares aritméticos, especificamente sobre o assunto em questão.

Antes de passarmos adiante, no relato sucinto em relação ao quadro acima, deixe-se registrado que não foi identificada nenhuma pesquisa que abordasse especificamente saberes elementares aritméticos no ensino público primário no Maranhão no período em questão, para tanto, buscou-se aprofundamento da temática em outros núcleos de investigação para possíveis aproximações ao tema em estudo.

Tomando como amostra o Quadro 4 se tem no Quadro 5a distribuição da produção de pesquisas por dissertações e teses publicadas em impressos e eletrônicos localizados no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltados para o campo da História da Educação e para a História da Educação Matemática, com vistas a identificação e aproximação com o objeto delimitado, conforme mostra o quadro seguinte.

Quadro 5 - Distribuição de Pesquisas proximais relacionadas aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores maranhenses.

Ano	Números de Trabalhos		
	Dissertações	Teses	Total
1984	1	0	1
2008	1	0	1
2009	1	0	1
2012	0	1	1
Total	3	1	4

Fonte: Elaborado a partir de: <http://www.capes.gov.br>-Levantamento de dissertações e teses relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores maranhenses.

Foi possível localizar quatro (4) produções científicas, três (3) dissertações e uma (1) tese, estas produções encontram-se relacionadas de forma reduzida sobre Saberes elementares aritméticas. Para tanto, estão listados e postos no quadro a seguir:

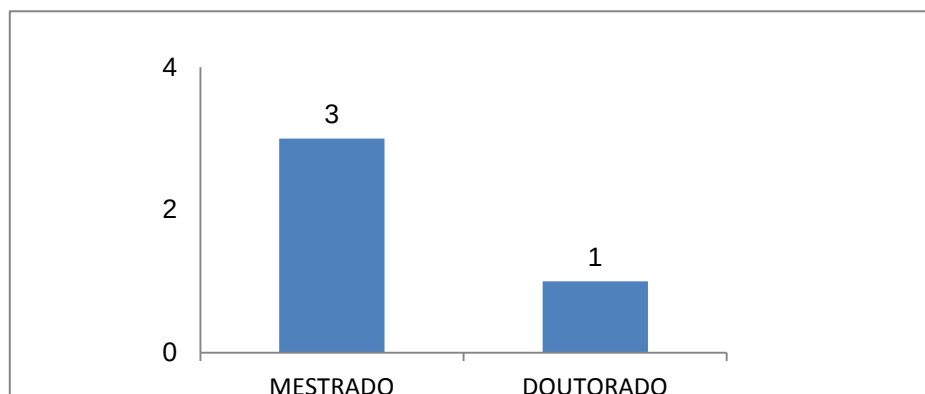
Quadro 6 - Pesquisas relacionadas ao campo de Saberes elementares aritméticos produzidas por pesquisadores maranhenses

	TESES E DISSERTAÇÕES	TITULAÇÃO INSTITUIÇÃO	ÁREA DO CONHECIMENTO/ ANO
1	ANDRADE, Beatriz Martins De. O discurso educacional do maranhão na primeira república. São Luís: UFMA, 1984. 105 p.	Mestrado/UFMA	Educação/1984
2	SALDANHA, Lílian Maria Leda. A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899), São Luís:UFMA, 1992, 237 f.	Mestrado/UFMA	Educação/2008
3	TAVARES, Rachel Sousa. A Infância no Maranhão Imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período ³³ de 1885-1889.	Mestrado/UFMA	Educação/2009
4	CASTELLANOS ²⁹ . Samuel LuisVelázquez. O Livro Escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrição.	Tese/UFMA	Educação/2012

Fonte:Elaboração própria a partir do levantamento de teses e dissertações. Disponível em:<<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

Ainda, por meio do quadro 6,para ilustrar esse ponto de vista, o quadro 7 dá uma visibilidade a informação quantitativa dessas dissertações e tese, constituído como indicador para um olhar ao lócus da emergência de motivação e interesse em torno da pesquisa em história da educação matemática no Maranhão.

Quadro 7 –Produção e levantamento de dissertação e tese relacionadas ao campo de Saberes elementares aritméticos produzidas por pesquisadores maranhenses



Fonte:<http://www.capes.gov.br>

³³ A autora traz nesta investigação o período de 1885-1889, contudo informações sobre a escolarização pública refletem similarmente período investigado.

Para categorizar essas pesquisas numa análise mais exaustiva dessas produções – 3 (três) dissertações e 1 (uma) tese – utilizou-se quatro combinações de palavras-chave, a saber: a) Escola Primária nos anos iniciais da Primeira República no Maranhão; b) Programas para a Escola Primária no Maranhão no período de 1890-1895; c) Saberes elementares aritméticos na Escola Primária no Maranhão entre os anos de 1890-1895; d) Aritmética na Escola Primária do Maranhão, no período de 1890-1895.

Cumprida a realização do processo de combinações de palavras-chave, o traçado seguinte foi apresentar uma breve descrição das produções mapeadas, buscando destacar aspectos relevantes marcados pelos autores.

Foi considerado com atenção e aprofundamento não apenas a leitura do título, a leitura do resumo e do sumário, mas a leitura na íntegra das produções elencadas, privilegiando o marco temporal e o tema em estudo.

Neste curso, ecoa, desde então o interesse de dialogar melhor com tais pesquisas por isso, optou-se em apresentá-las, descrevendo-as com brevidade, primeiramente as dissertações e, *a posteriori*, a tese.

A primeira dissertação intitulada, “O discurso educacional do Maranhão na primeira república”, Beatriz Martins de Andrade (1984) aponta em seu estudo a conturbada crise econômica e turbulência social, principalmente política no Maranhão, traz referências consistentes a educação da época. Revela o descaso com a escola pública, com os professores e alunos em decorrência ao estágio em que a instrução pública se encontrava.

E ainda, a autora aborda o período Colonial, Imperial e a Primeira República, o que proporcionou a pesquisadora um olhar panorâmico da educação nos períodos que antecede os anos iniciais da Primeira República.

Cabe destacar que autora não direcionou o estudo para saberes elementares aritméticos - que é o estudo em questão-notadamente - foram possíveis pistas para ampliar a discussão desta pesquisa.

A segunda dissertação intitulada “A instrução pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)”, Lílian Leda Saldanha (2008) faz uma retrospectiva histórica do Ensino primário. Mostra os dados estatísticos sobre a Instrução Pública e, afirma que o Maranhão chegara ao final do século XIX com 212 escolas primárias estaduais.

Esse trabalho permitiu evidenciar leis, decretos e regulamentos da Instrução Pública maranhense, identificando os conteúdos para o ensino primário, nesta dissertação destacamos a presença da aritmética nos programas de 1854 e 1874.

A autora destaca que o Regulamento de 1854 teve a duração de 20 anos e que só em 1874 ele foi substituído pela Lei nº1091, de 17 de junho, a referida lei criou pela primeira vez um Conselho de Instrução, nomeada pelo presidente da Província.

A terceira dissertação versa sobre A infância no Maranhão Imperial: a escolarização pública primária da criança pobre e livre no período de 1884-1889, de autoria de Rachel Sousa Tavares (2009). O estudo trata do processo de escolarização primária da Província do Maranhão, no período de 1855 a 1899. Apoiase na pesquisa documental e bibliográfica com inferência em leis, decretos e regulamentos sobre a Instrução Pública.

Discute-se a construção de uma nova identidade para infância, seguindo as ideias de Pestalozzi, Froebel, entre outros. Ao que tudo indica nesta obra, a autora analisa dados sobre a instrução Pública Primária maranhense, ressaltando o fracasso da educação, a atuação e mecanismo para formar um bom professor.

A autora em seu estudo fomenta sobre as instituições de atendimento a criança pobre em São Luís, no século XIX. Apresenta o quantitativo de Escolas Públicas de Ensino Primário na Província do Maranhão, no período de 1870 a 1878. Elenca os conteúdos para o ensino primário de 1º e 2º graus, nos quais identifica Princípios elementares de Aritmética.

Mostra ainda, em detalhes a organização da rotina dentro das instituições. É importante destacar, que a autora, apresenta pistas reduzidas sobre saberes elementares aritméticos, especificamente, no marco da pesquisadora, contudo, extrai dessa obra dados relevantes para composição do estudo em questão.

A quarta produção é a tese de doutorado de Samuel Luis Velazquez Castellanos (2012), intitulada O livro escolar no Maranhão Império: produção, circulação e prescrição. O autor tenciona compreender a representatividade dos livros escolares do Maranhão Império de uso nas instituições escolares públicas e particulares de instrução primária. O autor utilizou-se dos estudos advindos da História Cultural.

A pesquisa foi realizada sobre a legislação oficial da época, como leis, decretos e normas. Nesta mesma linha de raciocínio, o autor tenciona inferir intercorrências entre quem escreve e quem publica e quem produz o livro escolar.

Possíveis propostas para o ensino primário foi identificado por meio de livros adotado para a escola primária da época. Nesses compêndios utilizados e adotados para reger o ensino maranhense, pistas sobre os livros de aritmética foram localizados e abrem caminhos sinalizando um campo fértil de investigação para a pesquisadora.

Convém dizer, que as dissertações de Andrade (1984); Saldanha (2008); Tavares (2009) e a tese de Castellanos (2011) disseminam possíveis conexões com o tema de estudo em questão, contudo, vê-se, ainda, a possibilidade de ampliar o estudo em termos de melhor compreensão da pesquisa para o leitor.

Para ilustrar essa constatação, buscou-se considerar outras obras. São quatro livros referentes a pistas sobre a educação na primeira República no Maranhão contribuindo para consultas históricas e referência proximal ao tema pesquisado, destacamos de maneira necessariamente breve, a cada uma destas obras:

- ✓ O primeiro livro, de **Jerônimo de Viveiros (2001)** que permaneceu único sobre o tema educação, do Império a Primeira República;
- ✓ O segundo, de autoria de **Maria do Socorro Coelho Cabral (1984)**, Política e Educação no Maranhão (1834 -1889), neste, há aspectos que contribuíram para o avanço desta pesquisa com identificação de saberes elementares aritméticos em programas de ensino, tais informações indicaram pistas para fontes sobre saberes elementares aritméticos;
- ✓ O terceiro, de autoria de **Barbosa de Godóis**³⁴ A Escola e o Mestre (1910) forneceram dados importantes sobre a Escola Primária, estabelecendo uma relação com os saberes elementares aritméticos. Esta obra foi localizada por meio da busca das publicações conhecidas, obras citadas em trabalhos anteriores e obras inéditas;
- ✓ O quarto de autoria de **Cesar Augusto Castro (2011)**, Leis e Regulamentos da Instrução Pública do Maranhão no Império (1835-1889), nele o

³⁴Barbosa de Godóis, intelectual reconhecido no Estado, influenciou a formação das (os)normalistas. Acompanhou e participou da história da Escola Normal no Maranhão. Os livros de sua autoria, publicados costumavam ser adotados pela Escola Normal, Godóis, publicou: Instrução Cívica: resumo didático de acordo com o programa da Escola Normal de São Luis (1900); História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal (1904) e o Mestre e a Escola (1910).

autor enfatiza as leis, os decretos e os regulamentos da Instrução Pública Primária do Maranhão, assim como discute sobre programas de ensino propostos para o ensino de Aritmética da época (grifos nossos).

Sutilmente, é possível perceber que os livros apresentados possibilitaram inferir a escassez na produção cientificando que se refere a programas para o ensino de saberes elementares aritméticos na escola primária maranhense, entre os anos de 1890-1895, entretanto, o cotejar das obras anteriores é um dos efeitos relevante o qual se funde em outro já conhecido.

Na análise da pesquisadora nenhum livro investiga o tema desta pesquisa, na maioria dos casos, os temas apenas se aproximavam ou fazem referências às problemáticas que o envolvem, daí, é que se identificam pistas que percepções e aproximações sobre o objeto investigado, no intuito de situá-lo perante a produção nacional.

Para uma última contribuição, pesquisas recentes no que se referem ao âmbito da Educação Matemática, dois Mestrados - em andamentos - que devem ser aqui mencionados, quais sejam, o Curso de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática³⁵, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática-PPECEM/UFMA, recomendado pela CAPES com nota 3 e com duas linhas de pesquisas: Linha 1- Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores em Ciências e Matemática (merece destaque pesquisa em Educação Matemática); Linha 2- Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS); e o segundo, Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica³⁶, do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica-PPGEEB, com linhas de pesquisas em Linguagens, Códigos e sua Tecnologias, Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias e Área de Ciências da Natureza, Matemática e sua Tecnologias (merece destaque pesquisa em Ensino de Matemática, para o Ensino Fundamental e Ensino Médio).

35O Curso de Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática aprovado pela Resolução 1283 - CONSEPE, de 10 de junho de 2015, com funcionamento nos turnos Matutino e Vespertino nas dependências do CCET, da Universidade Federal do Maranhão-UFMA. Vide Edital PPPGI 005/2016, Disponível em: <http://www.ufma.br/portalUFMA/edital/qkdfGaadt6ruziG.pdf> Acesso em: 21 agost.2016.

36 Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica-PPGEEB/UFMA, aprovado pelas Resoluções 1000/2013 e 1152/2014 CONSEPE. Vide Edital PPPG nº 35/2015. Disponível em: <https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao.jsf?lc=pt BR&id=1381> Acesso em: 21 agost.2016.

Não obstante, essas iniciativas já se evidenciam possíveis grupos de docentes pesquisadores a investigar sobre Educação e História da Educação Matemática um novo pensar impacta apontando inovações respondendo aos anseios dos profissionais da educação maranhense.

A seção seguinte pretende, portanto, elaborar um mapeamento de produções acadêmicas já realizadas por pesquisadores do GHEMAT no campo de saberes elementares aritméticas no ensino primário.

2.2 Documentos sobre saberes elementares aritméticos para o ensino primário localizados por pesquisadores do Grupo de Pesquisa de História Educação Matemática-GHEMAT em regiões brasileiras

A busca por produções acadêmicas relacionadas aos saberes elementares aritméticos produzidas por pesquisadores³⁷ do GHEMAT resultou na construção de um levantamento que investiga o tema objeto desta pesquisa.

Para saber sobre essas produções inéditas do grupo em âmbito nacional foi necessário o acesso ao Repositório de Conteúdo Digital/UFSC que guarda documentação dos diferentes estados do país.

No repositório foi possível observar o armazenamento e o compartilhamento de documentos com investigações realizadas nas diversas regiões do país objetivando subsidiar estudos sobre História da Educação Matemática Brasileira. São pesquisadores de vinte um estado da federação que além de localizarem e produzir em fatos históricos em forma de narrativas discute a presença Saberes elementares matemáticos nos anos iniciais escolares em âmbito nacional [...] é “a História como produção” diz VALENTE(2013, p.35).

A esse respeito, o quadro 8 em interessante estudo comparativo por regiões brasileiras apresenta o quantitativo de documentos com distribuição geográfica localizados por pesquisadores do GHEMAT.

37Pesquisadores GHEMAT: Wagner Rodrigues Valente (UNIFESP-SP); Aparecida Rodrigues Silva Duarte (UNIBAN-SP); Claudia Regina Flores (UFSC-SC); David Antonio da Costa (UFSC-SC); Elisabete ZardoBúrigo (UFRGS-RS); Gladys Denise Wielewski (UFMT-MT); Iran Abreu Mendes (UFRGN-RN); Ivanete Batista dos Santos (UFS-SE); Josiane Pinto de Arruda (UFSC-SC); Lucia Maria Aversa Vilela (USS-RJ); Maria Cecília Bueno Ficher (UNISINOS-RS); Maria Célia Leme da Silva (UNIFESP-SP); Mercedes B. Q. Pereira dos Santos (UFAL-AL); Neuza Bertoni Pinto (PUC-PR); Rosimeire Aparecida Soares Borges (UNIVAS-GO); Marylucia Cavalcante Silva (UEMA-MA).

Quadro 8 - Documentos para pesquisa localizados por pesquisadores do GHEMAT em regiões brasileiras

Regiões Brasileiras	Estados Envolvidos	Número de Documentos	Total de professores pesquisadores
Norte	AM	51	76
	PA	17	
	RR	08	
Nordeste	AL	26	267
	BA	94	
	MA	08	
	PB	33	
	RN	49	
	PE	0	
	SE	57	
Centro-Oeste	DF	08	40
	GO	19	
	MT	13	
	MS	0	
Sudeste	ES	53	760
	MG	110	
	RJ	143	
	SP	454	
Sul	PR	119	801
	SC	146	
	RS	536	
TOTAL	-	1.944	

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 ago.2016

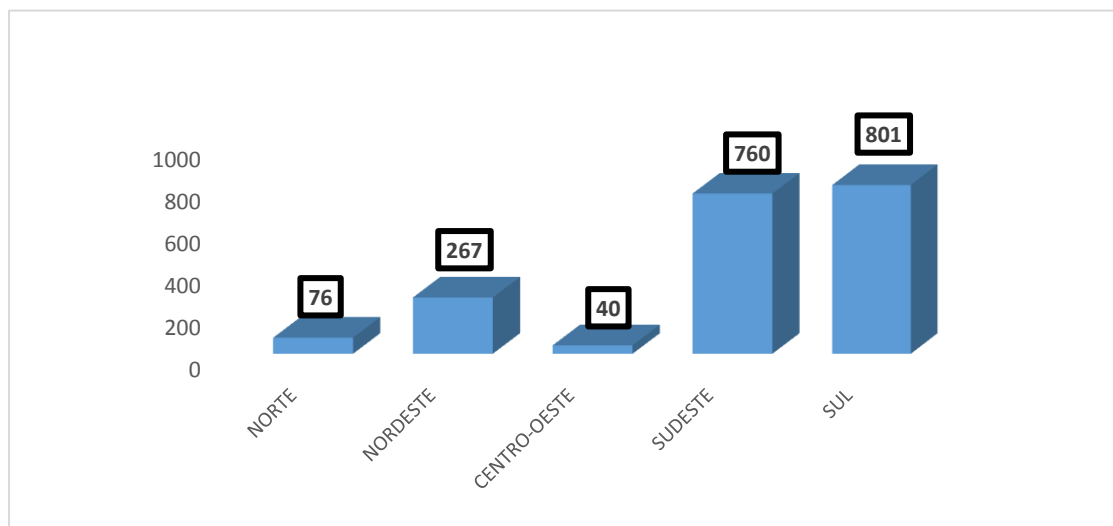
O quadro expressa importante ponto para a reflexão concernente a presença de estudos sobre a Educação e Educação Matemática nos 21 estados da federação. Os dados chegam a ser, portanto, profundamente otimista sendo elucidativa a predominância dos trabalhos coletivos dos pesquisadores GHEMAT.

Aqui, portanto, limitar-nos-emos enfatizar a distribuição dos documentos ³⁸por regiões brasileiras. Como se podem notar a partir dos dados tudo parece indicar que nas regiões Sul (801) e Sudeste (760) há maior concentração de pesquisas, seguidos pelas regiões Nordeste (267) e Norte (76) e Centro Oeste (40),

³⁸Ver no endereço eletrônico <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769>, a distribuição por regiões brasileiras. Consultar, também nos anais do XII Seminário Temático “Saberes elementares do ensino primário (1890-1970): o que dizem as Revistas Pedagógicas?” podem ser consultados inúmeros estudos sobre saberes elementares matemáticos em revistas pedagógicas que circularam no Brasil em tempos dos grupos escolares, Disponível em: http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario_tematico/anais.php

contabilizando um total de 1944(hum mil novecentos e quarenta e quatro) trabalhos distribuídos entre as diferentes regiões do país, como mostra o gráfico1.

Gráfico 1:Distribuição de Documentos para pesquisa localizados por pesquisadores GHEMAT em regiões brasileiras



Fonte:<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 agost.2016.

De algum modo, os dados acima, tematizam e representam um número significativo do que se vive e se produz pesquisas que se deslindam a respeito da História da Educação e Educação Matemática no Brasil e/ou temas que se aproximam da discussão sobre saberes elementares aritméticos.

Essas intensificações de esforços de temáticas investigativas circunscrevem pesquisadores que estão ativos em estudos arrolados que se somam no rol de conhecimentos nas universidades, por conseguinte nas regiões brasileiras.

Como um elemento relevante da análise, destacamos o Estado do Maranhão com iniciativas de pesquisas no GHEMAT. Esse dado ilustra a sensibilidade da pesquisadora pela própria circunstância da realidade em estudo.

Em uma mesma esteira, o quadro 9 aúfere cada vez mais ao tema em estudo e, para que a ilustração ganhe em verossimilhança, alguns trabalhos mapeados atinentes aos saberes elementares aritméticos conduzem para o ensino primário produzidos preferencialmente por pesquisadores GHEMAT, no período de 1890-1895.

Quadro 9: Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário produzidos por pesquisadores do GHEMAT.

Ano	Autor	Título
1999	VALENTE. W. R	Uma história da matemática escolar no Brasil de 1730 a 1930
2001	OLIVEIRA. M. C. M. de	Organização Escolar no início do século XX: o acaso do Paraná
2003	COSTA, D. A. de	A aritmética no Ensino Primário brasileiro: 1890-1946
2011	VALENTE. W. R	A matemática na Formação do Professor do Ensino Primário em São Paulo (1875-1930)
2011	COSTA. D. A. de	Aritmética escolar pelos livros didáticos dos Grupos Escolares de São Paulo: fim do século XIX e início do século XX
2011	OLIVEIRA. M. C. M. de	O ensino da aritmética nas escolas do Paraná na primeira república
2011	FRAZZARINI; LEME DA SILVA; SANTOS.	O que dizem os Programas de Ensino de Grupos Escolares sobre os Saberes Geométricos (1890-1950)
2013	VALENTE. W. R	A Constituição dos Saberes Elementares: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970
2013	SILVA; VALENTE. W. R	Programas de geometria no ensino primário paulista: do império a primeira república
2014	VALENTE. W. R	História da educação matemática no Brasil: problemáticas de pesquisa, fontes, referências teórico-metodológicas e históricas elaboradas.
2014	FRIZZARINI; OLIVEIRA; LEME DA SILVA; VALENTE	Saberes Elementares Matemáticos e os Programas de Ensino, São Paulo (1894-1950)
2014	D'ESQUIVEL; AMARA; SANTANA; SANTANA,	Saberes Elementares de Matemática na Bahia: Currículos e Programas de Ensino (1895-1925)
2014	COSTA. D. A. de	O Cenário da Instrução Pública de Santa Catarina no início do século XX e o ensino de aritmética: o repositório institucional de fontes
2014	COSTA. D. A. de	As concepções e contribuições de Pestalozzi, Gube, Parker e Dewey para o ensino da Aritmética no nível elementar: o conceito de número.
2014	GUIMARÃES; LEME DA SILVA	Os Saberes elementares matemáticos, Geometria e Desenho, nos Programas oficiais: um estudo dos documentos de São Paulo, Sergipe e Goiás contidos no repositório virtual

2014	GUIMARÃES; LEME DA SILVA	Desenho e Geometria na Escola Primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa
2014	PINTO, N. B.	Aritmética e Geometria da Escola Primária paranaense na década de 1940: da Legislação aos livros didáticos
2015	VALENTE. W. R	A Constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890-1950)
2015	CAVALCANTE SILVA; RIOS.	Instrução Pública no Maranhão: matemática nas prescrições dos currículos e programas de ensino (1890-1971)

Fonte: <https://repositório.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 agost. 2016.

Em síntese, deparamo-nos com temáticas investigativas em relação aos saberes elementares aritméticos que nos parece esclarecedor, tornando mais palatável os diversos modos de se pensar este estudo. Foram dez trabalhos apreciados, identificados que permitem pensar as possíveis aberturas de aproximações sobre o tema, para, assim, por um novo pensamento moderno sobre o currículo nas escolas de ensino fundamental brasileira.

Na seção seguinte, sob o olhar da pesquisadora investigações apontam e desenham caminhos de um conhecimento mais abrangente e mais profundo sobre as pesquisas relacionadas aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário no estado de São Paulo (1890-1895).

2.3 Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário no estado de São Paulo(1890-1895)

A busca por produções acadêmicas relacionadas aos saberes elementares aritméticas para o ensino primário no estado de São Paulo resultou em um levantamento no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertação – BDTD, que identifica trabalhos já existentes no campo do tema investigado.

Neste caminho a pesquisadora interessou inventariar estudos já produzidos e publicados sobre a temática em questão no recorte temporal de pesquisa expresso (1890-1895), que se assentam conforme demonstrado no quadro 10:

Quadro 10 - Trabalhos relacionados aos saberes elementares aritméticos para o ensino primário no estado de São Paulo (1890-1895).

Autor	Título	Data
SOUZA, Rosa de Fátima de	Tempos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo, 1890-1910.	1998
VALENTE, Wagner Rodrigues	Uma história da matemática escolar no Brasil de 1730 a 1930.	1999
VALENTE, Wagner Rodrigues	Lourenço Filho, as cartas de Parker e as transformações da aritmética escolar.	2010
VALENTE, Wagner Rodrigues	A matemática do ensino secundário: duas disciplinas escolares?	2011
VALENTE, Wagner Rodrigues	A matemática na Formação do Professor do Ensino Primário em São Paulo (1875-1930).	2011
BARREIROS, Manoel Francisco	O Ensino de Geometria nos Grupos Escolares do Estado de São Paulo (1890-1930).	2011
VALENTE, Wagner Rodrigues	A Constituição dos Saberes Elementares: a Aritmética, a Geometria e o Desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970.	2013
LEME DA SILVA, Maria Célia	DESENHO E GEOMETRIA NA ESCOLA PRIMÁRIA: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa.	2014
VALENTE, Wagner Rodrigues	A Constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890-1950).	2015
PINTO, Neuza Berton	MATRIZES PEDAGÓGICAS DE MANUAIS QUE ENSINAM A ENSINAR ARITMÉTICA NA ESCOLA PRIMÁRIA EM TEMPOS DE ESCOLA NOVA: aproximações e distanciamentos	2016

Fonte: Elaborado a partir do levantamento de trabalhos localizados na BDTD sobre saberes elementares aritméticos. Vide também em: <<https://repositório.ufsc.br/handle/123456789/1769>> Acesso em: 22 agost. 2016.

O quadro acima representa um extrato que circunscreve os trabalhos de pesquisadores publicados em eventos em âmbito nacional, não obstante, comungam diretamente a essa temática. São trabalhos atuantes que se somam as produções científicas de pesquisadores do GHEMAT de São Paulo.

Tais produções traduzem e interpretam a presença da aritmética escolar nos anos iniciais da primeira república no período em questão. Assim sendo, é sempre importante observar que os saberes elementares aritméticos foram se constituindo no decorrer do tempo.

CAPÍTULO III – PERCEPÇÕES E APROXIMAÇÕES SOBRE OS SABERES ELEMENTARES ARITMÉTICOS A PARTIR DOS PROGRAMAS DE ENSINO DA ESCOLA PRIMÁRIA ENTRE MARANHÃO E SÃO PAULO (1890-1895)

[...] a ideia de que a história não é uma cópia do que ocorreu no passado, mas sim **uma construção, do historiador, a partir de vestígios que esse passado deixou no presente, passa-se a tratar a história como uma produção**. Será ofício do historiador, produzir fatos históricos apresentando-os na forma de uma narrativa (VALENTE, 2013, p.25, grifo nosso).

Este capítulo pretende apresentar três seções que fazem referências sobre os saberes elementares aritméticos propostos nos programas de ensino para o Ensino Primário dos Estados do Maranhão e São Paulo, no período compreendido de 1890 a 1895.

Na primeira seção, reportar-se-á sobre saberes elementares aritméticos identificados nos documentos oficiais do Estado do Maranhão (1890-1895), são Leis, Decretos e Regulamentos localizados de forma sintetizada para melhor compreensão do leitor; na segunda seção Saberes elementares aritméticos identificados em documentos do Estado de São Paulo(1890-1895);e na terceira seção, apresentar-se-á as Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir de documentos oficiais de ensino para a Escola Primária entre Maranhão e São Paulo (1890-1895).

3.1 Saberes elementares aritméticos identificados em documentos oficiais do Estado do Maranhão (1890-1895)

As Leis, Decretos e Regulamentos do estado do Maranhão que foram selecionadas e estudadas para esta investigação no período em estudo, de 1890 a 1895, são:

- ✓ Decreto n. 21, de 15 de abril de 1890³⁹ – Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão;
- ✓ Decreto nº 94, de 01 de setembro de 1891⁴⁰– Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão;

³⁹Foi afirmada no ano de 1890 a adesão do povo Maranhense a circunscrição da festa nacional do dia 7 de setembro, data que rememora o grande fato da programação da Independência do Brasil em 1822. A data de 28 de julho de 1823 é confirmada no Decreto nº25 de 27 de junho de 1890 (MARANHÃO, Decreto nº25 de 27 de junho de 1890).

- ✓ Lei nº56, de 15 de maio de 1893 – Organiza o ensino do Estado do Maranhão;
- ✓ Regulamento de 24 de novembro de 1894 – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão;
- ✓ Lei nº119, de 2 de maio de 1895 – Regulamento Geral que reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão.

As análises descritivas serão apresentadas observando a ordem cronológica de publicação desses programas. Para a realização dessas análises, fundamentou-se em estudos teóricos buscando nos programas de ensino as matérias elencadas para o ensino público primário, que sinalizaram os saberes elementares aritméticos

Decreto n. 21, de 15 de abril de 1890⁴¹ – Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão

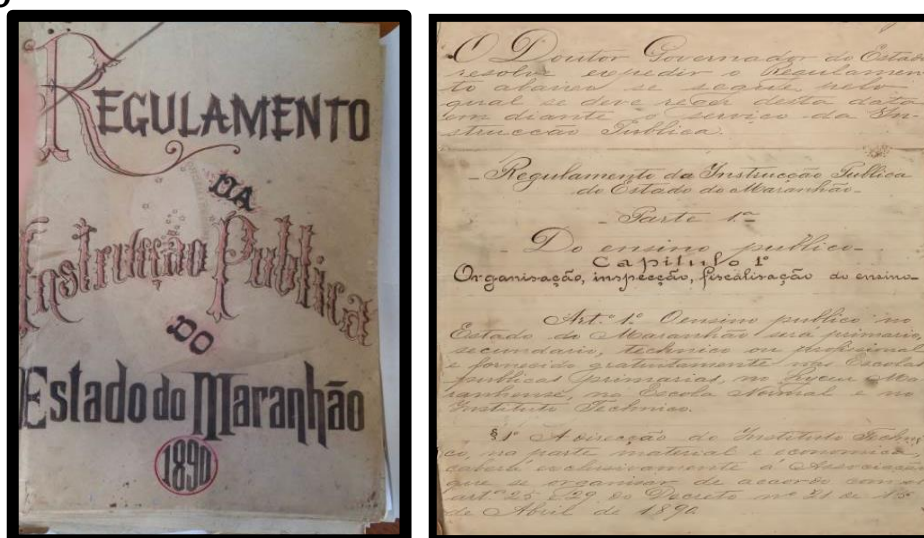


Figura 1: Capa e fragmentos do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513>

O Decreto n. 21 <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> de 15 de abril de 1890, instituído para a reorganização do ensino público, determinava a criação de escolas primárias, de 1º, 2º e 3º graus, instalando-as em povoados,

40Data da Primeira Constituição política do Estado do Maranhão, com promulgação em 4 de julho de 1891, compreende oito títulos, com 159 artigos, inclusive 16 transitórios, e começa com este preâmbulo: “Nós, os representantes do povo maranhense, reunidos em Congresso Constituinte para organizar u regime livre e democrático, estabelecemos e promulgamos a seguinte Constituição política do Estado do Maranhão” (MEIRELES, 2001, p.273).

41Foi afirmada no ano de 1890 a adesão do povo Maranhense a circunscrição da festa nacional do dia 7 de setembro, data que rememora o grande fato da programação da Independência do Brasil em 1822. A data de 28 de julho de 1823 é confirmada no Decreto nº25 de 27 de junho de 1890 (MARANHÃO, Decreto nº25 de 27 de junho de 1890).

vilas e cidades e fixando o currículo com conteúdos para o ensino de matemática elementar.

Caminhando pelas vias legislativas da educação sob a égide do Decreto de 1890, no que se refere às instruções gerais e específicas para os três graus da escola primária localizadas em vilas, povoados e cidades foram estabelecidos noções de número par e metade; noções de número ímpar e conhecimentos práticos das quatro operações.

O Governo assume como “obrigatoriedade” o ensino primário ficando este sob a responsabilidade dos cofres estaduais. O Governo, através do Conselho Superior da Instrução Pública ainda propunha as escolas públicas de instrução primária o fornecimento de utensílios, móveis, “livros e compêndios impressos” necessários ao ensino (MARANHÃO, Decreto nº21, de 15 de abril de 1890).

O Decreto de 1890, fez vigorar a criação das cadeiras de aritmética, geometria e trigonometria, as quais são inclusas no programa das escolas primárias (MARANHÃO, Decreto nº21, de 15 de abril de 1890).

Decreto nº 94, de 01 de setembro de 1891⁴² – Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão.



Figura 2: Capa do Decreto nº91, de 1891– Ensino Público do Estado do Maranhão

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 agosto 2016.

O Decreto nº 94, <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161520>, publicado por Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, Governador do Estado do

⁴²Data da Primeira Constituição política do Estado do Maranhão, com promulgação em 4 de julho de 1891, compreende oito títulos, com 159 artigos, inclusive 16 transitórios, e começa com este preâmbulo: “Nós, os representantes do povo maranhense, reunidos em Congresso Constituinte para organizar u regime livre e democrático, estabelecemos e promulgamos a seguinte Constituição política do Estado do Maranhão” (MEIRELES, 2001, p.273).

Maranhão, em 1 de setembro de 1891, expede o Regulamento que se deve reger o ensino público do Maranhão.

Esse Decreto apresenta instruções quanto à oferta do ensino leigo, gratuito e obrigatório nas escolas primárias do Estado. Ao Conselho Superior de Instrução Pública, órgão do Governo do Estado, compete à incumbência de inspecionar e fiscalizar o uso de compêndios e livros as aulas, bem como os a apreciação dos programas para o ensino primário (MARANHÃO, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).

O Decreto ainda intitula pena de multa de “10\$ a 50\$”, imposta quando a “lente ou professor” admitir nas aulas “compêndios” não competentemente autorizados pelo Conselho Superior (MARANHÃO, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).

Vale comentar que as recomendações metodológicas e sugestões para se trabalhar os conteúdos são derivados da lista de exercícios diários para os alunos. Esses exercícios deverão manter a durabilidade de 4 a 6 horas, podendo ser divididos em aula de manhã e de tarde (Art.50, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).É importante observar que o Regulamento (1891) indicações no sentido da durabilidade da aula:

Nas escolas em que for adaptado um tema de uma só seção diária, haverá a interrupção de 30 a 40 minutos para descanso e recreio do alunos; e naqueles que forem divididas em aula de manhã e aula da tarde, haverá em cada uma interrupção de 15 a 20 minutos para o mesmo fim (MARANHÃO, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).

O Regulamento acrescenta, afirmando [...] “as crianças de menos de 8 anos de idade serão obrigadas apenas a 2 ou 3 horas de aula por dia” clarifica expondo que [...] “as crianças de menos de 7 anos deverão constituir uma seção à parte, classe infantil, que será tratada com um regime especial, sujeita á disciplina mais preventiva do que repressiva” (Art.53-54, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).

Lei nº56, de 15 de maio de 1893 – Organiza o ensino do Estado do Maranhão

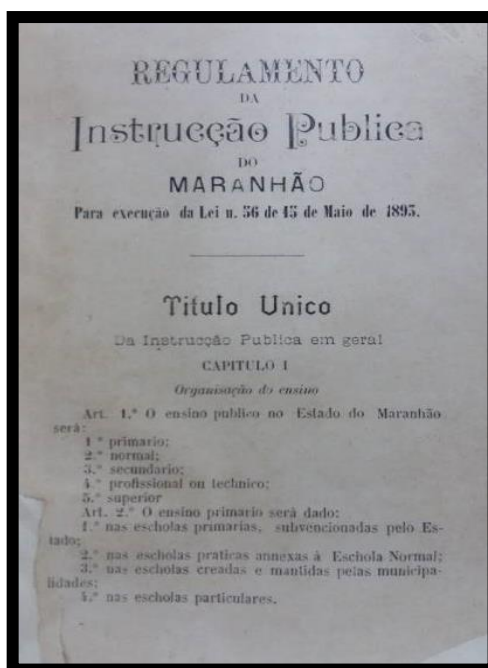


Figura 3: Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 agosto 2016.

Esta Lei foi assinalada pelo Vice-Governador do Estado do Maranhão Alfredo da Cunha Martins, objetivando organizar o ensino público no Estado do Maranhão em primário, normal, secundário, profissional ou técnico e superior.

O ensino primário será dado nas escolas primárias, nas escolas práticas anexas a Escola Normal e nas escolas criadas, mantidas pelas municipalidades e nas escolas particulares. Será gratuito e subvencionado pelo Estado (MARANHÃO, Lei nº56, de 15 de Maio de 1893).

Outra inquirição examinada no Regulamento de 1893 é a incumbência consignada ao Inspetor Geral da Instrução Pública de “organizar os programas do ensino primário” e bem assim os “regimentos internos das escolas e dos demais estabelecimentos da Instrução Pública”; “adaptar e dar parecer sobre os “livros”, “compêndios didáticos” e “autores” que julgar mais apropriados para o ensino. Qualquer que seja alteração de matéria concernente a instrução pública deveria ser submetido à aprovação do Governo do Estado para a boa ordem, desenvolvimento e progresso do ensino. (MARANHÃO, Lei nº56, de 15 de Maio de 1893).

Constata-se que as cadeiras oficializadas nos programas para o ensino primário no Regulamento 1890, seguem sem alteração no Regulamento de 1893, embora não seja ainda possível identificar a partir dos documentos já analisados o que significa isso em relação aos conteúdos abordados.

Regulamento de 24 de novembro de 1894 – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão

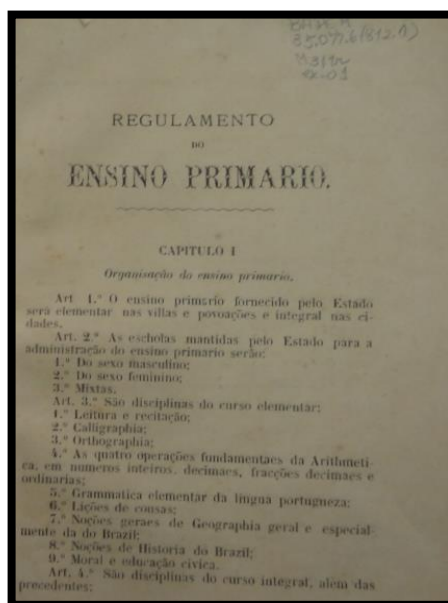


Figura 4: Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1894.

O Regulamento de 1894 (<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161515>) com rubrica do Governo do Estado, destacam no Art. 1º que “o ensino primário fornecido pelo Estado será ainda elementar com funcionamento nas vilas e povoados e integral nas cidades” (MARANHÃO, Regulamento, de 24 de novembro de 1894).

Sob a égide deste Regulamento, em seu Art. 2º, oficializa que as escolas primárias se dividiriam em escolas para o sexo feminino, sendo regidas de preferência por professoras, e escolas para o sexo masculino, sendo regidas de preferência por professores.

Este Regimento permitiria identificar que é a forma de ministrar o ensino também seria o de lecionar pelos compêndios pelas listas de conteúdos de acordo com os programas de ensino, assim poder-se-ia “trabalhar fielmente para o

desenvolvimento intelectual” tal intento direcionava-se ao método tradicional (MARANHÃO, Regulamento, de 24 de novembro de 1894).

Com esse enunciado, o Regulamento de 1894 atenuava-se acreditar ser um novo método para o professor e que este deveria esforçar-se para que os alunos adquirissem hábito de criatividade. Para tanto, recomendava-se ao professor ministrar o ensino em caráter essencialmente prático sempre com vista às aplicações às necessidades da vida, a sua utilidade direta (MARANHÃO, Regulamento, de 24 de novembro de 1894).

Assim, o Regulamento (1894) afirmava a importância da utilização do método de ensino lição das coisas, que postulava formar indivíduos com uma nova concepção sobre o conhecimento.

Lei nº119, de 2 de maio de 1895 – Regulamento Geral que reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão

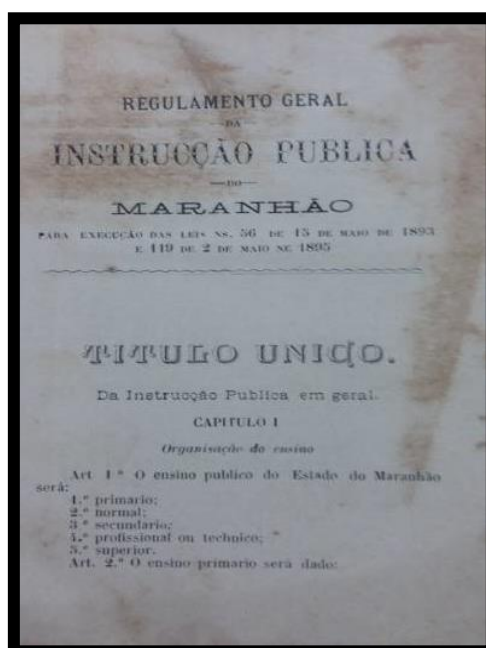


Figura 5 : Capa do Regulamento Geral da Instrução Pública do Maranhão, 1893/1895.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 agost. 2016.

A Lei nº119, de 2 de maio, de 1895⁴³ (<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161515>) traz em título único a reorganização do ensino público do Estado do Maranhão. A presente Lei institui o primário, o normal, o secundário, profissional ou técnico e o superior. Manifesta a

⁴³Ver o Livro Questões de Arithmética – ao alcance de todos, seguidos de uma tabela de câmbios de diversos países, desde 8 até 27 dinheiros por mil réis. D. M.A-Maranhão, 1895, typ. de Frias, filho & C. Succs, 9336.

obrigatoriedade do Estado em assumir a instrução primária seja: na “casa da família do menor; na de seu tutor ou protetor ou no estabelecimento” em que estiver empregado; nas “escolas ou estabelecimentos particulares da instrução”; nas “escolas municipais”; e nas “escolas do Estado”. (MARANHÃO, Lei nº119, de 2 de maio de 1895).

Esta Lei veio nortear instruções sobre os vencimentos dos professores primários diplomados pela Escola Normal. Estabelece o valor de R\$ 150\$000 reis mensais, a partir de 1º de janeiro do ano de 1896.

O Art. 7º da Lei de 1895 apresenta que:

Todo menor de oito anos que residir nas cidades, vilas ou povoações, onde houver escola pública do Estado será obrigado a frequentá-la salvo si: a) estiver sendo lecionado na casa da família, tutor, protetor ou no estabelecimento em que trabalhar; c) for aluno de alguma escola ou estabelecimento particular ou de escola municipal. (MARANHÃO, Lei nº119, de 2 de maio de 1895).

Considerando as recomendações da Lei de 1895, percebe-se a responsabilidade do Estado para com o ensino elementar e o seu funcionamento nas casas, aulas, estabelecimentos particulares e escolas municipais.

A seguir, o Art. 12º ressalta que:

[...] os alunos considerados habilitados nas matérias de instrução primária, serão examinados nas próprias casas, aulas, estabelecimentos, onde estudarem, ou na Escola do Estado, si o preferir a pessoa responsável por sua educação, por uma comissão composta do professor que houver lecionado e do professor do Estado, tendo como presidente na capital o Inspetor do ensino e no interior o presidente da comissão escolar ou delegado deste (MARANHÃO, Lei nº119, de 2 de maio de 1895).

A informação fornecida pela Lei de 1895 tencionava refletir e conhecer o lugar que a matemática ocupava no ensino primário, contudo, a Lei emanava orientações do Estado tão somente para o professor que se digne habilitarem-se ao ensino primário elementar.

Diz o Art. 14º [...] os professores deverão adaptar as aulas de instrução [...] ao programa oficial do ensino primário [...] serão equiparadas a escola do Estado para o efeito de terem o mesmo valor os diplomas de habilitação neles conferidos [...] (MARANHÃO, Lei nº119, de 2 de Maio de 1895).

Para ampliar nossa visão sobre o assunto segue abaixo um quadro-demonstrativo das Leis, Decretos e Regulamentos oficializado e publicado a partir do poder público oficial (1890-1895).

Quadro11- Demonstrativo das Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública Primária no Estado do Maranhão no período de 1890-1895.

ANO	Legislação			DESCRIÇÃO
	Leis	Decretos	Regulamentos	
1890	-	Decreto nº21, de 15 de abril	Regulamento da Instrução Pública, de 22 de junho de 1890	Fixava os currículos para as escolas primárias de 1º, 2º e 3º graus.
1891	-	Decreto nº94, de 1º de setembro de 1891	Regulamento do Ensino Público do Estado do Maranhão	Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão.
1893	Lei nº56 de 15 de maio de 1893	-	Regulamento da Instrução Pública do Maranhão	Organiza o ensino do Estado
1894	-	-	Regulamento do ensino primário – 1894	Organiza o ensino primário
1895	Leis n. 56 de 15 de maio de 1893 e 119 de 2 maio de 1895.	-	-	Reorganiza a Instrução Pública do Estado

Fonte: MARANHÃO, Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública Primária do Estado do Maranhão 1890-1895 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados nos Arquivos Público do Estado do Maranhão). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>

Os documentos oficiais citados acima, no que tange especificamente, aos saberes elementares aritméticos para a escola primária vale salientar o uso frequente da tabuada e da leitura mecânica dos números para a ideia de quantidade, e rudimentos de cálculo tanto nas operações para somar, subtrair, multiplicar e dividir.

Para a fixação da aprendizagem foi possível evidenciar que o professor exigiria uma série de exercícios envolvendo a aritmética. Em seguida, que as respostas fossem escritos de forma rigorosa com conceitos de cálculos extensos no caderno e no quadro negro. Ao professor utilizar-se-ia de todos os recursos para explorar do aluno o raciocínio, a lógica, indispensável ao estudo de aritmética da época.

O Quadro seguinte mostra as cadeiras de ensino propostas nos programas de ensino para as escolas primárias dos Povoados, Vilas e Cidades que desenvolveram

relação de semelhanças e diferenças de saberes matemáticos elementares em 1890 e de igual modo nos anos subsequentes (1891 e 1892).

Quadro 12– Programas de ensino para as escolas primárias, nos Povoados, Vilas e Cidades maranhenses (1890 a 1892)

ESCOLA(S) PRIMÁRIA(S)	1890	1891/1892
Povoados	As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;	As operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;
Vilas	-As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;	-As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;
Cidades	-As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal; -Aritmética até proporções; -Geometria elementar; -Desenho	-As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal; -Aritmética até proporções; -Geometria elementar; -Desenho

Fonte: MARANHÃO, Leis, Decretos e Regulamentos 1890 e 1891/1892 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados na Biblioteca Estadual Benedito Leite e no Arquivo Público do Estado do Maranhão).

Os programas de ensino sob regime de fiscalização do Governo revelam informações relevantes sobre os conteúdos os quais deveriam reger as escolas primárias em povoados, vilas e cidades.

Nos conteúdos de Aritmética, encontram-se intrínsecos saberes elementares matemáticos como as quatro operações fundamentais em números inteiros, decimais e quebrados; sistema métrico decimal desenvolvido nas povoações e vilas. Nota-se que tais saberes eram restritos, pois se processava pelo método da memorização cujo rigor dificultava o diálogo, o contato com o outro, a aprendizagem. Os saberes matemáticos para as escolas da cidade eram ampliados incluía-se a aritmética até proporções; geometria elementar; desenho.

O quadro seguinte traz dados importantes sobre os programas de ensino recomendados para as escolas primárias do Estado do Maranhão neste período.

Quadro 13 – Saberes elementares aritméticos nos programas de ensino da Escola Primária Maranhense (1890/1891/1892) e as possibilidades de análises

Escola(s) Primária(s)	Matéria(s)	Possíveis análises sobre Saberes elementares aritméticos nos programas de ensino da escola Primária Maranhense (1890 a 1892)
Povoados	As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;	A ênfase maior dos conteúdos recai para o ensino de aritmética. Compreensão simples para as quatro operações de aritmética, ênfase aos números inteiros, decimais e quebrados e sistema métrico decimal. Processo mecânico com severas listas de lições para o exercício da mente do estudante.
Vilas	As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal;	O mesmo processo acontecia nas vilas, com fragilidade nos conteúdos.
Cidades	-As quatro operações de aritmética em números inteiros, decimais e quebrados; -Sistema métrico decimal; -Aritmética até proporções; -Geometria elementar; -Desenho	Novamente destaque para aritmética, formação dos números; Ampliação de novas cadeiras, como Geometria elementar e desenho; Apreensão de novos conteúdos; Resolução de exercício, envolvendo conhecimentos geométricos.

Fonte: MARANHÃO, Leis, Decretos e Regulamentos 1890 a 1892 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados Biblioteca Estadual Benedito Leite no Arquivo Público do Estado do Maranhão).

Ainda é possível constatar aqui que a cadeira de aritmética da escola primária (povoado) era assemelhada a da escola primária (vilas), e da escola primária (cidade). De igual modo, exprime igual semelhança na cadeira de sistema métrica decimal também direcionada a escola primária dos povoados, vilas e cidades.

Ao que parece, a ênfase maior dos conteúdos recai para a cadeira de aritmética, especificamente na prática de cálculo mental e na prática de operações com números simples, onde se pretendesse que o aluno mostrasse saber responder os exercícios com conteúdos de adição, subtração, multiplicação e divisão, operações fáceis de aritmética.

De antemão, denota-se diferenciação para a escola primária (cidade), nela observamos a inclusão de novos saberes matemáticos imbuídos nas cadeiras sistema métrico decimal, Aritmética até proporções e geometria elementar. Estas cadeiras, sobretudo, as escolas primárias da cidade foram inseridas, pela aproximação e orientação de outros Estados da federação.

Vê-se ainda que com a inclusão das cadeiras “Aritmética até proporções” e “Geometria elementar” para a escola primária (cidade), reforçam uma nova leitura

do entendimento adotado sobre nos programas de ensino da época. (MARANHÃO, Decreto nº 94, de 1 de setembro de 1891).Caberia registrar aqui que os programas compreendidos entre os anos de 1890 e 1891/1892/1893 foram organizados e fiscalizados pelo Conselho Superior da Instrução Pública Primária com aprovação do Governo do Estado.

A seguir, o quadro 14 trata dos saberes matemáticos elementares contidos nos programas de ensino para as Escolas Primárias que se desenhavam para as Povoados/Vilas e Cidades, explicitando sua lógica intrínseca e recorrendo aos conteúdos que deveriam ser trabalhados como inovações educacionais, a saber:

Quadro 14 – Programas de ensino para as escolas primárias, nos Povoados/Vilas e Cidades maranhenses (1893 a 1895).

Escola(s) Primária(s)	1893	1894/1895
Elementar Povoações/Vilas	As quatro operações fundamentais da Arithmética em números inteiros, frações decimais e ordinárias;	As quatro operações fundamentais da Arithmética em números inteiros, frações decimais e ordinárias;
Integral Cidades	Aritmética prática e comercial (cálculo de juros, regras de três, systema métrico decimal, até raízes quadrada e cúbico, excluídos os logarithmo); Desenho	Aritmética prática e comercial (cálculo de juros, regras de três, systema métrico decimal, raízes quadradas e cúbicas, excluídos os logarithmo); Desenho

Fonte: Programas da Escola Primária do Maranhão de 1893 a 1895(adaptação nossa).

Os documentos do quadro trazem os programas de ensino recomendados para as escolas primárias do Estado do Maranhão. O quadro sob regime de fiscalização do Governo revela informações de conteúdos os deveriam reger todas às escolas primárias em povoações/vilas e cidades.

Quadro15 -Saberes matemáticos elementares nos programas de ensino da Escola Primária Maranhense (1893 a 1895) e as possibilidades de análises

Escola(s) Primária(s)	Matéria(s)	Possíveis análises sobre Saberes matemáticos elementares nos programas de ensino da escola Primária Maranhense (1893 a 1895)
Povoações/ Vilas	As quatro operações fundamentais da Arithmética em números inteiros, decimais e ordinárias;	Novamente recai sobre a aritmética e suas operações com números inteiros, decimais e ordinários. Excessivas listas de exercício para desenvolver o raciocínio do aluno
Cidades	Aritmética prática e comercial (cálculo de juros, regras de três, sistema métrico decimal, até raízes quadrada e cúbico, excluídos os logarithmo);Desenho	A aritmética, sobressai, aproximando-se da realidade do aluno. Observamos um incentivo relacionado ao raciocínio prático.

Fonte: MARANHÃO, Leis, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública Primária, 1893 a 1895 (Elaborado pela autora a partir dos documentos localizados na Biblioteca Estadual Benedito Leite no Arquivo Público do Estado do Maranhão).

Pode-se intuir, por meio do quadro 15, que os conteúdos ensinados na Escola Primária para Povoados/Vilas e na Escola Primária para Cidades recaem novamente para o ensino da aritmética.

No programa para a Escola Primária (curso Elementar) Povoados/Vilas percebe-se que as quatro operações de aritmética com números inteiros, decimais quebrados e a resolução de problemas de aritmética simples explorados nos deveres de casa auxiliados pela família do estudante.

Já o programa para a Escola Primária (curso Integral) para Cidades, recai sobre a aritmética prática e comercial envolvendo cálculo de juros, regras de três, com destaque para sistema métrico decimal, raízes quadradas e cúbicas, exclusão de logaritmos. Nessa direção, a orientação do programa de ensino era para o professor exercitar o cálculo mental. A ideia era que os estudantes aprendessem a desenvolver o raciocínio da mente através de exercícios e problemas rotineiros dentro da sala de aula e com exercícios para serem realizados como tarefa em casa, com os pais auxiliando-os.

3.2 Saberes elementares aritméticos identificados em documentos oficiais do Estado de São Paulo (1890-1895)

A busca por vestígios que sinalizassem possíveis pistas ou esclarecimento sobre saberes elementares aritméticos no ensino primário em São Paulo permitiu a identificação de Leis e Decretos, a saber: Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892; Decreto nº 144B de 30 de dezembro de 1892; Lei nº 169, de 7 de agosto (1893); Decreto nº 218 de 27 de novembro (1893); Decreto nº 248, de julho (1894). Esse arcabouço legislativo instituído, a partir de 1892/1893/1894 é proveniente do estado de São Paulo e correspondem ao estudo e ao período em questão.

Uma consulta nas coleções de leis e decretos do estado de São Paulo apresentou-se como um fértil espaço de interlocução atestando um panorama revelador no cenário educacional. Merece atenção o período de 1892 a 1894, conforme ilustra o quadro a seguir:

Quadro 16 – Leis e Decretos do Estado de São Paulo (1892-1894)

Estado	Ano	Legislação	Descrição
São Paulo	1892	Lei nº88, de 8 de setembro de Decreto nº144B de 30 de dezembro	Reforma a educação primária, pública e secundária. Aprova o Regulamento da Instrução Pública
	1893	Lei nº169, de 7 de agosto Decreto nº218 de 27 de novembro	Regulamento da Instrução Pública Aprovou o Regimento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893.
	1894	Decreto nº248, de julho de	Aprova Regimento Interno das escolas públicas.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 ago. 2016.
<http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm>

Esse quadro exprime uma síntese extremamente aligeirada, onde se apresenta logo de início a Lei nº88, de 8 de setembro promulgada pelo Presidente do Estado de São Paulo, dr. Bernadino de Campos que aprovou a reforma a instrução pública do Estado, ficando dividido em ensino primário, secundário e superior. O ensino primário compreenderá dois cursos: um preliminar e outro complementar.

A referida lei deixa claro que o ensino preliminar é obrigatório para ambos os sexos até a idade de 12 anos e começará aos 7; o ensino complementar destinar-se-á aos alunos que se mostrarem habilitados nas matérias do ensino preliminar (São Paulo, LEI nº 88, 1892).

Por certo, buscando ser fiel a lei, caberia mencionar que cada escola preliminar haveria de ter uma área com espaços satisfatórios para locomoção dos alunos no recreio e para a prática de exercícios físicos. A escola constaria também uma sala apropriada para os trabalhos manuais com objetos e aparelhos necessários para o ensino intuitivo para as matérias de geografia, sistema métrico e ginástico. O Art. 6º sinaliza as matérias complementares para a escola preliminar:

Moral prática e educação física, leitura e princípio de gramática, escrita e caligrafia, noções de geografia geral e cosmografia, geografia do Brasil, especialmente do Estado de S. Paulo, história do Brasil e leitura sobre a vida dos grandes homens da história; cálculo aritmético sobre os números inteiros e frações, sistema métrico decimal, noções de geometria, especialmente nas suas aplicações a medida de superfície e volumes, noções de cienciasphysicas, chemicas e naturaes,nas suas mais simples

aplicações, especialmente a hygiene, desenho a mão livre , canto e leitura de música, exercícios gynásticos, manuais e militares apropriados, a idade e ao sexo (LEI nº 88, 1892, Art.6º).

Para as escolas complementares uma observação se faz necessária: será instalada de preferência nas cidades e o ensino compreenderá as seguintes matérias:

Moral e educação cívica, português e Frances, noções de história, geografia universal, história e geografia do Brasil, Arithmética elementar e elementos de álgebra até equações do 2º grau, inclusive, Geometria plana e no espaço, Noções de trigonometria e de mecânica, astronomia elementar (cosmografia), Noções de physica e chimica experimental e historia natural, noções de hygiene, Escripturação mercantil, noções de economia política, para os homens e economia doméstica para as mulheres, Desenho a mão livre, topographico e geométrico, Caligrafia, Exercícios militares, ginástica e manuais, apropriados a idade e ao sexo (SÃO PAULO, LEI nº88, 1892).

Acresce comentar que o governo em regulamento especial determinou o número de funcionários administrativos e professores em atendimento à distribuição de matérias para melhoria do desenvolvimento intelectual do aluno.

A lei nº 144b de 30 de dezembro de 1892, publicada no diário oficial do Estado de São Paulo assinalada pelo presidente do Estado Bernardino de Campo aprova o Regulamento da Instrução Pública, que assim o faça executar.

A lei nº 169, de 7 de agosto de 1893, adita diversas disposições a lei n. 88, de 8 de setembro de 1892 e menciona que o ensino primário das escolas complementares será distribuído pela matérias:

Art. nº9 Arithmética, álgebra e escripturação mercantil, geometria, trigonometria e elementos da mechanica, Physica, chimica, história e noções de hygiene, cosmographia, geografia geral e do Brasil, história geral e do Brasil, economia política ou doméstica, conforme o sexo, moral e educação cívica, caligrafia, desenho, e trabalhos manuaes, português e francez, exerciciosgymnásticos e militares (LEI nº 169, 1893, Art.9º).

O conjunto de matérias apresentadas para o ensino primário das escolas complementares contará com a presença efetiva de professores diplomados nos termos da lei, além da fiscalização técnica dos Inspectores de distrito e das câmaras municipais.

O Decreto nº 218, de 27 de novembro de 1893, aprova o Regulamento da Instrução para execução das leis ns. 88, de 8 de setembro de 1892, e 169, de 7 de

agosto de 1893. Na introdução do texto, logo se percebe os programas de ensino e distribuição das cadeiras da escola normal.

O Art. 265 trata dos programas do curso secundário de cada uma das escolas normal, compreendendo as matérias:

Artigo 265. Portuguez. Francez. Inglez. Latim. Mathematica elementar, comprehendendo elementos de mechanica e noções de agrimensura. Astronomia elementar. Physica e chimica, visando as suas principais applicações á industria. Historia natural, visando a suas principais applicações á agricultura. Generalidades de anatomia e physiologia, e noções de hygiene. Geographia e historia. Geographia do Brazil, especialmente do Estado de São Paulo e historia do Brazil. Economia politica e educação civica. Pedagogia e direcção das escolas. Desenho e calligraphia. Musica. Escripção mercantil. Economia domestica. Trabalhos manuaes. Gymnastica e exercicios militares (DECRETO nº 218, 1893, Art.265).

É fato, e os itens do Art. 265 podem revelar a presença da matemática elementar que unifica com o que estamos privilegiando no estudo em questão.

Dando prosseguimento às deliberações da Lei nº 218/1893, é relevante a leitura dos programas de ensino na época, referente à divisão dos cursos das Escolas Normais: Diz o Art. 267 que o curso secundário das escolas normais constará de quatro anos sendo as matérias distribuídas do seguinte modo:

PRIMEIRO ANNO: Primeira serie - Portuguez, arithmetica, geographia do Brazil, historia do Brazil, escripturação mercantil, calligraphia e gymnastica. Segunda serie - Portuguez, francez, arithmetica e algebra, geometria, historia do Brazil, escripturação mercantil, desenho e trabalhos manuaes. **SEGUNDO ANNO:** Primeira serie - Portuguez, francez, geographia geral, complemento de geometria, trigonometria, mechanica, astronomia elementar, musica e desenho. Segunda serie - Portuguez, inglez ou allemão, mechanica, agrimensura, astronomia elementar, physica, geographia e musica. **TERCEIRO ANNO:** Primeira serie - Inglez ou allemão, physica, chimica, historia natural, historia geral, pedagogia, exercicios de ensino, exercicios militares e economia domestica. Segunda serie - Portuguez (historia da lingua), complemento de physica, chimica, historia natural, pedagogia, exercicios de ensino, generalidades de anatomia e physiologia, historia geral e educação civica. **QUARTO ANNO:** Primeira serie - Generalidades de anatomia e physiologia, historia natural, chimica, psychologia e moral, economia politica, exercicios de ensino em escolas complementares e economia domestica. Segundo serie - Psychologia e moral, economia politica, pedagogia, exercicios de ensino em escolas complementares, educação civica e de economia domestica (DECRETO nº 218, 1893, Art.267).

Como já exposto, o curso secundário caracterizado em quatro anos sendo importante reconhecer que o estudo da matéria aritmética inserido no programa oficial se configurou no primeiro ano (aritmética, álgebra e geometria) e no segundo

ano(geometria, trigonometria e desenho) de modo a alargar e desenvolver conhecimentos e a raciocínio lógico.

Outro ponto abordado no Decreto nº 218/1893, foi à matrícula nos cursos secundários das escolas normais.

Artigo 366. - Para a matrícula nos cursos secundários das escolas normaes é indispensavel um exame de sufficiencia, que versará sobre as seguintes materias: portuguez, francez, (leitura e traducção), noções de historia e de geographia, arithmetica, pratica das operações algebricas, noções de geometria e desenho a mão livre (São Paulo, Lei n. 169, Art. 27).

Como se pode notar, o Art. 366 segue apresentando que para a efetivação da matrícula nos cursos secundários é indispensável um exame de suficiência no tocante as matérias de português, Francês, (leitura e tradução), noções de história e geografia, aritmética, práticas das operações algébricas, noções de geometria e desenho a mão livre(São Paulo, Lei n. 169, Art. 27).

O Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894, aprovou o regimento interno das escolas públicas de São Paulo. Esse Regimento estabeleceu uma organização administrativa, programática. Pressupunha a uniformização dos programas de ensino determinando o corpo das matérias e conteúdos escolares que deveriam ser ministrados nos estabelecimentos de ensino público no ano de 1894.

A Aritmética tem destaque no Decreto de 1894 e sinaliza conteúdos para o desenvolvimento do pensamento lógico da criança nos programas de ensino de 1ª a 4ª série, conforme mostra o quadro 17, a saber:

Quadro 17 – Distribuição das disciplinas ministradas na escola pública de São Paulo (1894)

1º Ano

Ano	Série	Matéria (s)
	1ª	Escrepta - Cópia de palavras da lição de leitura. Letras do alfabeto e algarismos arabicos. Estes exercicios devem ser feitos no quadro negro pelo professor e copiados pelo alumno. Arithmetica - Sommar, diminuir, multiplicar e dividir praticamente até 10 com auxilio de objectos. Desenho - Pontos em cima, em baixo, lado esquerdo, lado direito. Linhas - Posição horizontal, vertical e obliqua. Fórmias - Esphera, cubo e cylindro: exercicios que desenvolvam os sentidos da vista e do tacto. Superfícies planas, curvas e dos solidos em geral. Trabalho manual - Exercícios com varinhas, formando varias combinações. Dobramento de papel: dobrar um quadrado em dois triângulos, e em quadro

1º		quadrados. Figuras derivadas do quadrado. Dobrar um oblongo de papel em dois triângulos rectângulos : em 2, 3 ou 4 oblongos no sentido da largura. Figuras derivadas do oblongo. Modelagem - Exercícios de forma em barro humido: esfera, cubo e cylindro
2ª		Arithmetica - Uso dos signaes +, -, X, e ÷ praticados nas diferentes combinações até 10. Contar até 50 sempre com auxilio de objectos. Systema métrico - Mostrar o metro e exercícios práticos, medindo fitas e chitas. Geographia - Localização dos objectos na sala da aula. Termos direita, esquerda, frente, fundo, atraz, adeante, embaixo, emcima, etc. Caminho da escola e ruas mais conhecidas dos meninos. Desenho - A divisão das linhas em meios, quartos, em terços. Ângulos: recto, agudo e obtuso. Princípios: Repartição horizontal: unidade de desenho. Desenho de objectos que illustrem as noções apprendidas. Formas - sólidos, faces planas, curvas e esphericas. Quinas rectas e curvas. Cantos quadrados, agudos e obtusos. Construir, com sólidos, objectosusuaes, como bancos, sofás. Desenvolver em todas as lições termos de localização, de acção e de arranjo. Planchetas : circulo, quadrado e oblongo. Formar grupos, fileiras e construir objectosusuaes com as planchetas. Estyletes de diversas cores. Representar com estyletes as faces dos sólidos e formar objectosusuaes. Illustrar as noções apprendidas na aula de desenho. Trabalho manual - Fôrmas de objectosusuaes em papel: chapéus, caixas. Tecidos : modelos mais simples. Modelagem - modelar objectos parecidos com os sólidos e as planchetas. Exigir perfeição na execução.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 agost. 2016.

2º Ano

Ano	Série	Matéria (s)
2º	1ª	Arithmetica - Contar de 1 a 1000 por unidades. Algarismos arábicos e romanos - Taboas de multiplicar e dividir até á casa do 6. - Fracções: meios terços até decimo estudados e praticados. Operações sobre algarismos romanos - Formação das unidades e dezenas- Estudo suplementar : problemas e questões praticas–Systemametrico - Metros : multiplos e sub-multiplos - Exercícios praticos. Geographia - Orientação: pontos cardeaes. Bussola. Estudos da localidade. Posição, ruas, praças, jardins, edificios publicos, etc. Desenho - Triangulos: construcção do triangulo rectangulo, do triangulo isosceles, do triangulo equilatero - Quadrados :diagonaes e diâmetros : sua construcção. Differentesmethods de construcção - pelos lados, pelos diâmetros, pelas diagonaes - Desenhos simples de objectos em que entram as noções acima. Geometria - Ponto, linha, superficie, solido, linha recta, linha curva, linha quadrada, linhas continuas (cheias). Linhas de construcção. Posição absoluta das linhas :horisontal, vertical e oblíqua. Posição relativa das linhas :parallelas, perpendiculares e oblíquas - Linhas rectascombinadas : angulo recto, agudo e obtuso. Figuras planas e rectilineas.Triangulo :retangulo, acutangulo, oblusangulo ; equilatero, isosceles, scaleno. Quadrilateros : quadrados, diametros e diagonaes. Forma Hemispherio - P. quadrangular. P. triangular, rect. Planchetas ;semi-circulo, triang. rect. eequil - Seguem-se as mesmas direcções do 1.º anno. Trabalho manual - Cortar com a tesoura o quadrado em dousrectangulos ; - em quatro triangulos, em dous, tres e quatro oblongos, em quatro quadrados eguaes - Em um pedaço de papel cortar quadrados, triangulos, oblongos, losango, estrellas - Cortar o oblongo de papel em doustriangulosrectangulos, em quatro oblongos. Em

		um pedaço de papel cortar objectosusuaes. Modelagem - Modelar os mesmos solidos e planchetas. Para o sexo feminino, accresce: Posição da mão e modo de segurar a agulha - Pontos, alinhavos, pospontos, pospontos no claro - Serzaduras - Preparação e modo de franzir. Franzidos duplos.
	2ª	Arithmetica - Contar de 1 a 1.000.000 por unidades, dezenas e centenas, Taboas de adição, subtracção até 120. Taboas de multiplicação e divisão até á casa do 12. Fracções, continuação. Formação das centenas e milhares. Ler e escrever os numeros compostos de duas classes: unidades e milhares. Somma, estudo completo. Subtracção id. Multiplicação, 1.º e 2.º casas. Divisão: Casos muito simples. Problemas faceis. Systemametrico - Dinheiro. Distinguir, ler e escrever desde um vintem até mil réis. Desenho: (2.º serie) - Rectangulo (oblongo) ; diagonaes e diametros. Relação de grandezas entre os lados do oblongo. Losango (rhombó). Eixo de symetria. Revisão. Centro de symetria. Estrellas de quatro bicos em um quadrado. Combinação de formas geometricas ao redor de um centro. Estrellas de oito bicos. Triangulo equilateros formando uma estrella de seis bicos. Julgamento, medida e divisão das distancias. Figuras e objectos illustrando as noções acima. Symetria, repetição, alternção. Geometria - Parallelogrammo, Trapezio. Polygono, Pentagono, Hexagono, Octogno, Heptagono, Enneagono, Decagono, Undecagono, Dodecagano, Pentadecagano, Icosogono. Figuras planas curvilineas : Círculos. Circumferencia e diametros, raio, semicirculo, arco de circulo, corda, segmento, sector, quadrante, Ellipse, Oral, Espiral. União das linhas: tangencial e seccante. Fórma: Prisma triangular e equilatero. Ellipsoide. Ovoide. Planchetas :ellipse, oval, Estyletes. Construir novos objectos com os solidos. Barras e outras fórmas feitas com as planchetas e estyletes. Combinações symetricas, repetidas e alternadas. Trabalho manual - Nós, tranças, cadeias, continuação dos tecidos. Exercícios de crivagem. Modelar objectos parecidos com os solidos e planchetas. Para o sexo feminino accresce :Prégas, bainhas e modo de cosel-as, bainha no franzido e na préga. Bainhas enroladas. Crochet: trancinhas.

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 agost.2016.

3º Ano

Ano	Série	Matéria (s)
3º	1ª	Arithmetica - Generalidades. Numeração falada e escripta. Prova da adição e da subtracção. Taboas de multiplicar e dividir até á casa do 15. Fracções ordinárias, próprias e impróprias. Estudo completo da multiplicação. Problemas e questões praticas. Systemametrico - Metro, litro, grammamultiplos e suhmultiplos. Desenho - Circulo. Curvas circulares. Base e altura de uma curva. Partes do circulo - diametro, raio, semicirculo, quadrante. Curvas circulares de diferentes bases. Arcos de circulo. Corda. Curvas paralelas. Curvas circulares no quadrado. Revisão: figuras e objetos illustrando as noções acima. Geometria - Ponto, extensão sem dimensão. Linha, uma dimensão. Comprimento. Superficie - duas dimensões. Solido - tres dimensões. Linha rectahorizontal :applicaçao em nivelamento. Linha recta vertical: fio de prumo nas construcções. Linha obliqua. Medida da distancia entre dous pontos. Relação perpendicular: medida de um ponto a uma linha, ou da distancia entre duas linhas. Linhas paralelas :applicações das paralelas. Construcção de perpendiculares e paralelas. usando o transferidor e regua. Figura planas:Triangulos, seus lados e angulos. Ilustrar a applicação do triangulo nas construcções que exigem solidez.

		Construção do triângulo isósceles, equilátero e retângulo, usando o esquadro e a régua. Forma : Revisão - Sólidos. Cone : pirâmides, forma de vaso. Planimetria : triângulos. Estiletes. A mesma direção dos anos anteriores. Trabalho manual - Continuação dos nós, tranças e cadeias. Emendas de tranças. Exercício em vime. Formar com as tranças e cadeias objectos usuais, como cesto, balaio, etc. Modelagem - Modelar os novos sólidos e planimetria e novos objectos usuais. Reproduzir em papel os sólidos conhecidos. Para o sexo feminino acrescentar : pontos de remate. Casear e pregar botões. Crochet. Pontos fechados e abertos. Reprodução de modelos fáceis.
	2ª	Arithmetica - Taboas de multiplicação até a casa de 20. Estudo completo da divisão. Prova da multiplicação e da divisão. Frações ordinárias homogêneas: soma e subtração. Fração decimal: ler e escrever os números decimais; soma e subtração. Problemas. Systema métrico. Exercícios práticos sobre as medidas nas lojas, armazéns e bancos. Desenho - Ellipse. Focos. Comparação do círculo com a ellipse. União tangencial. União secante. Desenho bi-simétrico. Oval. Curvas balanceadas. Curvas circulares, elípticas e ovais. Curvas reversas. Desenho de vasos. Figuras e objectos ilustrando as noções acima Geometria - Quadriláteros. Quadrado, sua construção com o auxílio do esquadro e da régua. Medida da superfície do quadrado. Retângulo : idem. Circunferência, sua medida e aplicação na medida nos ângulos. Diâmetro. Raio. Corda. Arco de círculo. Segmento. Sector. Quadrante. Trabalho manual - Cartagem: - em um cartão cortar um oblongo na relação de 1:2, 2:3, 3:4, etc, um polígono, estrelas, cruz grega, romana e malteza. Continuação dos trabalhos em vime. Para o sexo feminino acrescentar : Pontos de marca, letras e nomes. Bordado. Pontos e bordados simples. Flores artificiais de papel. Uma máquina de costura apresentada e estudada na aula.

<http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 Agost. 2016.

4º Ano

Ano	Série	Matéria (s)
4º	1ª	Contabilidade - Revisão. Divisibilidade dos números. Máximo divisor comum. Frações ordinárias. Reduzir frações ao mínimo denominador comum. Adição, subtração, multiplicação e divisão das frações. Frações decimais. Reduzir decimais à mesma denominação. Alteração no valor dos números decimais. Transformar frações decimais em frações ordinárias. Transformar ordinárias em decimais. Problemas. Systema métrico. Descoberta e histórico: unidades principais. Desenho - Hexágono regular. Desenho no hexágono. Entrelaçamento. Triângulos equiláteros entrelaçados. Contorno de vasos. Pentágono regular, formas pentagonais. Octógono. Estrelas de oito bicos. Geometria - Recapitulação do 3.º ano. Medida dos paralelogramos em geral. Mostrar que um paralelogramo vale dois triângulos iguais. Superfície do triângulo. Aplicação prática em superfícies poligonais. Polígonos: construção do hexágono, octógono na circunferência. Medida da superfície dos polígonos. Medida do perímetro dos polígonos regulares. Trabalho manual.-Trabalho em pau, ferro e combinação de ambos. Para o sexo feminino acrescentar :crochet, reprodução de modelos, como: guardanapos, entremeios para toalhas, sapatinhos. Trabalhos em lã, cachenez, touquinhas.

	2 ^a	Arithmetica - Adição, subtração, multiplicação, divisão de números decimais. Frações decimais periódicas. Trabalho suplementar : - problemas, questões praticas. Redacção de cartas commerciaes, memoranda e facturas. Systemametrico - Comparação das medidas modernas com as antigas. Conversões - Paizes que o adoptaram. Desenho - Repetição horisontal, vertical. Alternação - Espiral regular - Ensaios de perspectivas de observação. Geometria - Calculo da circumferencia e da superficie do circulo- Volume do cubo - Volume do prisma recto - Prisma oblíquo :seu volume. Pyramide : seu volume. Cylindro : seu volume. Esphera : seu volume. Trabalho manual - Continuação da 1.^a serie. Bordados fáceis na talagarça e no linho. Trabalhos de tapeçaria. Exercícios na machina de costura. Cortes por moldes.
--	----------------	--

Fonte: <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> (grifo da autora) Acesso em: 21 agost.2016.

É mister mencionar que o Decreto nº 248/1894, prescreveu um conjunto de matérias a serem adotados pela instrução pública, contemplou os saberes elementares aritméticos, descritos minuciosamente nos conteúdos que deveriam ser ensinados pelos professores no 1º, 2º 3º e 4º ano da escola preliminar, a saber:

Para o ensino de Arithmética no primeiro ano, duas fases foram estabelecidas: a primeira os conteúdos: Somar, diminuir, multiplicar e dividir praticamente até 10 com auxilio de objetos. A segunda, Arithmética - Uso dos sinais +, -, X, e ÷ praticados nas diferentes combinações até 10. Contar até 50 sempre com auxilio de objetos (DECRETO nº248, 1894, Art. 17).

No segundo ano foram estabelecidas também duas fases: na primeira Contar de 1 a 1000 por unidades. Algarismos arábicos e romanos - Tabuadas de multiplicar e dividir até á casa dos 6.Frações: meios terços até décimo estudados e praticados. Operações sobre algarismos romanos - Formação das unidades e dezenas - Estudo suplementar: problemas e questões praticas - Sistema métrico - Metros: múltiplos e submúltiplos - Exercícios práticos. A segunda, dedicada a Contar de 1 a 1.000.000 por unidades, dezenas e centenas, Tabuadas de adição, subtração até 120. Tabuadas de multiplicação e divisão até á casa do12. Frações, continuação. Formação das centenas e milhares. Ler e escrever os números compostos de duas classes: unidades e milhares. Soma estudo completo. Subtração id. Multiplicação, 1.º e 2.º casas. Divisão: Casos muito simples. Problemas fáceis. Sistema métrico - Dinheiro. Distinguir, ler e escrever desde um vintém até mil réis (DECRETO nº248, 1894, Art. 17).

No terceiro ano, foram estabelecidas as duas fases: na primeira, os conteúdos de: Generalidades. Numeração falada e estreita. Prova da adição e da subtração. Tabuada de multiplicar e dividir até á casa do 15. Frações ordinárias, próprias e impróprias. Estudo completo da multiplicação. Problemas e questões praticas. Na segunda fase segue com tabuadas de multiplicação até a casa de 20. Estudo completo da divisão. Prova da multiplicação e da divisão. Frações ordinárias homogêneas: soma e subtração. Fração decimal: ler e escrever os números decimais; soma e subtração. Problemas. Sistema métrico. Exercícios práticos sobre as medidas nas lojas, armazéns e bancos (DECRETO nº248, 1894, Art. 17).

E no quarto ano a Arithmética, primeira fase consta Contabilidade - Revisão. Divisibilidade dos números. Máximo divisor comum. Frações ordinárias. Reduzir frações ao mínimo denominador comum. Adição, subtração, multiplicação e divisão das frações. Frações decimais. Reduzir decimais á mesma denominação. Alteração no valor dos números decimais. Transformar frações decimais em frações ordinárias. Transformar ordinárias em decimais. Problemas. Sistema métrico. Descoberta e histórico: unidades principais. Na segunda fase os conteúdos: Adição, subtração, multiplicação, divisão de números decimais. Frações decimais periódicas. Trabalho suplementar: problemas, questões praticas. Redação de cartas comerciais, memoranda e facturas (DECRETO nº248, 1894, Art. 17).

Em síntese, pode-se dizer que o Decreto, previa um Programa destinado à orientação quanto à matéria Aritmética para cada ano/série. Proceder-se-ia a organização por meio da observação com rudimentos das primeiras operações com recomendações para que o estudo fosse o mais concreto possível sendo permitido a utilização de objetos para o desenvolvimento do raciocínio para os números e cálculo abstratos.

Os documentos estudados nesta seção foram encontrados e separados no site UFSC, concentrado nas respectivas atenções do repositório GHEMAT, comunidade São Paulo.

3.3 Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir de documentos oficiais de ensino para a Escola Primária entre Maranhão e São Paulo (1890-1895)

Na tentativa de identificar percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos abordados na legislação oficial para a Escola Primária entre os Estados do Maranhão e São Paulo, no período de 1890 a 1895, foram mapeados Leis, Decretos e Regulamentos, conforme mostra o quadro 18.

Quadro 18 – Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos a partir da legislação oficial entre Maranhão e São Paulo (1890-1895)

Estado	Ano	Legislação	Descrição
Maranhão	1890	Decreto nº 21 de 15 de abril. Regulamento da Instrução Pública, de 22 de junho.	Fixava os currículos para as escolas primárias de 1º, 2º e 3º graus.
Maranhão	1891	Decreto nº94 de 1º de setembro. Regulamento do Ensino Público do Estado do Maranhão.	Reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão
Maranhão	1893	Regulamento da Instrução Pública do Maranhão.	Organiza o ensino do Estado
Maranhão	1894	Regulamento do ensino primário.	Organiza o ensino primário
Maranhão	1895	Leis nº 56, de 15 de maio 1893. Lei nº119, de 2 de maio de 1895.	Reorganiza a Instrução Pública do Estado
São Paulo	1892	Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892.	Reforma a educação primária, pública e secundária.
São Paulo	1892	Decreto nº144B de 30 de dezembro 1892.	Aprova o Regulamento da Instrução Pública
São Paulo	1892	Lei nº169, de 7 de agosto 1892.	Regulamento da Instrução Pública
São Paulo	1893	Decreto nº218 de 27 de novembro	Aprovou o Regimento da Instrução Pública para execução das leis nº88 de 8 de setembro de 1892, e nº169, de 7 de agosto de 1893.
São Paulo	1893	Lei nº169, de 7 de agosto de 1893.	Regulamento da Instrução Pública
São Paulo	1894	Decreto nº248, de julho de 1894.	Aprova Regimento Interno das escolas públicas.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 ago. 2016.
<http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm>

O quadro acima exprime a legislação oficial no período demarcado para os dois estados. Percebe-se que nesta ocasião, havia nas prescrições do ensino primário o cuidado na preparação de um estudo, de um saber sistematizado indicando a aquisição de saberes elementares aritméticos. Dá a entender que se defendia uma reflexão ou um programa sobre que saberes relativamente direcionados a aritmética deveriam ser ensinados ao aluno. Podemos adiantar que pistas fornecidas pelos textos oficiais do ensino à época reiteram a presença de saberes elementares aritméticos em conteúdos de Aritmética.

No Maranhão, o período em questão acentuou-se a ideia de a educação ser elemento indispensável para o crescimento do Estado. Discutia-se a urgência pela ampliação das condições de acesso ao ensino primário e para este fim, os anos iniciais da primeira república foram definidos em consonância com as sucessivas reformas instituídas com o apoio do Estado. Essa premissa é importante, devendo ser levada em consideração as políticas educacionais explicitadas no âmbito de Leis, Decretos e Regulamentos no estado maranhense.

Nos Programas de Ensino para as Escolas Primárias maranhenses, os saberes elementares aritméticos foram apresentados nas matérias de ensino envolvendo as quatro operações com números que não ultrapassassem a primeira centena; Números inteiros, decimais e quebrados; Sistema métrico decimal; Aritmética até proporções; Geometria elementar e Desenho.

Nos Programas de Ensino para as Escolas Primárias paulistas, os saberes elementares aritméticos foram apresentados nas matérias de ensino envolvendo Aritmética com operações de somar, diminuir, multiplicar e dividir com auxílio de objeto para fixação de aprendizagem; Desenho, com pontos em cima, em baixo, lado esquerdo, lado direito; Linhas - Posição horizontal, vertical e oblíqua; Formas - Esfera, cubo e cilindro: exercícios que desenvolvam os sentidos da vista e do tacto. Superfícies planas, curvas e dos sólidos em geral.

Observa-se que a legislação de ensino primário maranhense em particular os programas de ensino eram muito assemelhados àqueles previstos para a Escola primária de São Paulo. Percepções e aproximações sobre saberes elementares aritméticos para a escola primária entre os dois estados convergem com indicativos comuns nas matérias de ensino. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o Maranhão recorreu ao modelo de São Paulo como forma de subsidiar a estruturação e organização da escola primária de seu Estado.

Importante, é observar que São Paulo, no período investigado encontrava-se na dianteira em virtude do cenário político, econômico e educacional, sendo considerado o primeiro estado brasileiro a implantar reformas que sinalizaram um sistema público de ensino primário gratuito, que por certo se tornou referência educacional nacional. Nesse interim, seus passos foram seguidos pelos demais estados da federação, aqui se inclui o Maranhão que na época fez adesão a este modelo educacional.

Para tal análise, e por se tratar de uma releitura dos documentos oficiais não há muitos detalhes sobre como os saberes elementares aritméticos deveriam ser investigados, não existe um detalhamento do passo a passo. Dito de outra forma foi com as fontes já coletadas e postas no repositório, no período de 1890 a 1895 que se tentou compreender que a complexidade da escola primária paulista refletiu-se no processo histórico de constituição da aritmética como um saber escolar no Estado.

Diante da análise efetuada até o momento admite-se a necessidade de continuidade desses estudos e a realização de análises que considerem outros tipos de fontes, no sentido de contribuir para uma reflexão acerca da aritmética no ensino primário entre os estados do Maranhão e São Paulo.

CONSIDERAÇÕES E REFLEXÕES FINAIS

De tudo ficam três coisas:
A certeza de que estamos sempre começando...
A certeza de que precisamos começar...
A Certeza de que seremos interrompidos continuar...
Portanto, devemos
Fazer da interrupção um caminho novo...
Da queda, um passo de dança...
Do medo, uma escada...
Do sonho, uma ponte...
Da procura, um encontro.

Fernando Pessoa.

E chegamos ao final desta pesquisa! Ou deveríamos dizer ao começo de novas reflexões, o que não representa o fim da nossa caminhada, mas, a renovação de questionamentos, dúvidas, inquietações e as respectivas respostas às questões tecidas, as quais serão reconsolidadas por meio de novas etapas, quando outras perguntas surgirão.

O percurso desta investigação foi uma tarefa imensamente desafiadora. Esforços foram empreendidos em estudo de aprofundamento nas prescrições da instrução pública primária dos Estados Maranhão e São Paulo, voltados em particular aos saberes elementares aritméticos. Leis, Decretos e Regulamentos oficiais garantiram a legitimidade e confiabilidade das fontes primárias encontradas ora na Biblioteca Benedito Leite/MA, ora no Arquivo público /MA. Foram sucessivas idas e vindas nesses arquivos públicas, em particular na seção obras raras para manuseio de documentos; pesquisas foram realizadas nos sites da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), (pouquíssimas produções sobre a temática); já no site do Grupo de Pesquisa da História da Educação (GHEMAT) pode-se dizer que houve um diferencial, encontrou-se produções diretamente referenciadas com a temática. Há de se destacar que esses momentos de busca oportunizaram a pesquisadora a localizar os diversos achados da pesquisa, propiciando experiências enriquecedoras para novos questionamentos e traçados para o estudo.

Na busca de estabelecer aproximações nos documentos oficiais do estado do Maranhão para o ensino de saberes elementares aritméticos propostos a partir do modelo difundido da Escola Primária de São Paulo, entre os anos de 1890-1895, percebeu-se o enlace entre os dois estados (MA e SP) no período investigado. Como se viu ao longo do texto, um intenso fluxo de programas de ensino dos estados foi apresentado, para possíveis análises e compreendidos como precisos para conexão.

As constatações analíticas da pesquisa indicaram indícios da existência de um conjunto de matérias (geometria, desenho etc.) ministradas no ensino primário tanto no estado do Maranhão como no estado de São Paulo (1890-1895). Dito de outra maneira evidencia-se outros saberes fazendo parte desse processo, contudo foram tratados analiticamente os saberes elementares aritméticos entre os dois estados.

Importa para o momento, apresentar saberes elementares aritméticos considerados como peça desencadeadora de muitas funções, que norteiam o ensino primário, concomitantemente, destaca-se, o desenvolvimento do pensamento matemático, o raciocínio lógico da criança.

Assim, nesse estudo percebeu-se que no programa de ensino primário do estado do Maranhão, a matéria de Aritmética, tem igual conceito, tal como no programa de ensino de São Paulo, pois se entende que a matéria de Aritmética se materializa nas operações fundamentais: de somar, diminuir, multiplicar e dividir; relações de proporção envolvendo regra de três e valores percentual, entre outras.

Outro ponto a evidenciar no que tange a educação do estado de São Paulo é que na época propunha um ensino ativo, dinâmico que não deveriam ser imposto pelos professores e sim centrado na criança, que deveriam privilegiar o desenvolvimento da inteligência, o raciocínio lógico dos alunos.

Em suma, cabe salientar que este estudo investigativo permitiu identificar na legislação oficial do Maranhão os programas para o ensino de saberes elementares aritméticos nos anos de 1890 a 1895, destacando a forte presença da Aritmética seguida de instruções oficiais do estado de São Paulo. Contribuiu significativamente para o aperfeiçoamento da pesquisadora enquanto docente na academia.

Longe, de esgotarmos o processo de possibilidades de análises, entendemos que este texto representa uma etapa da pesquisa e, nesse sentido, a pesquisadora

sente-se provocada a dar continuidade em aprofundamento em estudos que possam contribuir para a História da Educação e para a História da Educação Matemática.

REFERENCIAS

A., D. M. **Questões práticas de Arithmética**: ao alcance de todos, seguidas de uma tabela de câmbio de diversos países, desde 8 até 27 dinheiros por mil reis. São Luís: Frias Filho, 1895.

ABRANCHES, Dunshee de. **O Cativoiro**. 2.ed. São Luís: Alumar. 1992, p.102.

ANDRADE, Beatriz Martins de. **O discurso educacional do Maranhão na primeira República**. São Luís, UFMA, Secretaria de Educação, 1984 (Tese mestrado).

ANTONIO DA COSTA, David/Wagner Rodrigues Valente (org.) **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** Estudos histórico- comparativos a partir da documentação oficial escolar. 1ª. Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.

_____. **Cadernos de trabalho**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documentos avulsos: Secretaria do Governo. Correspondência do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado do Maranhão, 1901.

AUGUSTINE, Charles H. D'. **Métodos modernos para o ensino da matemática**; tradução de Maria Lucia F. E. Peres. Rio de Janeiro: Editora, s/d. 1976.

BLOCH, Marc. **Introdução a História**. Lisboa. Publicações Europa-América, 1965.

_____. **Apologia da História ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Lei 15 de outubro de 1827. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-15-10-1827.htm.

_____. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 1997.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: matemática. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luís: SIOGE, 1984.

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. Benjamin Constant: reconstrução nacional pela educação. **Revista HISTFDBR**, Campinas n. 40, dez 2010. Disponível em:
<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/revislav/article/view/6536/pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2015.

CARNEIRO, Rogério dos Santos. **Aritmética primária no túnel do tempo**. Vassouras, RJ, 2014. Disponível em: http://www.uss.br/arquivos?sessionid=136F9347E3BF6D3DD252D6ED4E5F81E5/po_sgraduacao/strictosensu/educacaoMatematica/produto/2014/Rogério_Carneiro_produto_Fim.pdf. Acesso em: 14 de abr. de 2015.

CASTELLANOS, Samuel Luís Velásquez. **O livro no Maranhão Império: produção, circulação e prescrições**. 2012. 450f. Tese (Doutorado em) – Universidade Estadual Paulista.

_____. **Práticas leitoras no Maranhão na primeira república: entre apropriações e representações**. São Luís: EDUFMA, 2010.

_____. **Os livros Escolares nas Instituições de Ensino no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, p.11-12. 2012.

CASTRO, Cesar Augusto (Org.). **Leis e regulamentos: da instrução pública no Maranhão Império (1835-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, David Antonioda. **A aritmética escolar no Ensino Primário Brasileiro: 1890-1946**. 2010, 278 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: http://www.pucsp.br/pos/edmat/do/COSTA_david_antonio.html. Acesso em: 12 maio 2015.

_____. Repositório. **Caderno de Trabalho**. v. 3. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa**. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

D'AMBRÓSIO, U. História da Matemática: questões historiográficas e políticas e reflexos na Educação Matemática. In: BICUDO, M. V. (Org.). **Pesquisa em Educação Matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1999, p.97-155.

DE CERTAU, Michel. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

_____. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Trad. Gilson Cesar de Souza. 14 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, D. G. GONDRA, J. G., FARIA FILHO, L. M. de; DUARTE, R. H. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela história**. Lisboa: Presença, 1985.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FRÓES, Vânia Leite. Jacques Le Goff. Bibliografia comentada. In: III COLÓQUIO DE ESTUDOS MEDIEVAIS. **Anais...** Niterói – Rio de Janeiro: UFF, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**, São Paulo: Editora Ática, 1994. ISBN, 8508044364.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOIS, Antonio Batista Barbosa de. **O mestre e a escola**. São Luís: Imprensa Oficial, 1900.

_____. **História do Maranhão para uso dos alunos da Escola Normal**. II tomos. São Luís: Typ Ramos d'Almeida, 1904.

GUARANNY, A. L. A.; CERQUEIRA, T. S. **Instrução Pública Pedagógica no século XIX**. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade; São Cristóvão–SE/Brasil, 2012. Disponível em: http://educonse.com.br/2012/eixo_02/PDF/26.pdf; Acesso em: 16/12/2014.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

JORGE, Miércio de Miranda. **Álbum do Maranhão**. São Luís: [s.n.], 1950.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1, Campinas. SP: Editores Associados. p.9-43, jan./jun. 2001

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

_____. (Org.) **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LE GOFF, Jacques Nora. **História e Memória**. Campinas: Ed.Unicamp, 1992.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Luís: Fundação Autêntica, 2001.

MOTA, Diomar das Graças. **A emergência dos grupos escolares no Maranhão** In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-191=71). Campinas, SP: Mercado de letras, 2006 p. 140-152.

NASCIMENTO, Maria Nadir. **Terras das palmeiras**: estudos sociais:Maranhão:1ºgrau.FTD, 1950.

NINA, Almir Parga. **Programa didático**: roteiro para o Curso de Pedagogia. Maranhão: Typografia Frias, 1906.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **Do contexto histórico às idéias pedagógicas predominantes na escola normal maranhense e no processo de formação das normalistas na primeira república**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís-MA, 2004.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O Ensino público** (obra destinada a mostrar o estado em que se acha, e as reformas que exige a instrução publica no Brasil), vol. único, Maranhão, do País, 1874, p. 11.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da história da Educação? 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 22. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 1999.

RODRIGUES, Maria Regina N. **Maranhão**: do europeísmo ao nacionalismo – política e educação. São Luís: SIOGE, 1993.

SÃO PAULO (Estado). Lei n 88, de 08 de setembro de 1892A. Reforma a instrução pública do Estado. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em:<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> Acesso em: 21 de agosto de 2016

_____. Decreto nº 144B, de 30 de dezembro de 1892b. Aprova o regulamento da instrução pública. **Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em:<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

_____. (Estado). Lei nº169, de 7 de agosto de 1893. Adita diversas disposições a Lei nº88, de 8 de Setembro de 1892. Disponível em:<http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> Acesso em: 21 de agosto 2016.

_____. (Estado). Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Aprova o regimento interno das escolas públicas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> Acesso em: 21/08/2016

SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução maranhense na primeira década republicana**. Imperatriz, MA: Ética, 2008.

_____. **A instrução pública maranhense na primeira década republicana**. 1992. 237f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1992.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA C. D. de; GUIDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**. Ano 1, n. 1, jul./ 2009, 15 p.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas**: reconquistando o conceito. Pesquisa em História da Educação: perspectiva de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: Horta Grande, 2008.

_____. Breves considerações sobre fontes para a História da educação. **Revista HISTEDBR** on-line, Campinas, n. especial, p. 28-35, ago.2006. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicos/22e./art5_22e.pdf>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. **O legado educacional do século XIX**. Campinas. São Paulo. Autores Associados, 2006.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: São Paulo. Autores Associados, 2007

_____. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 1993.

SILVA, Maria Abadia Da. **Educadores e educandos**: tempos históricos. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2005, p. 106.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Por uma teoria e uma história da escola primária no Brasil**: investigações comparadas sobre a escola graduada (1870 – 1970). Araraquara, SP: [s. n], 2007.

_____. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Alicerces da pátria: história da escola primaria no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas: Mercado das Letras, 2009.

_____. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, Dermevalet al. **O legado educacional do Século XX no Brasil**. Campinas: Autores. Associados, 2004.

_____. SOUZA, Rosa Fatima de. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: 1889-1910. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: Souza, Rosa Fátima de et.al. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP-Faculdade de Ciências e Letras, p. 19-62, 1998;

TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís, FIPES, 1981, p. 12.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar** Estudos histórico-comparativo a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora da Física, 2014.

_____, W. R. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. São Paulo: Annablume. FAPESP, 1999.

_____, W. R. **A Matemática Moderna nas Escolas do Brasil e de Portugal: História e Epistemologia**. In: MATOS, José Manuel e VALENTE, Wagner Rodrigues (Org). **A Matemática Moderna nas escolas do Brasil e de Portugal: Primeiros Estudos**. São Paulo: Editora Da Vinci, 2007b. p. 69-80.

_____. W.R. Considerações sobre a Matemática escolar numa abordagem histórica. **Cadernos de História da Educação**, n. 3, p. 77-82, jan-dez, 2004.

_____. W. R. História da Educação Matemática: Interrogações Metodológicas. **REVEMAT – Revista Eletrônica de Educação Matemática**. UFSC, v. 2, p. 28-49, 2007.

_____. W. R. Oito temas sobre História da Educação Matemática. **REMATEC – Revista de Matemática, Ensino e Cultura**. Ano 8, n.12, jan./jun. Natal, RN: EDUFRRN, 2013;

_____. W. R. **A Constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino (São Paulo, 1890-1950)**. v. 19, n.2, maio/ago. 2015 Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2015.192.04/4705>. Acesso em: 03 de nov. 2015.

_____. W.R. Positivismo e matemática escolar dos livros didáticos no advento da República. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, p. 201-212. mar. 2000.

_____. W. R. **A aritmética na escola de primeiras letras: os livros de aprender a contar no Brasil do século XIX**. Revista Iberoamericana de Educacion Matemática, n. 7, pp. 71-81. Set. 2006.

_____. W. R. **Educação matemática na escola de primeiras letras, 1850-1950**. Projeto de Doutorado. In: FAPESP. Início 2007.

_____. W. R. O ensino intuitivo da aritmética e as Cartas de Parker. **Anais do V Congresso Brasileiro de História da Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe; Aracajú: Universidade Tiradentes, 2008.

VALENTE, W.R.; LEME DA SILVA, M.C. Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação professores. **Revista Educação. Matemática e Pesquisa**. São Paulo, v.15, Número Especial, pp.857-871, 2013. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/viewFile/17750/pdf>. Acesso em Set. de 2014.

VERGARA, Constant Sylvia. **Projeto e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 15.ed. São Paulo:Atlas, 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos Escolares Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)**. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Humanitas Publicações, v.23, n^o 45, pp. 38-70. 2003.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. São Luís: Associação comercial, 1953.

_____.Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão.In: **Revista de geografia e história**. São Luis/MA: IBGE, 1954.

_____. **Benedito Leite: um verdadeiro republicano**. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Távira. 1957.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

WIKIPEDIA. Enciclopédia Livre. Disponível em:<http://www.uema.br/historico/> Acesso em: 19 de set. 2015 a.

_____.EnciclopédiaLivre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_dos_Annales. Acesso em: 15 de set 2015 b.

_____.Enciclopédia Livre. Disponível em:<https://pt.wikipedia.org/wiki/Esfuminho> Acesso em> 03 Out 2015 c.

_____.Enciclopédia Livre. Disponível em:https://pt.wikipedia.org/wiki/Sapere_aude: 03 de novembro de 2015d.

_____. Enciclopédia Livre. Disponível em:
<http://www.espacomatematica.com/2012/04/significado-da-palavra-matematica.html>.
 Acesso em: 03 de novembro de 2015e.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS MARANHENSES

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Publica de 2 de fevereiro de 1854.**
 Maranhão: Tipografia Constitucional, 1854.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública.** Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1890.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública.** Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1891.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública.** Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1893.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública.** Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1895.

_____. **Regulamento geral da Instrução pública.** Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias, 1896.

_____. Lei nº. 207, de 28 de abril de 1898. **Coleção das Leis Decretos do Estado do Maranhão de 1890-1895.** Maranhão: Imp. Typ. 1895, p.142-143.

JORNAIS E REVISTAS MARANHENSES

MARANHÃO. **Jornal a Escola.** São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1902.

_____. **Jornal O Publicador Maranhense.** São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1850.

_____. **Jornal O Publicador Maranhense.** São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1875.

_____. **Jornal O Publicador Maranhense.** São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1871.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS BRASILEIROS

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824. Decreto – Lei Imperial de 15 de Outubro de 1827. Disponível em: <http://www.adurrj.org.br> Acesso em: 23 de outubro de 2015.

APÊNDICES

APENDICE A–Termo de consentimento Livre e Esclarecido.

TERMO DECONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
permito que a pesquisadora Marylucia Cavalcante Silva, obtenham, fotografias, filmagem de documentos para fins de pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL (RS). Eu concordo que os documentos e informações obtidas nos setores da Biblioteca Pública Benedito Leite possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos.

Endereço: _____

Assinatura: _____

Data e Local: _____

APENDICE B– Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, permito que a pesquisadora Marylucia Cavalcante Silva, obtenham, fotografias, filmagem de documentos para fins de pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL (RS). Eu concordo que os documentos e informações obtidas nos setores do Arquivo Público Estadual do Maranhão possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos.

Endereço: _____

Assinatura: _____

Data e Local: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática
Curso de Mestrado Profissional



Produto Mestrado Profissional

**GUIA DE FONTES PARA ESTUDO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO
MARANHÃO**

Marylucia Cavalcante Silva

Pelotas, 2016

Marylucia Cavalcante Silva

**GUIA DE FONTES PARA ESTUDO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO
MARANHÃO**

Produto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Duarte Martins

Pelotas, 2016

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tela inicial para acesso do Repositório de Conteúdo Digital e subcomunidades GHEMAT	115
Figura 2. Página inicial do Repositório de Conteúdo Digital – comunidade Estado do Maranhão	117
Figura 3: Exemplos de metadados para item documentos – Regimento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890	118
Figura 4: Exemplos de metadados para item documentos–Decreto n. 94, de 1891	119
Figura 5: Exemplos de metadados para item documentos – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893	119
Figura 6: Exemplos de metadados para item documentos – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão, 1894	120
Figura 7: Exemplos de metadados para item documentos–Lei n.119, de 1895	120
Quadro 1: Inventário da documentação encontrada em acervos maranhense associadas a temática investigada	116

LISTA DE SIGLAS

APE	Arquivo Público do Estado do Maranhão
BPEL	Biblioteca Pública Estadual Benedito Leite
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
GHEMAT	Grupo de Pesquisa em História da Educação Matemática no Brasil
MA	Maranhão
SLZ	São Luis
SP	São Paulo
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	113
1GHEMAT MARANHÃO NO REPOSITÓRIO DE CONTEÚDO DIGITAL:constituindo e potencializando pesquisas de História da Educação Matemática..	114
2GUIA DE FONTES PARA ESTUDO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO MARANHÃO.....	121
2.1 Inventário da documentação encontrada.....	121
2.2 Documentos oficiais maranhense em modo digitalizados.....	123
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	123
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXO.....	128
APÊNDICE	139

APRESENTAÇÃO

O produto desta dissertação refere-se a um guia de fontes para estudo da educação matemática no Maranhão que objetiva produzir conhecimento científico acerca da história da educação matemática inventariando documentos para o repositório digital pasta estado do Maranhão.

A proposta do guia surge com o parecer do professor e pesquisador Wagner Rodrigues Valente que por certo identificou na investigação intitulada “Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos no ensino público primário entre Maranhão e São Paulo, aritmética na legislação oficial de 1890 a 1895”, um rol de documentos - os achados da pesquisa - que sinaliza servir para além de socialização entre pesquisadores maranhenses dar a conhecer público amplo aos pesquisadores que estão desenvolvendo pesquisas de norte a sul do país.

O guia de fontes para estudo da educação matemática maranhense objetiva potencializar pesquisas com acesso sem restrições a documentação inventariada no modo digitalizado podendo ser transformada em fontes de pesquisa por qualquer professor/pesquisador/interessado os materiais relacionados a aritmética escolar.

A Autora.

GHEMAT MARANHÃO NO REPOSITÓRIO DE CONTEÚDO DIGITAL DA UFSC: constituindo e potencializando pesquisas de História da Educação Matemática

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.
(Marc Bloch (1886-1944).

De início, é importante mencionar a atuação do Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática-GHEMAT⁴⁴1, que se destaca pelo desenvolvimento de pesquisa coletiva sobre educação matemática, história do ensino de matemática, dos conteúdos escolares, dos livros didáticos e da formação de professores de matemática.

O avançar do grupo de forma coletiva com produção de novos conhecimentos consolida o GHEMAT a se instituir como um conjunto de pesquisadores de diferentes instituições e programas de pós-graduação, em diversos estados da federação a levar adiante projetos coletivos de investigação (VALENTE, 2013), nisso se tem o Repositório de Conteúdo Digital como espaço virtual de alocação de documentos digitalizados, e, pode ser entendido como, uma proposta em construção encurtando a distância entre pesquisadores em História da Educação Matemática.

O repositório⁴⁵2 em discussão acolhe pesquisas do GHEMAT que

“encontra-se fisicamente sediado na Universidade Federal de Santa Catarina, uma das diversas instituições de ensino e pesquisa na qual alguns membros do GHEMAT filiam-se. Baseado na estrutura do DSpace, com arquitetura simples e eficiente, utiliza-se de tecnologia de ponta e está direcionado ao acesso aberto, intencionalmente criado para esta finalidade” (CADERNOS DE TRABALHO, 2015. p.32).

⁴⁴De acordo com o Diretório do Grupo de Pesquisa do CNPq, o GHEMAT, foi fundado em 2000 reunindo pesquisadores de diversos estados e universidades brasileiras. Vide informações em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2116509882385976>> Acesso em: 18 de set. 2016. “Atualmente formado por 34 pesquisadores e 71 estudantes (doutorandos, mestrandos, acadêmicos se profissionalizantes, além de alunos da graduação) integrados na linha de pesquisa do grupo cujo objetivo é desenvolver pesquisas com vistas à compreensão histórica do ensino e aprendizagem da matemática, da formação de professores de matemática e do objeto de constituição da matemática escolar” (COSTA;VALENTE, 2015, p. 98).

⁴⁵Plataforma online, onde se depositam documentos catalogados e alimentados por membros do GHEMAT, encontra-se “fisicamente sediado na UFSC” (CADERNO DE TRABALHO, 2015, p. 32-33).

Com base no exposto, o repositório que acolhe as pesquisa do GHEMAT encontra-se sediado na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, uma instituição de ensino e pesquisa na qual membro do GHEMAT filiados elaboram uma descrição dos metadados⁴⁶identificando o contexto (Quadro 1).

Figura 1: Tela inicial para acesso do Repositório de Conteúdo Digital e subcomunidades GHEMAT

Entrar

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFSC

Repositório Institucional da UFSC ▸ UFSC ▸ Campus Florianópolis ▸ CED (Centro de Educação) ▸ História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique)

Buscar DSpace

Ir

● Buscar DSpace
● Esta comunidade

Navegar

Todo o repositório

- [Comunidades e Coleções](#)
- [Por data do documento](#)
- [Autores](#)
- [Títulos](#)
- [Assuntos](#)

Esta comunidade

- [Por data do documento](#)
- [Autores](#)
- [Títulos](#)
- [Assuntos](#)

Minha conta

Entrar

Discover

Autor

- [Vários autores \(107\)](#)
- [Autor desconhecido \(98\)](#)
- [Valente, Wagner Rodrigues \(71\)](#)
- [Não identificado \(49\)](#)
- [Pinto, Neuza Bertoni \(42\)](#)
- [Souza, José Pereira Coelho de \(42\)](#)
- [Dornelles, Ernesto \(34\)](#)
- [Meneghetti, Ildo \(31\)](#)
- [Farias, Osvaldo Cordeiro de \(27\)](#)
- [Ebeling, Elita \(26\)](#)
- [... Ver mais](#)

História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique)

Pesquisar nesta comunidade e nas suas coleções: Ir

As pesquisas sobre educação matemática em perspectiva histórica têm crescido muito nos últimos anos no Brasil. A catalogação de fontes para a História da Educação Matemática não é uma experiência nova. Diversos materiais foram disponibilizados em mídias eletrônicas ou ainda em livros impressos. Este repositório, com o apoio da Universidade Federal de Santa Catarina, intenta ser um espaço público de divulgação de fontes digitalizadas dos projetos coletivos, fruto do trabalho dos pesquisadores do GHEMAT - Grupo de Pesquisa de História da Educação Matemática, em rede, dos diferentes estados brasileiros. La recherche sur l'enseignement de mathématique dans une perspective historique ont augmenté considérablement au cours des dernières années au Brésil. Catalogage sources pour l'histoire de l'enseignement de mathématique n'est pas une nouvelle expérience. Différents matériaux ont été mis à disposition dans les médias électroniques ou dans les livres imprimés. Ce référentiel, avec le soutien de l'Université Fédérale de Santa Catarina, entend être un espace public pour la diffusion des sources numérisées de projets collectifs, le fruit du travail de chercheurs du Ghemat - Groupe de recherche sur l'histoire de l'enseignement de mathématique, en réseau, de différents états brésiliens.

Subcomunidades nesta comunidade

[A MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DO ENSINO PRIMÁRIO - em tempos do escolanovismo, 1930-1960: fontes para a pesquisa](#) [376]
[EVENTOS - Anais \(Proceedings\)](#) [5]

Coleções nesta comunidade

- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - AL](#) [26]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - AM](#) [51]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - BA](#) [96]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - DF](#) [8]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - ES](#) [53]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - GO](#) [19]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA](#) [8]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MG](#) [110]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MS](#) [0]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MT](#) [13]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - PA](#) [25]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - PB](#) [33]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - PE](#) [0]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - PR](#) [122]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - RJ](#) [149]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - RN](#) [49]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - RR](#) [8]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - RS](#) [533]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - SC](#) [146]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - SE](#) [57]
- [A Constituição dos saberes elementares matemáticos - SP](#) [439]

Fonte: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> Acesso em: 21 de ago.st. 2016

⁴⁶Metadados são elementos de caracterização da fonte de pesquisa. Mais informações, vide Clobride (2010) e Costa e Valente (2015, p.101).

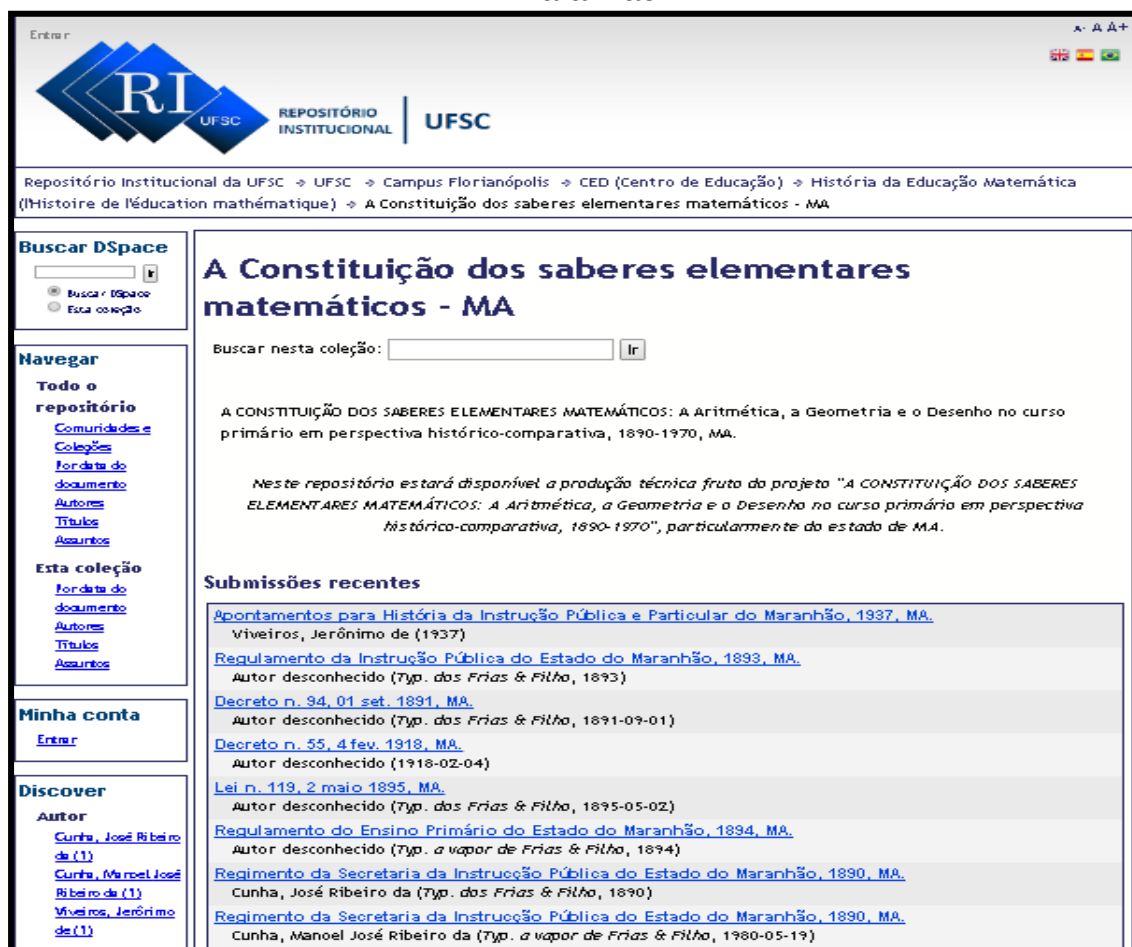
O acesso ao ambiente, a pastas e coleções de documentos dos estados envolvidos foi realizado por meio do endereço eletrônico:

<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1769> consultado a partir de qualquer dispositivo com acesso a internet.

Para a pasta do Maranhão, segue também o endereço eletrônico citado acima ou diretamente <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> pois se alinha a discussão aninhada também ao Centro de Ciências da Educação da UFSC que como tal objetiva armazenar fontes diversas e pesquisas voltadas para a História da Educação Matemática.

É importante destacar que para a inserção de dados na pasta do Maranhão, o primeiro passo foi à captura de documentos, na seleta atenção de imagens de boa qualidade. As imagens, digo os documentos foram organizados em PDF não excedendo o tamanho de 25MB, conforme normas definidas pelo repositório.

Figura 2. Página inicial do Repositório de Conteúdo Digital – comunidade Estado do Maranhão.



Fonte: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853> Acesso em: 21 agost.2016

A exposição acima se refere aos itens da primeira etapa de inserção no repositório pasta GHEMAT Maranhão. Esses itens tratam-se, de descrições de documentos, palavras-chaves, resumo, auxiliando na busca por localização documentos. Com esse movimento o domínio das fontes é ampliado, deixando de ser de natureza escrita (COSTA; VALENTE, 2015), deixa de estar apenas na mão de um pesquisador, como material palpável e passa a ser disponibilizado para um número maior de pesquisadores, onde todos têm acesso ao mesmo documento online, “torna-se imediatamente de domínio e uso da coletividade” (COSTA 2015, p.37).

De forma inicial percebem-se as primeiras imagens disponibilizadas na comunidade GHEMAT Maranhão, são coleções oficiais de leis, decretos e regulamentos, referente à instrução pública primária do estado do Maranhão. Antes de realizar a inserção dos documentos foi apresentado um modelo simples de ficha catalográfica padrão do GHEMAT preenchida e seguido para documentos de diversas naturezas, só assim os documentos foram visualizados por pesquisadores diversos. A título de exemplo, segue as figuras 2, 3, 4 e 5 são metadados referentes a lei, decreto, regulamentos, etc., o ano de emissão, nome do legislador (ou representante do governo), nome do estado, cidade etc., (COSTA, 2015, p. 36).

Figura 3: Exemplos de metadados para item documentos – Regimento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890

The screenshot displays the UFSC Institutional Repository (RI) interface. At the top, there is a navigation bar with the UFSC logo and the text 'REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL'. Below this, a breadcrumb trail indicates the location of the document: 'Repositório Institucional da UFSC → UFSC → Campus Florianópolis → CED (Centro de Educação) → História da Educação Matemática (Histoire de l'éducation mathématique) → A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA → Ver item'.

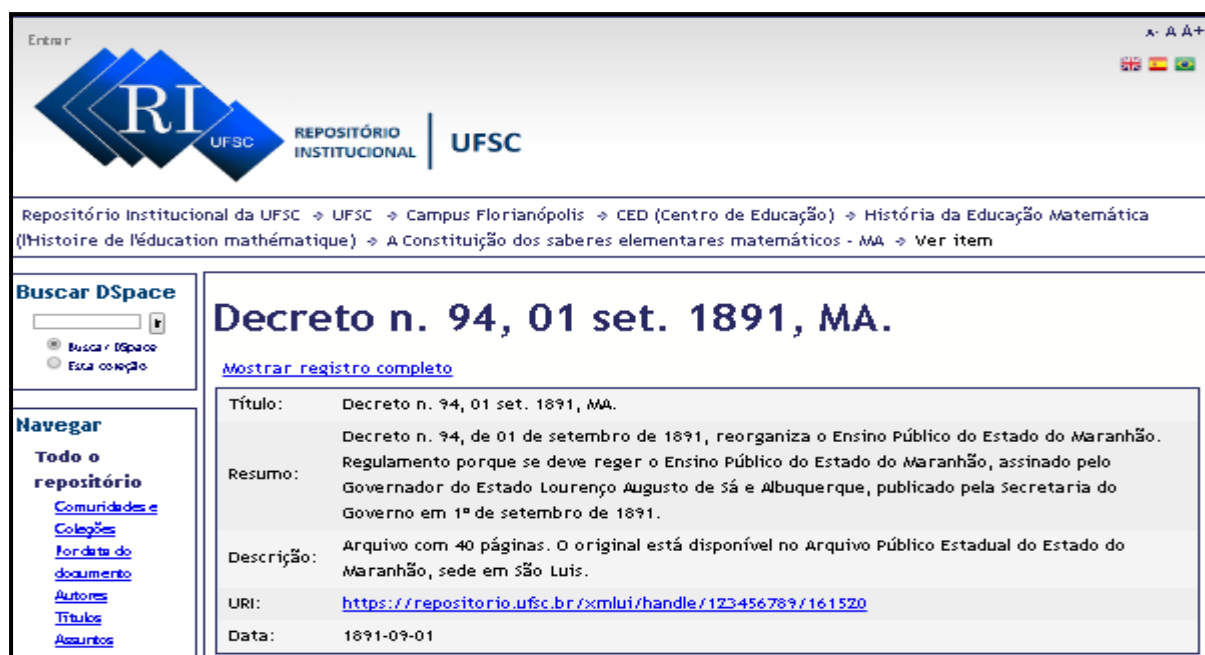
The main content area is titled 'Regimento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890, MA.' and includes a link to 'Mostrar registro completo'. The metadata is presented in a table-like format:

Título:	Regimento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890, MA.
Autor:	Cunha, José Ribeiro da
Resumo:	Regimento da Instrução Pública do Estado Maranhão aprovado pelo Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Tomas Porciúncula e, organizado pelo Inspetor Geral Interino da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 19 de maio de 1890.
Descrição:	Arquivo com 14 páginas. O original está disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão, sede em São Luís.
URI:	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513
Data:	1890

On the left side of the interface, there is a sidebar with a search bar labeled 'Buscar DSpace' and a 'Navegar' section containing links to 'Todo o repositório', 'Comunidades e Coleções', 'Fora do documento', 'Autores', 'Títulos', 'Assuntos', and 'Esta coleção'.

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 agost 2016.

Figura 4: Exemplos de metadados para item documentos– Decreto n. 94, de 1891.



Repositório Institucional da UFSC → UFSC → Campus Florianópolis → CED (Centro de Educação) → História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique) → A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA → Ver item

Buscar DSpace

☐ Buscar DSpace
☐ Esta coleção

Navegar

Tudo o repositório

[Comunidades e Coleções](#)
[Portal do documento](#)
[Autores](#)
[Títulos](#)
[Assuntos](#)

Decreto n. 94, 01 set. 1891, MA.

[Mostrar registro completo](#)

Título: Decreto n. 94, 01 set. 1891, MA.

Resumo: Decreto n. 94, de 01 de setembro de 1891, reorganiza o Ensino Público do Estado do Maranhão. Regulamento porque se deve reger o Ensino Público do Estado do Maranhão, assinado pelo Governador do Estado Lourenço Augusto de Sá e Albuquerque, publicado pela Secretaria do Governo em 1º de setembro de 1891.

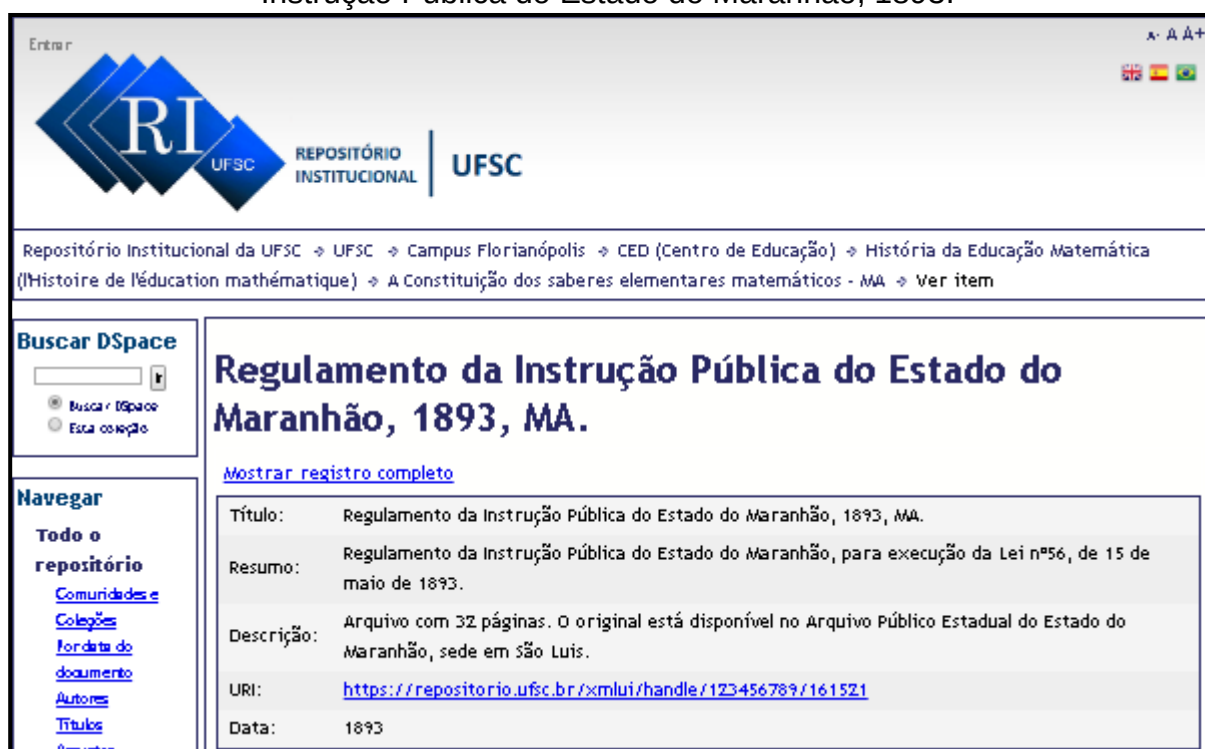
Descrição: Arquivo com 40 páginas. O original está disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão, sede em São Luís.

URI: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161520>

Data: 1891-09-01

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161520> Acesso em: 21 ago.2016.

Figura 5: Exemplos de metadados para item documentos – Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893.



Repositório Institucional da UFSC → UFSC → Campus Florianópolis → CED (Centro de Educação) → História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique) → A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA → Ver item

Buscar DSpace

☐ Buscar DSpace
☐ Esta coleção

Navegar

Tudo o repositório

[Comunidades e Coleções](#)
[Portal do documento](#)
[Autores](#)
[Títulos](#)
[Assuntos](#)

Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893, MA.

[Mostrar registro completo](#)

Título: Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893, MA.

Resumo: Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, para execução da Lei nº56, de 15 de maio de 1893.

Descrição: Arquivo com 32 páginas. O original está disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão, sede em São Luís.

URI: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161521>

Data: 1893

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161521> Acesso em: 21 ago.2016

Figura 6: Exemplos de metadados para item documentos – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão, 1894.

Entrar

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL | UFSC

Repositório Institucional da UFSC → UFSC → Campus Florianópolis → CED (Centro de Educação) → História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique) → A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA → Ver item

Buscar DSpace

☐ Buscar em DSpace

☐ Esta coleção

Navegar

Todo o repositório

[Comunidades e Coleções](#)

[Formato do documento](#)

[Autores](#)

[Títulos](#)

[Assuntos](#)

Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão, 1894, MA.

[Mostrar registro completo](#)

Título:	Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão, 1894, MA.
Resumo:	Regulamento do Ensino Primário do Maranhão, de 1894 - o ensino primário será elementar nas vilas, povoações e integral nas cidades.
Descrição:	Arquivo com 16 páginas. Original disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão, sede em São Luis.
URI:	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161515
Data:	1894

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 ago.2016.

Figura 7: Exemplos de metadados para item documentos – Lei n.119, de 1895.

Entrar

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL | UFSC

Repositório Institucional da UFSC → UFSC → Campus Florianópolis → CED (Centro de Educação) → História da Educação Matemática (l'Histoire de l'éducation mathématique) → A Constituição dos saberes elementares matemáticos - MA → Ver item

Buscar DSpace

☐ Buscar em DSpace

☐ Esta coleção

Navegar

Todo o repositório

[Comunidades e Coleções](#)

[Formato do documento](#)

[Autores](#)

[Títulos](#)

Lei n. 119, 2 maio 1895, MA.

[Mostrar registro completo](#)

Título:	Lei n. 119, 2 maio 1895, MA.
Resumo:	Lei n. 119, de 2 maio de 1895, que reorganiza a Instrução Pública. Foi sancionada por Manoel Ignácio Belfort Vieira, Governador do Estado do Maranhão, na época.
Descrição:	Arquivo com 14 páginas. O original está disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão, sede em São Luis.
URI:	https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161516
Data:	1895-05-02

Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/161516>. Acesso em 21 ago.2016.

Ainda no âmbito da inserção, cabe mencionar que antes do acesso, visualização e disponibilização online houve o preenchimento de uma ficha

catalográfica com o tipo de documento em pdf seguido de encaminhamento à equipe de coordenação do repositório.

Na seção seguinte abordaremos o Guia de fontes para estudo da educação matemática no Maranhão, dividido em duas partes: na parte 1: O inventário da documentação encontrada – coluna de títulos dos documentos ao lado de breve descrição de cada um deles; na parte 2: Os documentos propriamente ditos em modo digitalizado. Ambas as partes constará na pasta Maranhão do repositório.

2 GUIA DE FONTES PARA ESTUDO DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO MARANHÃO

O Guia de fontes para estudo da educação matemática no Maranhão é uma produção técnica, desta dissertação de Mestrado, na qual se encontra organizado em duas partes: na parte 1, corresponde ao inventário da documentação encontrada; na parte 2, correspondem os documentos propriamente ditos em modo digitalizados.

2.1 Inventário da documentação encontrada

O inventário corresponde aos achados da pesquisa, são documentos localizados ora na Biblioteca Pública Benedito Leite-BPEL, ora no Arquivo Público do Estado do Maranhão-APM, ambos sediados na capital do estado São Luís-SLZ.

É importante comentar que se optou por não priorizar determinado tipo documental, reunindo tudo o que estivesse associado à temática em questão e ao período investigado acrescido de outros documentos associados ao estudo, justamente necessário para subsidiar a análise e por contribuir para melhor compreensão do contexto em que a pesquisadora produziu (quadro 1).

Quadro 1: Inventário da documentação encontrada em acervos maranhense associadas a temática investigada

Título do documento	Descrição do documento encontrado
Regulamento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão - 1890	Regulamento instituído para a reorganização do ensino público determinando a criação de escolas primárias, de 1º, 2º e 3º graus, instalando-as em povoados,
Regimento da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Maranhão - 1890	Regimento da Instrução Pública do Maranhão (aprovado pelo Governador do Estado do Maranhão, Dr. José Tomas Porciúncula e, organizado pelo Inspetor Geral Interino da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 19 de maio de 1890). Original disponível no Arquivo Público Estadual do Estado do Maranhão (sede em São Luís).
Decreto nº 94, de 01 de setembro de 1891 – Reorganiza o ensino público do estado do Maranhão.	Decreto nº94 de 1891 - Reorganiza o Ensino Público do Estado do Maranhão Regulamento porque se deve reger o Ensino Público do Estado do Maranhão
Lei nº56, de 15 de maio de 1893 – organiza o ensino do Estado do Maranhão.	Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1893.
Regulamento de 24 de novembro de 1894 – Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão	Regulamento do Ensino Primário, 1894.
Lei nº119, de 2 de maio de 1895 – Regulamento Geral que reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão	Lei n.119 de 2 maio de 1895 – Reorganiza a Instrução Pública.
Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890	Regulamento a qual se deve reger a Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890.
Fragmentos da Instrução Pública do Maranhão, 1890	Refere-se a correspondências oficiais sobre a Instrução Pública do Maranhão, 1890.
Programa das aulas de Geometria Plana da Escola Normal, 1890	Refere-se ao programa das aulas da matéria Geometria Plana da Escola Normal do Maranhão, 1890.
Programa das aulas de Aritmética e Álgebra, da Escola Normal, 1890.	Refere-se ao programa das matérias de Aritmética e Álgebra, da Escola Normal, 1890.
Decreto n.30 de 1890	Extingue-se o Conselho Superior de Instrução Pública, 1890.
Mapa demonstrativo da Instrução do Estado do Maranhão, 1891	Refere-se ao demonstrativo da Instrução do Estado do Maranhão, 1891.
Decreto n. 129 de 16 de março de 1892	Dá providência sobre o serviço da Instrução Pública do Estado.

Demonstrativo dos diversos graus de aprovação por disciplina, 1894.	Refere-se ao demonstrativo dos diversos graus de aprovação por disciplina, 1894.
Levantamento estatístico das escolas primárias, 1894	Refere-se ao levantamento estatístico das escolas primárias maranhense no ano de 1894.
Fragmentos sobre a Instrução Pública, por Dr. Abílio C. Borges s/d.	Refere-se a fragmentos sobre a Instrução Pública escrito por Dr. Abílio C. Borges s/d.
Livro Questões Práticas de Arithmética, 1895	Referem-se ao Livro Questões Práticas de Arithmética, datado de 1895.
Regulamento da Escola Normal dos Institutos que lhe são jurisdicionados e da Escola Modelo Benedito Leite e Curso anexo, 1905.	Refere-se ao Regulamento da Escola Normal e Escola Modelo e Curso anexo, 1905.
Programa didático – Roteiro para o curso de Pedagogia, 1906.	Refere-se ao programa didático para o curso de pedagogia, no ano de 1906.
Resumo de Álgebra por José Augusto Corrêa, 1886.	Livro referente ao resumo da matéria Álgebra escrito por José Augusto Corrêa, no ano de 1886.
Primeiras noções de Arithmética para uso das Escolas de Ensino Primário em 28 lições, 1846.	Livro referente às Primeiras noções de Arithmética para uso das Escolas de Ensino Primário, composto de 28 lições, datado no ano de 1846.
Apontamentos para História da Instrução Pública e Particular do Maranhão.	Referente a apontamentos para a História da Instrução Pública e Particular do Maranhão.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/126853>

Acesso em: 15 ago. 2016.

2.2 Documentos oficiais maranhense em modo digitalizado

A seguir em anexo estão postos recortes de documentos já localizados nos acervos maranhenses (in lócus) em modo organizado e digitalizado com o título e referência a um endereço eletrônico com acesso integral ao texto, via repositório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“[...] o historiador sabe fazer flechas com qualquer madeira” (JULIA, 2000, p.17), pois, a partir de rastros, “vestígios que esse passado deixou no presente, passa-se a tratar a história como uma produção” (VALENTE, 2013, p.25).

O presente guia permitiu trazer a lume o inventário de documentos oriundos da instrução pública primária do estado do Maranhão. Contribui como produção técnica derivada da dissertação intitulada *“Percepções e aproximações sobre os saberes elementares aritméticos no ensino público primário entre Maranhão e São Paulo, aritmética na legislação oficial de 1890 a 1895”* para acesso público e gratuito a professores pesquisadores (em especial do Maranhão) de diversos estados e universidades do Brasil.

Assim, este guia, de entrada livre ao público possibilitará ao leitor/pesquisador/interessado o acesso a documentação via internet, por meio do repositório UFSC. E nesse sentido, percebe-se um contributo valioso - no trajeto da matemática escolar - para a História da Educação e História do Ensino de Matemática.

REFERÊNCIAS

COSTA, David Antonio da. Repositório. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (Org.). **Cadernos de trabalho**. São Paulo: Livraria da Física. 2015m v.3.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. Documentos avulsos: Secretaria do Governo. Correspondência do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado do Maranhão, 1901.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação: uma tentativa de interpretação. In: VIDAL, D. G. GONDRA, J. G., FARIA FILHO, L. M. de; DUARTE, R. H. **Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análise**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1, Campinas. SP: Editores Associados. p.9-43, jan./jun. 2001

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

RAGAZZINI, D. **Para quem e o que testemunham as fontes da história da Educação?** 2001.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 88, de 08 de setembro de 1892A. Reforma a instrução pública do Estado. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

_____. Decreto nº 144B, de 30 de dezembro de 1892b. Aprova o regulamento da instrução pública. **Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 de agosto de 2016.

_____. (Estado). Lei nº169, de 7 de agosto de 1893. Adita diversas disposições a Lei nº88, de 8 de Setembro de 1892. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21 de agosto 2016.

_____. (Estado). Decreto nº 248, de 26 de julho de 1894. Aprova o regimento interno das escolas públicas. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=64308> <http://www2.unifesp.br/centros/ghemat/images/stuffs/INVENTARIO/legislacao.htm> Acesso em: 21/08/2016.

SALDANHA, Lilian Maria Leda. **A instrução maranhense na primeira década**

VALENTE, Wagner Rodrigues (Orgs.). **Saberes matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar** Estudos histórico-comparativo a partir da documentação oficial escolar. São Paulo: Editora da Física, 2014.

_____. W. R. História da Educação Matemática: Interrogações Metodológicas. **REVEMAT – Revista Eletrônica de Educação Matemática**. UFSC, v. 2, p. 28-49, 2007.

_____. W. R. **A Constituição do elementar matemático: uma análise de programas de ensino** (São Paulo, 1890-1950). v. 19, n.2, maio/ago. 2015 Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2015.192.04/4705>. Acesso em: 03 de nov. 2015.

_____. W. R. **A aritmética na escola de primeiras letras: os livros de aprender a contar no Brasil do século XIX**. Revista Iberoamericana de Educacion Matemática, n. 7, pp. 71-81. Set. 2006.

VALENTE, W.R.; LEME DA SILVA, M.C. Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação professores. **Revista Educação. Matemática e Pesquisa**. São Paulo, v.15, Número Especial,

pp.857-871, 2013. Disponível em:

<http://revistas.pucsp.br/index.php/emp/article/viewFile/17750/pdf>. Acesso em Set. de 2014.

VIDAL, Diana Gonçalves & FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **História da Educação no Brasil**: a constituição histórica do campo (1880-1970). *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Humanitas Publicações, v.23, n.45, pp. 38-70. 2003.

VIVEIROS, Jerônimo de. **História do comércio no Maranhão**. São Luís: Associação comercial, 1953.

_____.Apontamentos para a história da instrução pública e particular no Maranhão.In: **Revista de geografia e história**. São Luis/MA: IBGE, 1954.

_____. **Benedito Leite**: um verdadeiro republicano. Rio de Janeiro: Indústrias Gráficas Tavira. 1957.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS MARANHENSES

MARANHÃO. **Regulamento da Instrução Publica de 2 de fevereiro de 1854**. Maranhão: Typografia Constitucional, 1854.

_____.**Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias,1890.

_____.**Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias,1891.

_____.**Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias,1893.

_____.**Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias,1895.

_____.**Regulamento geral da Instrução pública**. Maranhão: Tipografia a Vapor dos Frias,1896.

_____. Lei nº. 207, de 28 de abril de1898. **Coleção das Leis Decretos do Estado do Maranhão de 1890-1895**. Maranhão: Imp. Typ. 1895, p.142-143.

JORNAIS E REVISTAS MARANHENSES

MARANHÃO. **Jornal a Escola**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1902.

_____. **Jornal O Publicador Maranhense**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1850.

_____. **Jornal O Publicador Maranhense**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1875.

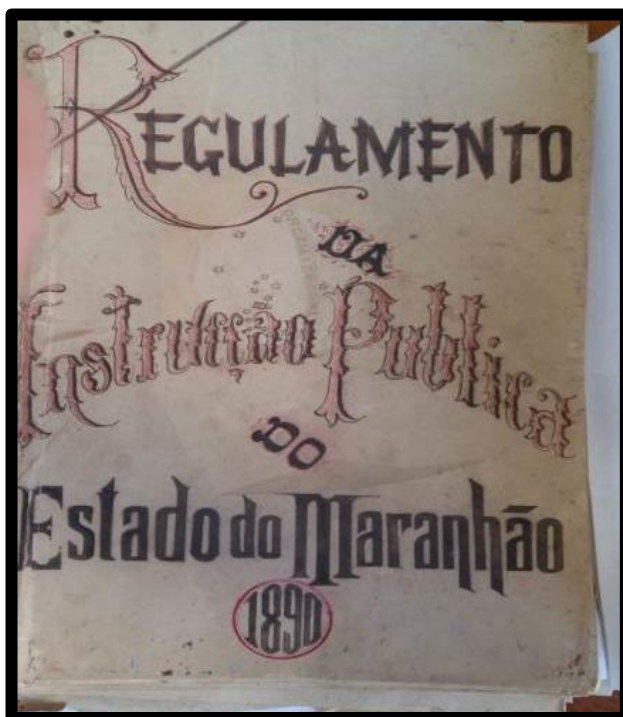
_____. **Jornal O Publicador Maranhense**. São Luís: Arquivo Público do Estado do Maranhão-APEM, 1871.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAL BRASILEIRO

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DO IMPÉRIO DO BRASIL, 1824. Decreto – Lei Imperial de 15 de Outubro de 1827. Disponível em: < <http://www.adurrj.org.br> >. Último acesso em 23 de outubro de 2015.

ANEXOS

ANEXO A: Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1890.



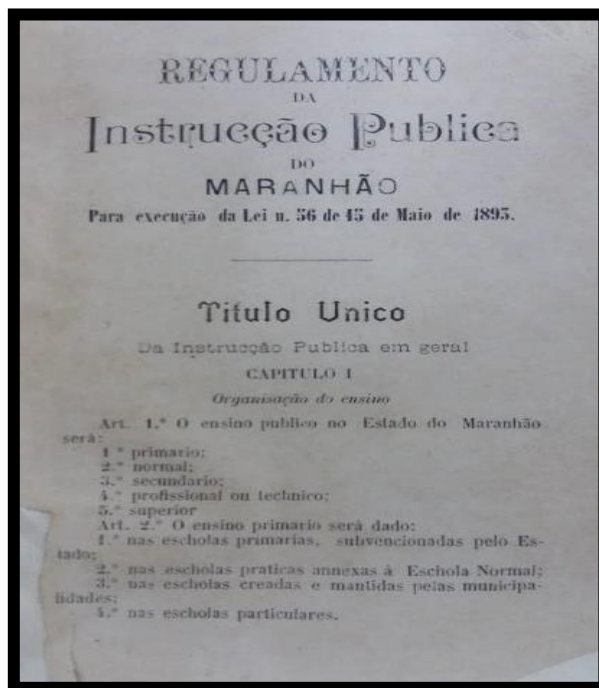
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO B: Decreto nº 94, de 01 de setembro de 1891 – Reorganiza o ensino público do estado do Maranhão.



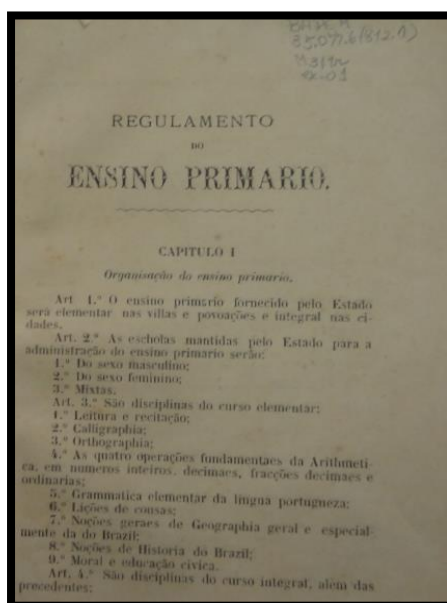
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513>

ANEXO C: Lei nº56, de 15 de maio de 1893 – organiza o ensino do Estado do Maranhão.



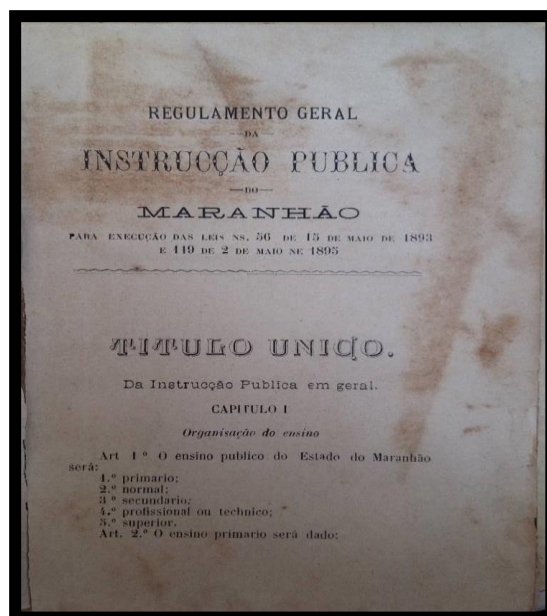
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513>. Acesso em 21 de ago. 2016.

ANEXO D:Capa do Regulamento da Instrução Pública do Estado do Maranhão, 1894.



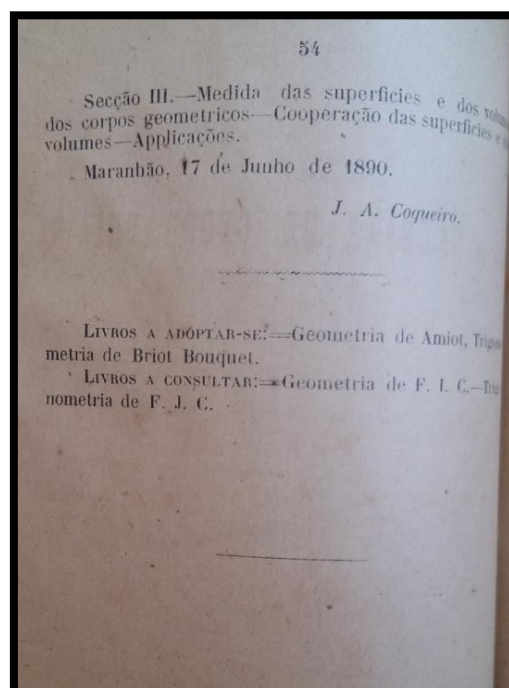
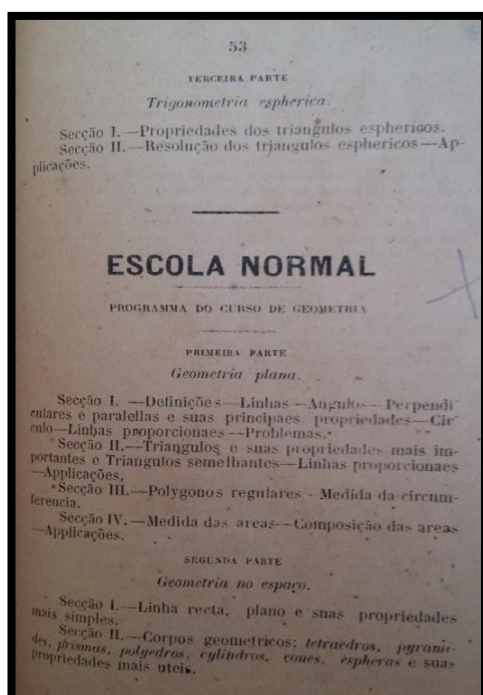
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161515>

ANEXO E: Lei nº119, de 2 de maio de 1895 – Regulamento Geral que reorganiza o ensino público do Estado do Maranhão



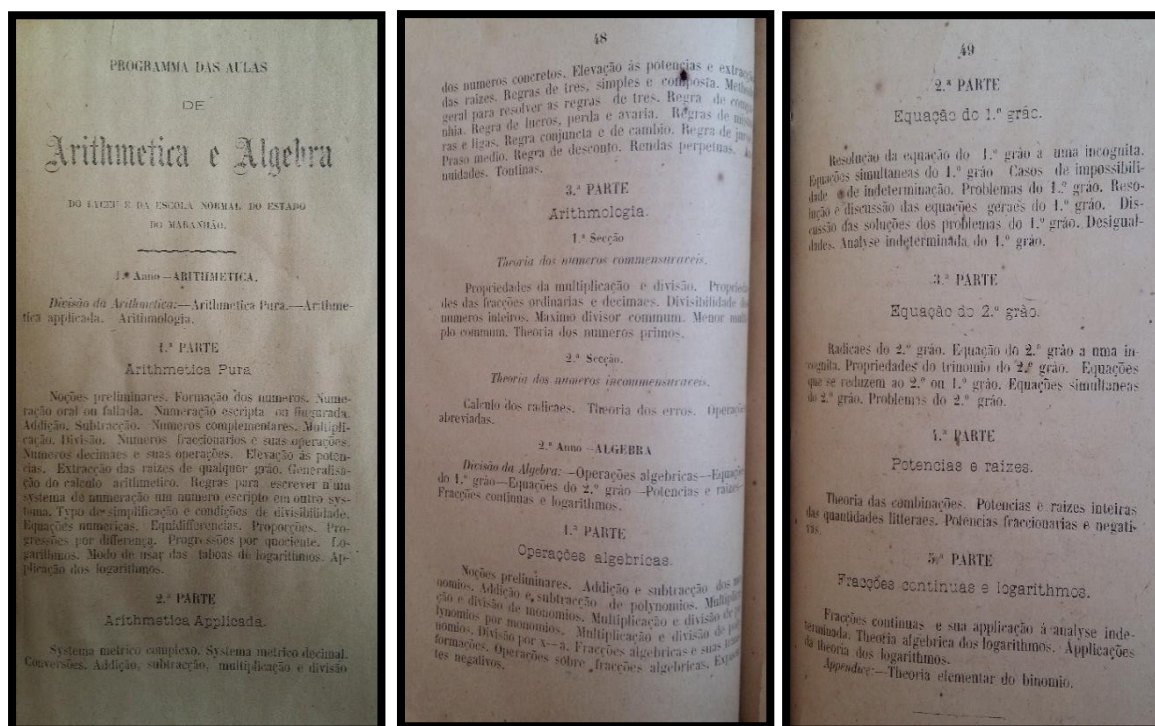
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161513> Acesso em: 21 ago. 2016.

ANEXO F: Programa das Aulas de Geometria Plana da Escola Normal, 1890.



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO G: Programa das aulas de Arithmética e Álgebra - Escola Normal, 1890.

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO H: Quadro de Pessoal Docente da Escola Normal, 1890.

N. 2.

Quadro do pessoal docente da Escola Normal.

PROFESSORES	MATERIAS	ANOS				TOTAL DE HORAS POR SEMANA
		1.º	2.º	3.º	4.º	
1 Professor de Portuguez e Literatura.	Portuguez	3	3	2	2	11 horas
1 " de Francez.	Litteratura	4	4	4	4	12 horas
1 " de Mathematica elemental.	Mathematica elemental	4	4	3	3	10 horas
1 " de Physica, Chymica e Mineralogia.	Physica, Chymica e Mineralogia	3	3	3	3	10 horas
1 " de Sciencias naturaes, Geographia e Cosmographia.	Geographia e Cosmographia	3	3	3	3	10 horas
1 " de Historia e Instrução civica.	Historia	2	3	4	3	8 horas
1 " de Pedagogia.	Instrução civica	2	3	2	2	6 horas
1 " de Desenho e Cartographia.	Desenho e cartographia	2	2	2	2	8 horas
1 " de Calligraphia e Desenho applicado a prendas femininas.	Callig. e Desenho applicado a prendas femininas	4	4	4	2	5 horas
1 " de Musica.	Musica	4	4	4	4	8 horas
1 " de Gymnastica.	Gymnastica	2	2	2	2	8 horas
1 " de Prendas femininas e Economia domestica.	Prendas femininas e Economia domestica	2	2	2	2	8 horas
1 alpinista.	Francez	3	3	2	2	8 horas

Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO I: Demonstrativos de aprovação por disciplina, 1891.

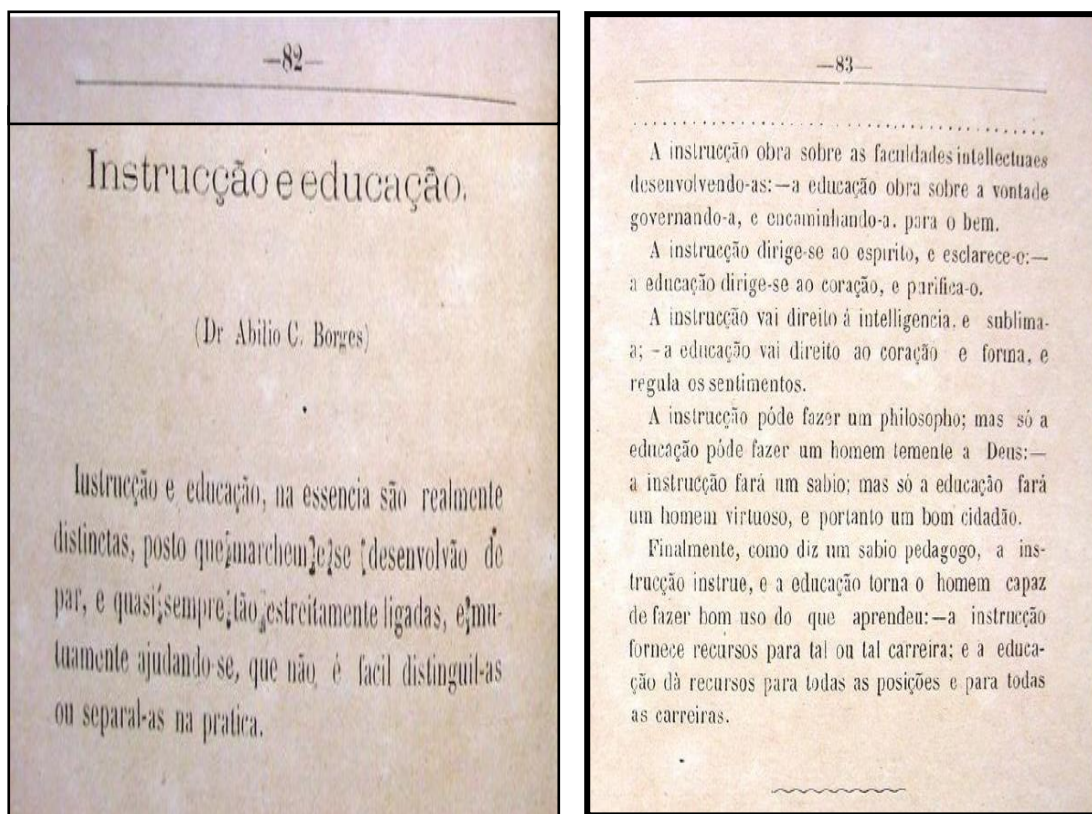
*Anexo
demonstrativo dos diversos graus de
aprovação, por disciplina*

Disciplinas	1º grau	2º grau	3º grau	4º grau	5º grau	6º grau	7º grau	8º grau	9º grau	10º grau	Total
Português	1	2	13	3	10	1	1				29
Latim			4								4
Francês		2	10								12
Inglês	1	2									3
Matemática	1										1
História e Geografia	1	1	1		2	2					7
Química e Física	1	2	1								4
Geometria	1	10	2								13
Botânica geral	1	10	2								13
Química e física	1										1
Geologia natural	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18

*Secretaria de Instrução Pública do
Município de São Paulo, 22 de Setembro de 1891
O Secretário
Antonio Augusto de Almeida*

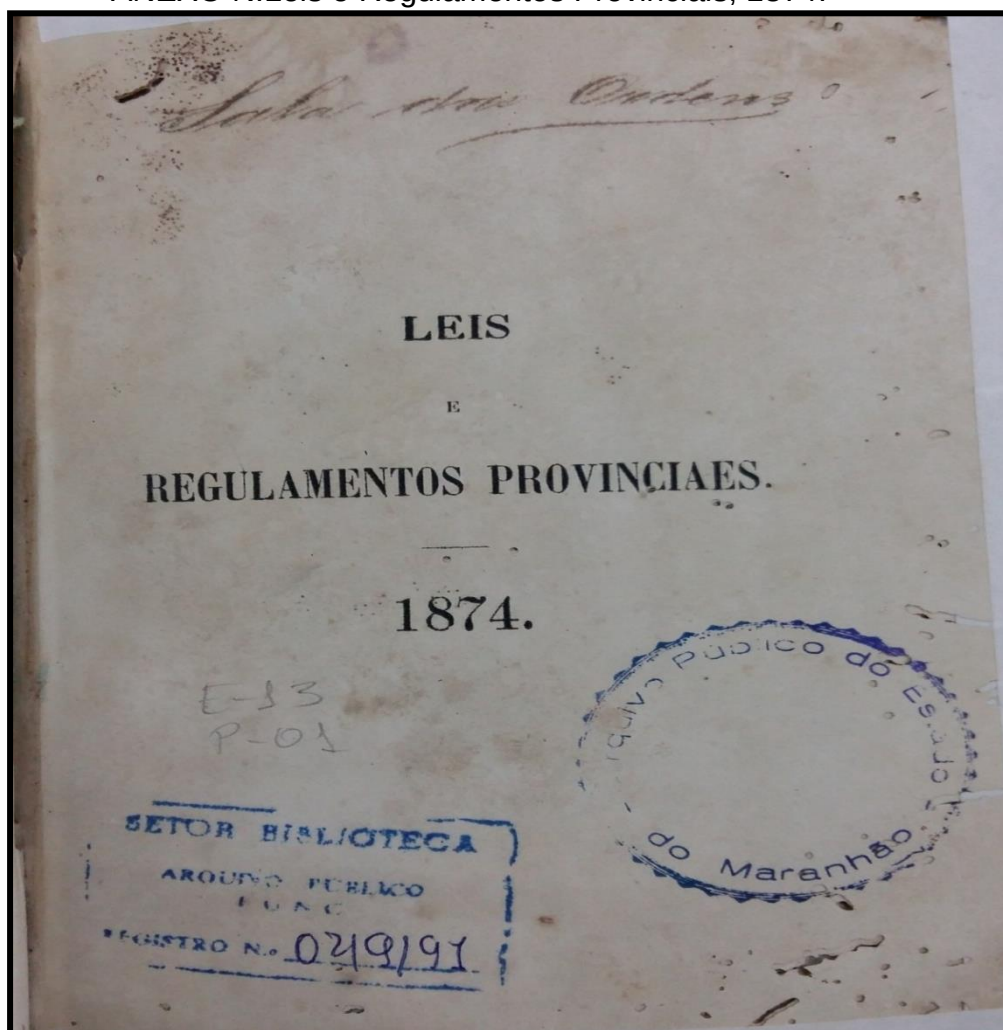
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO J: Fragmentos sobre a Instrução Pública, Dr. Abílio C. Borges s/d.



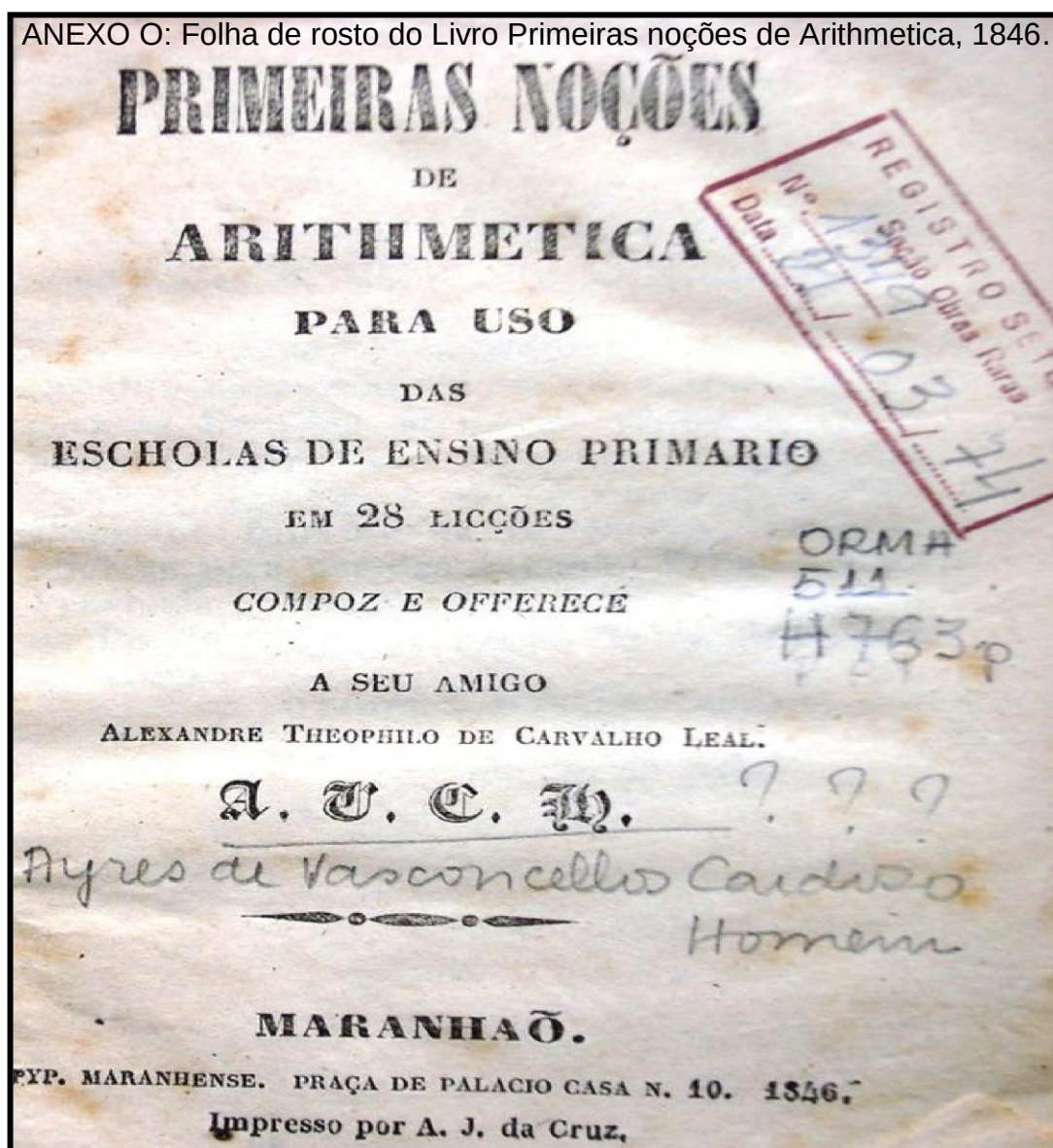
Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

ANEXO N: Leis e Regulamentos Provinciais, 1874.

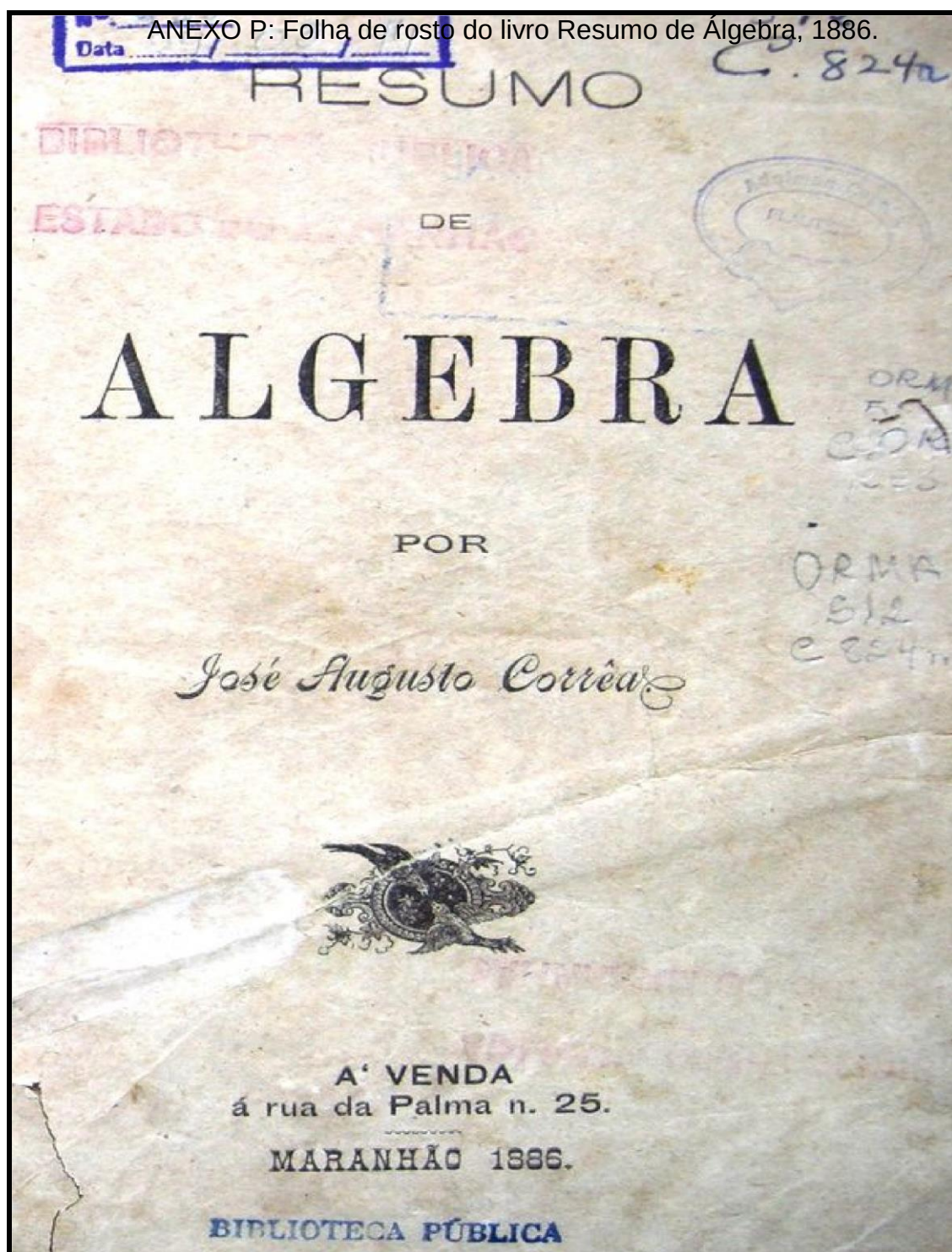


Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

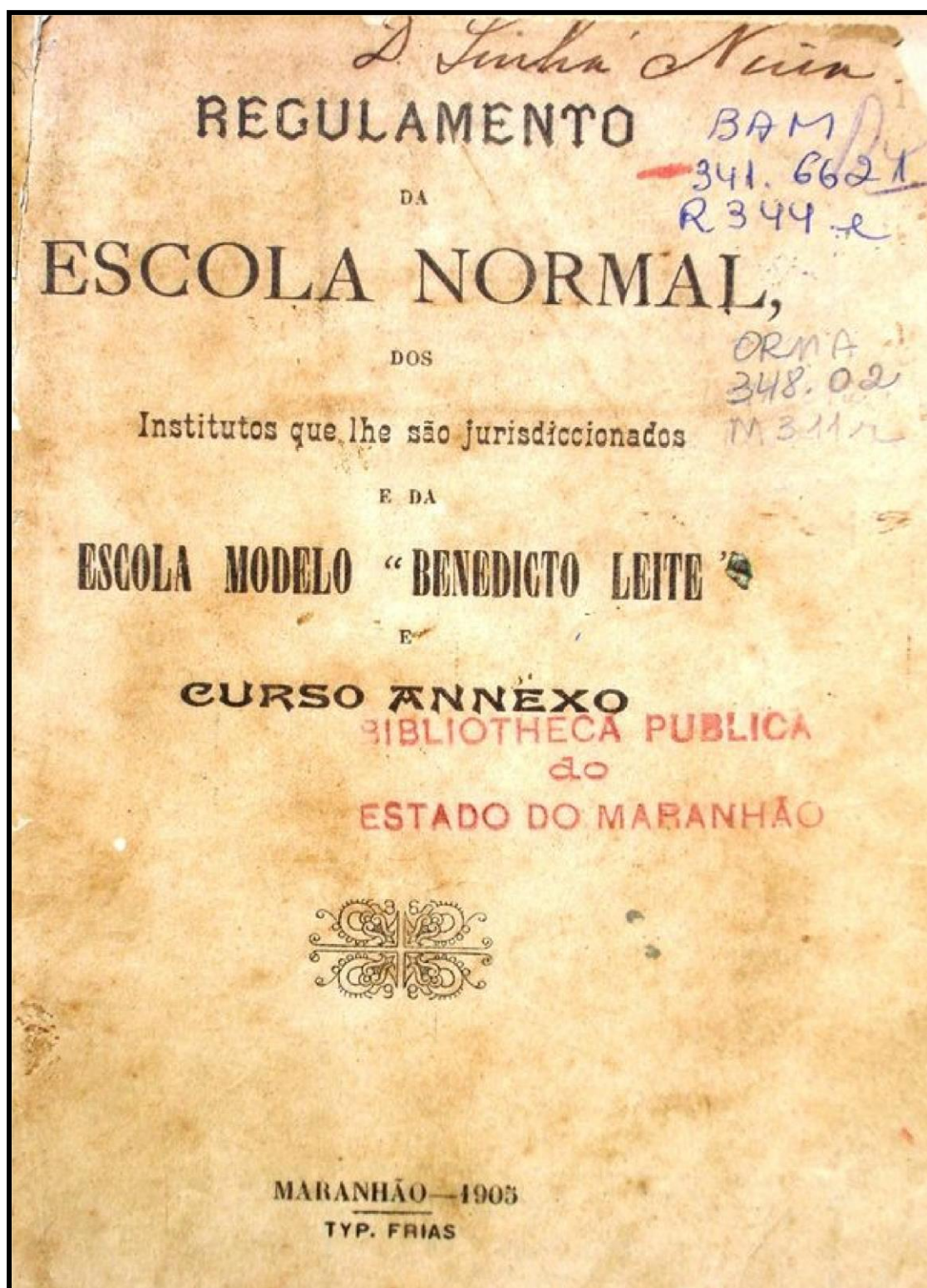
ANEXO O: Folha de rosto do Livro Primeiras noções de Arithmetica, 1846.



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>



ANEXO Q: Folha de rosto do Regulamento da Escola Normal dos Institutos que lhe são jurisdicionados, 1905.



Fonte: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/>

APÊNDICES

APENDICE A: Termo de consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

permito que a pesquisadora Marylucia Cavalcante Silva, obtenham, fotografias, filmagem de documentos para fins de pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas-UFPEL (RS). Eu concordo que os documentos e informações obtidas nos setores da Biblioteca Pública Benedito Leite possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos.

Endereço: _____

Assinatura: _____

Data e Local: _____

APENDICE B– Termo de consentimento

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,
permito que a pesquisadora Marylucia Cavalcante Silva, obtenham, fotografias, filmagem de documentos para fins de pesquisa de Mestrado no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECM, da Universidade Federal de Pelotas-UFPeI (RS). Eu concordo que os documentos e informações obtidas nos setores do Arquivo Público Estadual do Maranhão possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras ou periódicos científicos.

Endereço: _____

Assinatura: _____

Data e Local: _____
